



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis

2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 marcou um avanço decisivo na transformação cultural da Eletrobras, consolidando uma nova forma de operar: mais eficiente, integrada e focada no cliente. Cada movimento estratégico realizado ao longo desse ciclo reforça o compromisso da companhia com a segurança, a excelência operacional e a geração de valor para seus acionistas e para toda a sociedade.

A incorporação de Furnas foi mais um marco importante nessa direção com a simplificação da estrutura corporativa e societária. A gestão unificada contribuiu para trazer mais celeridade e eficiência ao processo decisório, tornando a Eletrobras uma empresa mais dinâmica e competitiva.

Em 2024, vimos importantes mudanças no setor de energia e na Companhia. Após 2 anos e meio com o preço spot (PLD - preço de liquidação de diferenças) próximo ao piso, vimos o PLD atingir patamares elevados no segundo semestre, atingindo um preço médio de R\$ 480/MWh em outubro. Na nossa visão, essa mudança de preço reflete o ambiente atual mais volátil, devido à grande inserção de fontes renováveis intermitentes nos últimos anos, tendência que deve se intensificar no futuro.

Nesse cenário, a comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração, com cerca de 27 mil consumidores migrando para essa modalidade em 2024. Continuamos avançando na estruturação da área de comercialização, que agora possui um time dedicado, atuando de forma integrada e orientada ao mercado com processos robustos. Destaque para a fixação de limites de exposição de crédito e modelos de previsão do preço da energia. A Eletrobras agora é uma companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Recuperamos a capacidade de investimentos da Eletrobras com foco em resiliência e eficiência operacional. Estamos investindo na modernização das usinas hidrelétricas e nos reforços e melhorias de nossas linhas de transmissão, que trazem resiliência e aumentam a robustez dos nossos ativos contribuindo com a segurança energética do país. Em 2024, investimos R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão no parque eólico de Coxilha Negra, que terá capacidade de 302 MW. O foco em ampliar a infraestrutura de transmissão ficou evidenciado com a participação no leilão 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde arrematamos quatro lotes com investimentos estimados de R\$ 5,6 bilhões. Isso reforça o posicionamento da Eletrobras como protagonista no desenvolvimento do setor.

Destaque para os investimentos que estamos realizando em projetos relevantes, como as obras de revitalização do sistema de transmissão em corrente contínua de alta tensão - HVDC (*high voltage direct current*) de Itaipu com investimentos estimados em R\$ 1,9 bilhão e na Transnorte Energia - TNE, linha de transmissão 500 kV, integrando Manaus a Boa Vista e integrando o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões.

Estamos também investindo na inovação da gestão dos nossos ativos. Criamos o centro de inteligência meteorológica (ATMOS), que usa inteligência artificial nos modelos de previsão de eventos extremos ajudando a aumentar a prontidão e a segurança de nossas operações. Outra inovação é o novo centro de monitoramento de ativos que usa sensores (IoT) e aplicações digitais (*digital twin* + BIM e realidade virtual) para monitorar mais de 87.000 ativos.

Tivemos avanços significativos no processo de simplificação e otimização da estrutura societária. A gestão de nossas participações tem como objetivo melhorar a governança e a rentabilidade do nosso portfólio de ativos. Isso fica claro com a conclusão da venda de participações minoritárias, como em Chapada do Piauí I e II; a oferta pública de parte das ações que detínhamos da Isa Energia Brasil S.A.; e a aquisição da participação em Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia. Além disso, assinamos a operação de troca de ativos com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), envolvendo a UHE Colider. Seguiremos firmes com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

Reformulamos a gestão financeira da companhia com diversificação das fontes de captação, ampliação e adequação dos vencimentos das dívidas e completa revisão e padronização dos instrumentos financeiros. O ano de 2024 foi marcado por importantes operações financeiras, através da captação de recursos de cerca de R\$ 32 bilhões no mercado local, internacional e agências de fomento à exportação. Encerramos o ano com uma elevada liquidez que nos deixa numa posição confortável para enfrentar eventuais incertezas nos mercados.

Destaque para a primeira emissão dos títulos (*bonds*) realizada pela Eletrobras após sua privatização, de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035 e pela contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália - *Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE)*, sendo a primeira captação com o apoio de uma agência internacional de crédito à exportação.

Nos preparamos hoje para os desafios do futuro. Em suprimentos, estabelecemos diretrizes e adotamos uma nova abordagem de relacionamento com fornecedores e parceiros, visando criar relações de longo prazo. Essas parcerias são essenciais para mitigar eventuais riscos na cadeia de suprimentos, especialmente em um momento de aumento expressivo nos investimentos de transmissão ao redor do mundo. Promovemos a otimização e padronização do processo de compras em todas as empresas, o que, aliado à transformação digital da área de suprimentos, torna a nossa atuação mais ágil, transparente, segura e eficiente na aquisição de materiais, bens e serviços.

Nosso compromisso com a eficiência também se refletiu na gestão de pessoas, com avanços significativos. Com a aprovação do acordo coletivo de trabalho em todas as bases do Brasil, os nossos profissionais estarão abrangidos por um acordo coletivo de trabalho unificado. Lançamos o Programa de Desligamento Consensual, promovendo uma abordagem responsável de transição de carreira, respeitando o diálogo com os colaboradores e os acordos sindicais. A remuneração dos profissionais está agora vinculada ao desempenho da empresa e os salários estão alinhados ao mercado.

No aspecto da governança, criamos o Comitê de Sustentabilidade para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para a otimização de nossas estratégias para um desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

Vale destacar que pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobras integrou a carteira do índice de diversidade - IDIVERSA da B3, um dos principais indicadores de diversidade e inclusão do mercado de capitais brasileiro. A manutenção nesse índice reafirma nosso compromisso na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Sob esse prisma, expandimos nossas parcerias com a assinatura de memorandos de entendimento que envolvem a pesquisa e o desenvolvimento comercial de hidrogênio verde, por exemplo. Nosso compromisso de zerar as emissões líquidas em 2030 foi validado pelo *Science Based Targets Initiative*. Um passo importante nessa direção foi a venda do complexo termoeletrônico de Candiota, o último ativo a carvão do nosso portfólio, em uma operação que contribuiu significativamente para a agenda de descarbonização - eliminando cerca de um terço das emissões totais da empresa. Com essa mesma visão, assinamos acordos para a alienação de todo o portfólio termoeletrônico remanescente.

Quando olhamos para o mercado de energia, estamos presenciando um novo panorama, com forte crescimento das fontes renováveis intermitentes, que hoje já representam cerca de 36% da matriz energética brasileira. A menor representatividade dos reservatórios hidrelétricos em relação à demanda total, associada com as cada vez mais frequentes ondas de calor, aumentam a necessidade de outras fontes despacháveis, como as térmicas e isso se traduz numa maior volatilidade de preço de energia. Essa volatilidade de preço se mostra mais presente desde o segundo semestre de 2024.

No início de 2025, também observamos relevantes variações de preço, mesmo com cenário hidrológico favorável até fevereiro e nível dos reservatórios elevado. Os contratos futuros no mercado livre de energia, em especial em horizontes de prazo mais curtos começam a refletir uma reprecificação estrutural. Entendemos que o setor e os agentes de mercado passam por um processo de amadurecimento e melhor compreensão das mudanças observadas na matriz e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, o que resulta em ajustes de estratégias e consideração de aspectos até então pouco relevantes, como *curtailment*, modulação e diferenças de preço entre submercados.

A Eletrobras entende que a melhor geração de valor para seus acionistas no tempo é manter uma flexibilidade financeira que permita a empresa maximizar sua estratégia comercial. Com base na execução dessa estratégia e após investir no aumento da resiliência e eficiência dos ativos, mantendo uma gestão financeira prudente, a Companhia teria condições de alocar de forma ótima e equilibrada o seu capital entre acionistas e opções de crescimento.

Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 4 bilhões em dividendos, referente a 41% do resultado do exercício de 2024. Esses dividendos equivalem a 60% do lucro líquido regulatório da controladora e são a maior distribuição de dividendos aos acionistas da história.



Vicente Falconi
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras

Encerramos o ano com a convicção de que as medidas adotadas não apenas fortalecem os alicerces da Eletrobras, como também posicionam a companhia de forma mais competitiva para o futuro. Temos a satisfação de ver que, a cada dia que trabalhamos, encontramos uma empresa melhor no dia seguinte. Seguimos avançando com um modelo de gestão focado na segurança, no cliente, na excelência e na criação de valor para nossos acionistas.

Agradecemos o apoio, a dedicação e o esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na jornada de transformar a Eletrobras em uma empresa cada vez mais inovadora, eficiente e que gera resultados sustentáveis.



Ivan Monteiro
Presidente da Eletrobras

1. DESTAQUES 2024

- +5,6% receitas do segmento de geração de energia para R\$ 28,1 bilhões
- +10,7% receitas do segmento de transmissão para R\$ 19,3 bilhões
- 7,2% de PMSO totalizando R\$ 7,6 bilhões
- +51,2% EBITDA² consolidado de R\$ 26,2 bilhões
- +136,2% lucro líquido consolidado para R\$ 10,4 bilhões
- R\$ 37,7 bilhões de dívida líquida com relação dívida líquida/EBITDA ajustado de 1,5x
- Conclusão do processo de alienação do complexo termoeletrônico de Candiota (350 MW) em janeiro de 2024, único ativo a carvão da Companhia, para o grupo Ambar Energia S.A. pelo valor de R\$ 72 milhões, sendo este mais um importante marco para a Eletrobras na busca pela redução das emissões de CO₂ e em linha com a meta *net zero* em 2030.
- Em março de 2024, a Eletrobras arrematou 04 lotes no Leilão de Transmissão promovido pela ANEEL, com 30 anos de prazo de concessão e investimentos de R\$ 5,6 bilhões.
- Criação da Comitê de Sustentabilidade, em maio de 2024, reafirmando a importância do tema e o compromisso da Eletrobras com a promoção da sustentabilidade empresarial.
- Conclusão da venda da participação minoritária de 49% no capital social em 15 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), incluindo Chapada do Piauí I Holding S.A. e Chapada do Piauí II Holding S.A. em junho de 2024.
- Incorporação da Eletrobras Furnas em 01 de julho de 2024, marco importante trazendo simplificação da estrutura corporativa e gerando ganhos de eficiência.
- Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 6.130 milhões na rubrica de remensurações regulatórias.
- Oferta pública de distribuição secundária de 93 milhões de ações preferenciais da ISA Energia Brasil no montante de R\$ 2.154 milhões em julho de 2024.

- Captações de R\$ 29 bilhões, sendo cerca de R\$ 19 bilhões no mercado de capitais nacional, além do acesso ao mercado internacional, com destaques para a liquidação emissão dos títulos (*bonds*), no volume total de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035, e pela contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália - *Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE)*.
- Vale destacar a gestão da inadimplência da Amazonas Energia, conseguimos recuperar valores anteriormente provisionados e a mitigar risco de futuras inadimplências com a assinatura dos Contratos de Energia de Reserva.
- Lançamento do Programa de Demissão Consensual 2024 (PDC 2024) nas Empresas Eletrobras, ao custo total de R\$ 227 milhões, o qual obteve 390 inscritos dos quais 306 já foram desligados em 2024.
- A disciplina financeira e de alocação de capital possibilitaram a proposta de distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.000 milhões referente aos resultados de 2024, sendo que R\$ 2.202 milhões foram pagos como dividendos intercalares em janeiro de 2025. O total da remuneração aos acionistas, incluindo recompra, foi de R\$ 4.115 milhões em 2024.

2. A ELETROBRAS

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Companhia ou Eletrobras) é uma sociedade anônima registrada como emissora de valores mobiliários, com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange - NYSE). Somos líderes em geração e transmissão de energia elétrica no país, contribuindo para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo.

Atuamos em todo o território brasileiro por meio de nossas subsidiárias: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrobras CGT Eletronorte), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Eletrobras Chesf) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletrobras Eletronorte). Também detemos 83,71% do capital social da Eletrobras Participações S.A. (Eletropar), que está em processo de potencial incorporação pela Eletrobras.

Em dezembro de 2024, a Eletrobras assinou acordo para aquisição de 51% da Eletronet S.A. (Eletronet), detidas pela LT Bandeirante. Os demais 49% pertencem à Eletropar. A Eletronet opera uma rede de fibra óptica de abrangência nacional, com mais de 17 mil km, integrada diretamente às linhas de transmissão de energia elétrica operadas pela Eletrobras, através de cabos ópticos *Optical Ground Wire* (OPGW), que garantem alta confiabilidade e disponibilidade da rede. Com essa transação, a Eletrobras passará a controlar 100% da Eletronet (considerando a conclusão da incorporação mencionada), permitindo o aproveitamento de sinergias comerciais através de combinações entre energia e transporte de dados.

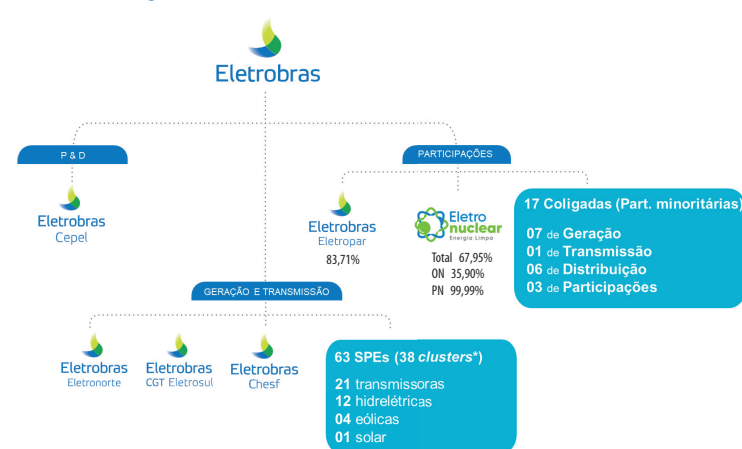
Atuamos também em parcerias exclusivas com empresas de geração e transmissão, focando em empreendimentos alinhados com nossa estratégia e que agreguem valor ao nosso portfólio. Nossas principais atividades incluem estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e distribuição, bem como a comercialização de energia elétrica. Promovemos e apoiamos pesquisas no setor energético, prospectamos e desenvolvemos fontes alternativas de geração de energia, além de incentivar o uso racional e sustentável de energia e a implantação de redes inteligentes.

Em 2024, a subsidiária integral Furnas Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras Furnas) foi incorporada pela Eletrobras, representando um marco importante na reorganização societária e simplificação de sua estrutura.

A estrutura societária da Eletrobras em 2024 era composta por três empresas operacionais: Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGT Eletronorte e Eletrobras Chesf, além da empresa de participações, Eletropar. Também possuímos participação acionária em 63 Sociedades de Propósito Específico (SPE) no Brasil e uma no exterior, divididas em 38 clusters: 21 de transmissão, 12 hidrelétricas, 4 eólicas e 1 solar, além de 18 empresas coligadas, incluindo a Eletronuclear.

Em fevereiro de 2025, a Eletrobras concluiu a aquisição de 10% da participação detida pela Companhia Celg de Participações S/A (Celgpar) na SPE Vale de São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB) e a venda de 49,9% da participação na SPE Lago Azul Transmissão S.A. (LAZ) para a Celgpar.

Figura 1. Estrutura Societária Eletrobras em 31/12/2024



Posicionamento Estratégico

Consideramos as demandas de cada um dos nossos *stakeholders* (clientes, acionistas, profissionais, sociedade, fornecedores e reguladores) e as constantes evoluções nos cenários do setor de energia elétrica e macroeconômico para atualizar nosso planejamento estratégico. Assim, os novos desafios impostos pelo contexto atual nos instigaram a um novo posicionamento, materializado na Visão para 2028:

Ser a mais completa plataforma de infraestrutura e solução energética renovável para os clientes, maximizando valor para os acionistas, de forma sustentável, através da excelência organizacional e de alocação de capital eficiente.

Estimulados pela nossa Visão, definimos as diretrizes estratégicas de excelência organizacional, foco no cliente e alocação de capital, que conduzirão nossas iniciativas de curto, médio e longo prazos:

- Foco no Cliente: ser a mais completa plataforma de infraestrutura e solução energética renovável para os clientes, antecipando necessidades, oferecendo produtos e orquestrando negócios;
- Alocação de Capital: maximizar a geração de valor da empresa, direcionando esforços para atender as necessidades do sistema e dos clientes, mantendo disciplina financeira e contemplando oportunidades de recompra e emissão de ações;
- Excelência Organizacional: ser uma organização funcional com alinhamento entre estratégia, processos, estruturas, pessoas e incentivos, garantindo a eficiência, sendo capaz de atingir metas definidas e prosperando em ambientes em constante mudança.

Valores

Nosso propósito é cuidar do planeta, entregando a energia em que acreditamos. Nossos valores são pautados em cinco pilares essenciais:



Vida em primeiro lugar: O compromisso da Companhia é com a vida e com o meio ambiente. A Eletrobras prioriza todo o ciclo de prevenção de acidentes e não poupa esforços nem recursos para cuidar dos seus ativos.



A energia da Eletrobras vem das pessoas: A Companhia criou um ambiente atrativo com oportunidades de aprendizagem, ensinamentos, desenvolvimento e colaboração. Todas as pessoas são tratadas com justiça e respeito. Inclusão e segurança psicológica sustentam o dia a dia da Companhia.



Integridade sempre: Confiança e integridade são a base das relações dentro e fora da empresa. Ética, transparência e respeito geram solidez e guiam as interações e atitudes que perpetuam em os negócios da Companhia.



Inovar para gerar valor: A Companhia é empreendedora e ousa para construir o futuro, arriscando e aprendendo com agilidade, focados na estratégia. Valoriza e incentiva o conhecimento, sendo protagonistas nas necessidades atuais e futuras dos seus clientes, que a inspira a inovar sempre.



A excelência da Companhia faz a diferença: A Eletrobras busca a excelência com humildade em tudo que faz e é comprometida com o impacto de toda a empresa. Os resultados coletivos e individuais são reconhecidos, recompensados com meritocracia e celebrados com entusiasmo

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Segmento de Geração

Nossa energia é proveniente substancialmente de fontes renováveis (água, vento e sol) e contribui para as metas de descarbonização do país, com o volume gerado por cada usina definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Eletrobras possui 87 empreendimentos de geração de energia elétrica, compostos por usinas hidrelétricas, eólicas, solares e térmicas, incluindo participações em SPE, presentes em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal.

Capacidade Instalada

A Eletrobras é a maior geradora de energia do país, de acordo com dados da ANEEL, com uma capacidade instalada de 44.246 MW, com base em 2024, sendo responsável por 21% da capacidade instalada do Brasil. Com uma ampla presença em todo o território nacional, a Eletrobras contribui continuamente para a renovação e limpeza da matriz energética brasileira, já que aproximadamente 97% de sua capacidade instalada provém de fontes com baixa emissão de gases do efeito estufa. Em 2024, houve uma redução de 560 MW devido à alienação das usinas térmicas de Candiota III e Roberto Silveira (Campos), bem como dos parques eólicos Chapada do Piauí I e II.



Gráfico 1. Variação da Capacidade Instalada (MW)

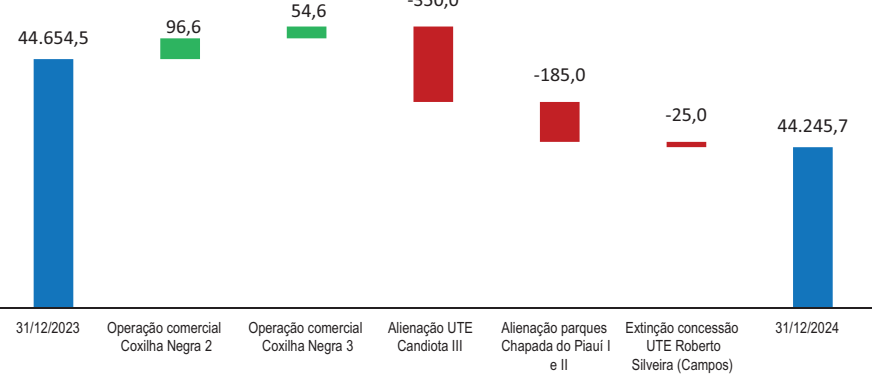


Tabela 1. Ativos de Geração da Eletrobras

Empresa	Usina	Localização (Estado)	Fonte	Início da outorga	Início da Operação	Fim da Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Garantia Física Descontada (MW médio) (1)		
Eletrobras	Manso (70%)	MT	Hidráulica	fev/00	nov/00	set/37	210	83,5	n.a		
	Serra da Mesa (48,46%)	GO	Hidráulica	mai/81 e nov/04	abr/98	mai/46	1275	605,7	n.a		
	Simplicio	RJ	Hidráulica	ago/06	jun/13	dez/43	305,7	166,7	n.a		
	Batalha	MG	Hidráulica	ago/06	mai/14	abr/43	52,5	47	n.a		
	Anta	RJ	Hidráulica	ago/06	ago/18	dez/43	28	15,9	n.a		
	Jaguari (2)	SP	Hidráulica	jan/21	jan/72	(2)	27,6	12,7	n.a		
	Itumbiara (3)	GO/MG	Hidráulica	jun/22	abr/80	jun/52	2082	948,9	0		
	Marimbondo	SP/MG	Hidráulica	jun/22	out/75	jun/52	1440	688,7	275,48		
	Furnas	MG	Hidráulica	jun/22	set/63	jun/52	1216	625	250		
	Luis Carlos Barreto (Estreito)	SP/MG	Hidráulica	jun/22	mar/69	jun/52	1050	497,2	198,88		
	Mascarenhas de Moraes	MG	Hidráulica	jun/22	abr/57	jun/52	476	299,8	n.a		
	Corumbá I	GO	Hidráulica	jun/22	out/96	jun/52	375	219,5	87,8		
	Porto Colômbia	MG/SP	Hidráulica	jun/22	jun/73	jun/52	320	205,4	82,16		
	Funil	RJ	Hidráulica	jun/22	mar/70	jun/52	216	102,4	40,96		
	Eletrobras Chesf	Complexo de Paulo Afonso (4)	BA	Hidráulica	jun/22	jan/55	jun/52	4279,6	1658,8	685,52	
Xingó (4)		SE	Hidráulica	jun/22	dez/94	jun/52	3162	1729,8	714,86		
Luiz Gonzaga (Itaparica) (4)		PE	Hidráulica	jun/22	jun/88	jun/52	1479,6	727	300,44		
Sobradinho (4)		BA	Hidráulica	jun/22	nov/79	jun/52	1050,3	457,5	0		
Boa Esperança (Castelo Branco) (4)		PI	Hidráulica	jun/22	abr/70	jun/52	237,3	136,2	56,29		
Funil (4)		BA	Hidráulica	jun/22	ago/62	jun/52	30	4,8	1,99		
Pedra (4)		BA	Hidráulica	jun/22	nov/78	jun/52	20,01	1,74	0,72		
Curemas		PB	Hidráulica	(5)	jan/57	fev/26	3,52	1	n.a		
Balbina		AM	Hidráulica	mar/77	jan/89	mar/27	249,75	125,7	n.a		
Samuel		RO	Hidráulica	set/79	jul/89	jul/32	216,75	88,1	n.a		
Eletrobras Eletronorte	Complexo de Tucuruí	PA	Hidráulica	jun/22	dez/84	jun/52	8535	3995,5	n.a		
	Coaracy Nunes	AP	Hidráulica	jun/22	dez/75	jun/52	78	62,2	24,88		
	Curuá-Una	PA	Hidráulica	jun/22	jan/77	jun/52	42,8	30,4	n.a		
Eletrobras CGT Eletrosul	São Domingos	MS	Hidráulica	dez/02	jun/13	ago/39	48	36,4	n.a		
	Barra do Rio Chapéu	SC	Hidráulica	mai/04	fev/13	mai/38	15,15	8,61	n.a		
	João Borges	SC	Hidráulica	dez/05	jul/13	set/39	19	10,14	n.a		
	Passo São João	RS	Hidráulica	ago/06	mar/12	mai/46	77	39,1	n.a		
Eletrobras CGT Eletrosul	Governador Jayme Canet Júnior (6)	PR	Hidráulica	jul/07	nov/12	jun/49	177,94	92,37	n.a		
	Eólica Cerro Chato I	RS	Eólica	ago/10	jan/12	ago/45	30	11,33	n.a		
	Eólica Cerro Chato II	RS	Eólica	ago/10	ago/11	ago/45	30	11,33	n.a		
	Eólica Cerro Chato III	RS	Eólica	ago/10	jun/11	ago/45	30	11,33	n.a		
	Coxilha Seca	RS	Eólica	mai/14	dez/15	mai/49	30	13,2	n.a		
	Capão do Inglês	RS	Eólica	mai/14	dez/15	mai/49	10	4,5	n.a		
	Galpões	RS	Eólica	mai/14	dez/15	mai/49	8	3,7	n.a		
	Coxilha Negra 2	RS	Eólica	set/22	jun/24	set/57	96,6	NA	n.a		
	Coxilha Negra 3	RS	Eólica	set/22	dez/24	set/57	54,6	NA	n.a		
	Eletrobras Chesf	Angical 2	BA	Eólica	abr/14	set/19	abr/49	10	5,1	n.a	
Calitú 2		BA	Eólica	abr/14	jan/20	abr/49	10	5,1	n.a		
Calitú 3		BA	Eólica	abr/14	jan/20	abr/49	10	4,7	n.a		
Carcará		BA	Eólica	abr/14	fev/20	abr/49	10	4,6	n.a		
Corrupião 3		BA	Eólica	abr/14	fev/20	abr/49	10	4,2	n.a		
Teiú 2		BA	Eólica	abr/14	nov/19	abr/49	8	4,2	n.a		
Acauá		BA	Eólica	abr/14	nov/19	abr/49	6	3,1	n.a		
Arapapá		BA	Eólica	abr/14	nov/19	abr/49	4	2,2	n.a		
Casa Nova II		BA	Eólica	mai/14	dez/17	mai/49	32,9	9,4	n.a		
Casa Nova III		BA	Eólica	mai/14	fev/18	mai/49	28,2	9,4	n.a		
Eletrobras CGT Eletrosul	Coqueirinho 2	BA	Eólica	mai/14	set/19	mai/49	16	7,4	n.a		
	Papagaio	BA	Eólica	mai/14	out/19	mai/49	10	4,9	n.a		
	Tamandua Mirim 2	BA	Eólica	jun/14	nov/19	jun/49	16	7,4	n.a		
	Casa Nova I A (7)	BA	Eólica	jun/19	dez/20	jun/54	27	6,8	n.a		
	Eletrobras CGT Eletrosul	Megawatt Solar	SC	Solar	jun/14	set/14	-	0,93	NA	n.a	
		Eletrobras Holding	Santa Cruz (8)	RJ	Térmica	ago/63 e mar/67	jul/67	jul/15	500	401,2	n.a
	Senador Arnon Afonso Farias de Mello (9)		RR	Térmica	nov/00	dez/90	86	NA	NA	n.a	
	Eletrobras Eletronorte		Mauá 3 (10)	AM	Térmica	nov/14	set/17	nov/44	590,75	507,4	n.a
			Aparecida (10)	AM	Térmica	N/D	fev/84	jul/30	166	150	n.a
			Codajás (11)	AM	Térmica	N/D	dez/18	nov/30	4,57	NA	n.a
Anori (11)			AM	Térmica	N/D	dez/18	nov/30	4,57	NA	n.a	
Anamá (11)			AM	Térmica	N/D	dez/18	nov/30	2,17	NA	n.a	
Caapiranga (11)			AM	Térmica	N/D	dez/18	nov/30	2,17	NA	n.a	
Eletrobras Eletronorte	Ponta Negra (PIE Gera) (12)		AM	Térmica	NA	NA	NA	NA	NA	n.a	
	Manauara (PIE Manauara) (12)		AM	Térmica	NA	NA	NA	NA	NA	n.a	
	Jaraqui (PIE Breitner Jaraqui) (12)	AM	Térmica	NA	NA	NA	NA	NA	n.a		
	Tambaqui (PIE Breitner Tambaqui) (12)	AM	Térmica	NA	NA	NA	NA	NA	n.a		
	Cristiano Rocha (PIE RAESA) (12)	AM	Térmica	NA	NA	NA	NA	NA	n.a		

(1) As usinas tiveram um novo contrato de concessão nos termos da Lei nº 14.182/2021. A descontinuação equivale a 40% do valor total da garantia física para o ano de 2024.
 (2) Furnas, incorporada pela Eletrobras Holding, foi designada prestadora do serviço de geração da UHE Jaguari, por meio da Portaria MME nº 409/2021, até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.
 (3) A UHE Itumbiara teve um novo contrato de concessão nos termos da Lei nº 14.182/2021, porém as obrigações estabelecidas nos termos do art. 10 da Lei nº 13.182/2015 estão preservadas, respeitadas as condições e a vigência dos atuais contratos de venda de energia elétrica de que trata o referido artigo. Atualmente, 80% da garantia física da usina está alocada aos contratos de venda mencionados. A redução gradual desses contratos terá início em 27 de fevereiro de 2030, com os montantes de energia contratada sendo reduzidos uniformemente à razão de um sexto a cada ano.
 (4) As usinas tiveram um novo contrato de concessão nos termos da Lei nº 14.182/2021, porém as obrigações estabelecidas nos termos do art. 22 da Lei nº 11.943/2009 estão preservadas, respeitadas as condições e a vigência dos atuais contratos de venda de energia elétrica de que trata o referido artigo. Atualmente, 90% da garantia física da UHE Sobradinho está alocada aos contratos de venda mencionados. A redução gradual desses contratos terá início em 2032.
 (5) A concessão para exploração da PCH Curemas foi transferida à Eletrobras Chesf por intermédio do Decreto nº 74.971, de 26/11/1974.
 (6) Os valores reportados fazem referência à participação da Eletrobras CGT Eletrosul no empreendimento (Consórcio Governador Jayme Canet Júnior - 49%).
 (7) A Resolução Autorizativa nº 7.907/2019, não faz qualquer referência à garantia física por não ter sido definida a garantia física pelo MME. O montante apresentado de 6,8 MW é proveniente do estudo de certificação da usina, sendo, apenas, um referencial.

(8) Foi solicitada à ANEEL a prorrogação da concessão nos termos e prazo legais. As condições da referida concessão seguem vigentes.
 (9) A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello encontra-se cedida para a Roraima Energia S.A., sucessora da Boa Vista Energia S.A., por meio de contrato de comodato. Este empreendimento não está sendo considerado na capacidade instalada da Eletrobras Eletronorte.
 (10) O Despacho ANEEL nº 151/2025 autorizou a transferência do controle societário das UTE Mauá 3 e UTE Aparecida para a J&F Investimentos.
 (11) Usinas localizadas no Sistema Isolado.
 (12) As UTE Cristiano Rocha, Manauara, Ponta Negra, Tambaqui e Jaraqui não fazem parte dos ativos próprios de geração da Amazonas GT, pertencendo aos Produtores Independentes de Energia (PIE), dos quais a Amazonas GT compra a energia e a revende para a Amazonas D por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE). Quando esses contratos de compra de energia dos PIE pela Amazonas GT terminarem em maio de 2025, por força contratual, as usinas dos PIE seriam revertidas para o patrimônio da Amazonas GT. Essas usinas fazem parte do acordo de venda de térmicas para Âmbar Energia S.A em andamento.
 Maiores detalhes sobre as usinas podem ser conferidos no Anexo de Dados Operacionais no site de RI.

3.2. Comercialização

A comercialização na Eletrobras é orientada por um planejamento baseado em metas e diretrizes estratégicas, nível de contratação dos ativos e decisões orçamentárias. A Eletrobras monitora continuamente as condições do mercado e seu portfólio, definindo diretrizes e ritmo para novas operações, mantendo seu nível de contratação controlado ao longo dos anos. Isso visa mitigar os riscos de mercado e liquidez, além de maximizar os resultados da comercialização. Para tanto, metas de vendas são definidas periodicamente a partir de limites pré-aprovados, permitindo flexibilidade e autonomia para capturar oportunidades. Essa estratégia é constantemente revista para acompanhar as mudanças de cenário. Com a abertura do mercado livre, o número de consumidores migrando para essa modalidade aumentou significativamente, com cerca de 27.000 migrações em 2024. Diante desse quadro, a estruturação da comercialização da Companhia é acompanhada pelo fortalecimento de áreas estratégicas para os negócios, com o estabelecimento de iniciativas para fortalecer vínculos existentes e impulsionar novas relações comerciais de valor com os clientes.

Em 2024, a comercialização continuou sendo impactada pelo processo de descontinuação, com a abertura de mais uma tranche prevista na Lei nº 14.182/2021, possibilitando um maior volume de energia destinado ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). Além disso, a comercialização foi positivamente impactada pelos contratos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) oriundos da extensão da concessão da UHE Tucuruí pela repactuação dos riscos hidrológicos (*Generation Scaling Factor - GSF*) no período de 12/07/2024 a 30/08/2024. Esses contratos representaram uma receita adicional de R\$ 1.327 milhões. A consolidação das receitas das SPE Teles Pires, Baguari e Retiro Baixo também teve um impacto positivo na comercialização, gerando, respectivamente, R\$ 1.047 milhões, R\$ 210 milhões e R\$ 96 milhões. Por outro lado, houve uma redução de receita de R\$ 626 milhões (valores de 2023) devido à venda da UTE Candiota III.

Energia Vendida

A energia vendida total pelas empresas Eletrobras aumentou 6,2% em 2024, passando de 133,9 TWh em 2023 para 142,2 TWh em 2024. Destaca-se o adicional de 6,5 TWh, fruto da consolidação das UHE Teles Pires, Baguari e Retiro Baixo, e a redução de 2,0 TWh referente à venda da UTE Candiota III.

No Ambiente de Contratação Livre (ACL), houve um aumento de 26% nas vendas, superando a redução de 25% nas vendas de energia no regime de cotas, devido ao processo de descontinuação oriundo da privatização da Eletrobras.

3.3. Segmento de Transmissão

No segmento de transmissão, foram contabilizados 74.013 km de linhas em 2024, considerando empreendimentos corporativos e parcerias por meio de SPEs. A Eletrobras é a maior empresa de transmissão do Brasil, conforme dados do ONS, com uma extensão de linhas de transmissão maior do que a dos sete maiores *players* do país. Se consideradas apenas as linhas de Rede Básica (tensão maior ou igual a 230 kV), são 69.482 km, correspondendo a 36,89% do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, a Eletrobras é responsável por 264.535 MVA de capacidade de transformação do SIN, considerando apenas as instalações corporativas.

Tabela 2. Extensão Total das Linhas de Transmissão com proporcional das SPE (km)

Empresa	Corporativo igual ou maior que 230 kV	Corporativo inferior a 230 kV	Corporativo Total	SPEs igual ou superior a 230 kV	SPE inferior a 230 kV	SPE Total	Corporativo e SPEs Total
Eletrobras Holding	19.734,2	-	19.734,2	3.663,8	238,1	3.901,8	25.552,9
Eletrobras Chesf	21.397,9	657,3	22.055,2	1.830,5	-	1.830,5	23.885,7
Eletrobras CGT Eletrosul	10.909,1	1.162,5	12.071,6	4,6	-	4,6	12.076,1
Eletrobras Eletronorte	10.425,7	556,4	10.982,1	1.072,6	-	1.072,6	12.054,7
Tirângulo Mineiro Transm.	-	-	-	296,5	-	296,5	296,5
Vale do S. Bartolomeu	-	-	-	147,1	-	147,1	147,1
Total	62.466,9	4.293,0	66.759,9	7.015,1	238,1	7.253,2	74.013,1

Em 2024, por meio de sua subsidiária Eletrobras Eletronorte, a Eletrobras arrematou os lotes 1, 3, 5 e 9 no Leilão de Transmissão nº 01/2024 da ANEEL, com investimento estimado em R\$ 5,6 bilhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 590 milhões. Essa aquisição reforça o plano de diversificação de portfólio, recomposição e alongamento das receitas de transmissão da Companhia. Os lotes arrematados terão 30 anos de prazo de concessão, incluindo licenciamento socioambiental, construção e operação, e serão fundamentais na expansão das interligações regionais e da capacidade de escoamento da energia renovável da região Nordeste.

Remuneração da Transmissão

Os ativos de transmissão possuem RAP definida pela ANEEL, levando em consideração o investimento e os custos de operação e manutenção de um projeto de transmissão. A RAP é atualizada anualmente de acordo com as regras da ANEEL, com revisões periódicas a cada cinco anos, ajustando-a para cima ou para baixo, considerando fatores como eficiência e acessibilidade das tarifas.

A Resolução Homologatória nº 3.348/2024 da ANEEL estabeleceu o reajuste anual da RAP referente ao ciclo 2024/2025, vinculado às instalações de transmissão sob responsabilidade das concessionárias. Como resultado, foi definida para as empresas Eletrobras uma RAP de R\$ 16.983 milhões (incluindo as SPE Vale do São Bartolomeu e Tirângulo Mineiro Transmissora), a preços de junho de 2024, líquida de PIS/Cofins e válida para o período de 01/07/2024 a 30/06/2025. Esse valor representa 35% da RAP total do SIN.

Adicionalmente, a resolução definiu uma Parcela de Ajuste (PA) total negativa para as empresas Eletrobras no ciclo de referência, de R\$ 1.529 milhões, também a preços de junho de 2024. Essa PA contempla, entre outros, os efeitos retroativos negativos e positivos da Revisão Tarifária Periódica da RAP (RTP) de 2023 e 2024 de contratos prorrogados e licitados, e a anuidade de RAP melhorias. Com isso, a RAP total das empresas Eletrobras para o ciclo 2024/2025 foi de R\$ 15.454 milhões, a preços de junho de 2024.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2024, a Eletrobras apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 10.381 milhões, 136,2% superior aos R\$ 4.395 milhões obtidos em 2023. O resultado de 2024 reforça a sólida posição financeira da Eletrobras, permitindo acelerar os investimentos na modernização de seus ativos, na expansão através de leilões de transmissão, na otimização operacional e na redução eficaz de passivos legados e contingências.

Em 2024, a receita operacional líquida foi de R\$ 40.182 milhões, um aumento de 8,1% em relação a 2023, quando foi de R\$ 37.159 milhões. O EBITDA foi de R\$ 26.237 milhões, um crescimento de 51,2% em comparação aos R\$ 17.352 milhões apurados em 2023.

Tabela 3. Resultado 2024 (R\$ milhões)

	DRE	2024	2023	%
Receita de Geração		28.096	26.617	5,6%
Receita de Transmissão		19.293	17.432	10,7%
Outras Receitas		337	426	0,0%
Receita Bruta		47.725	44.475	7,3%
Deduções da Receita		(7.544)	(7.316)	3,1%
Receita Operacional Líquida		40.182	37.159	8,1%
Energia p revenda, uso da rede, combustível e construção		(15.302)	(11.844)	29,2%
Pessoal, Material, Serviços e Outros		(7.593)	(8.183)	(7,2%)
Provisões Operacionais		180	(2.481)	(107,3%)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão		6.130	(12)	n.m.
Outras Receitas e Despesas		137	651	(79,0%)
EBITDA antes das Participações Societárias		23.733	15.290	55,2%
Participações societárias		2.503	2.062	21,4%
EBITDA		26.237	17.352	51,2%
Depreciação e Amortização		(3.988)	(3.621)	10,1%
EBIT		22.249	13.730	62,0%
Resultado Financeiro		(11.628)	(12.002)	(3,1%)
EBT		10.621	1.728	514,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(240)	2.998	(

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 26.702 milhões em 2024, um aumento de 2,2% em comparação aos R\$ 26.130 milhões de 2023.

Tabela 6. Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	2024			2023			%
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Energia comprada para revenda	(5.068)	—	(5.068)	(3.028)	—	(3.028)	67,4
Encargos sobre uso da rede elétrica	(3.955)	—	(3.955)	(3.482)	—	(3.482)	13,6
Combustível para produção de energia elétrica	(1.992)	—	(1.992)	(2.043)	—	(2.043)	-2,5
Construção	(4.287)	—	(4.287)	(3.291)	—	(3.291)	30,3
Pessoal, Material, Serviços e Outros	(3.124)	(4.469)	(7.593)	(3.442)	(4.741)	(8.183)	-7,2
Depreciação e Amortização	(3.717)	(270)	(3.988)	(3.388)	(234)	(3.621)	10,1
Provisões Operacionais	—	180	180	—	(2.481)	(2.481)	-107,3
Custos e Despesas Operacionais Totais	(22.143)	(4.559)	(26.702)	(18.673)	(7.456)	(26.130)	2,2

Os custos operacionais em 2024 totalizaram R\$ 22.143 milhões, um aumento de 18,6% em comparação aos R\$ 18.673 milhões de 2023. As principais variações são detalhadas a seguir:

- os custos com energia comprada para revenda aumentaram 67,4% em 2024 em comparação ao ano anterior, passando de R\$ 3.028 milhões para R\$ 5.068 milhões, devido a maior compra de energia no mercado de curto prazo para atender aos contratos de venda no ACL. Além disso, destacam-se os custos referentes ao distrito de contratos de energia, repactuação do risco hidrológico da UHE Tucuruí e novos PPA (Power Purchase Agreement) de energia incentivada.
- o custo de construção aumentou 30,3% em 2024, totalizando R\$ 4.287 milhões contra R\$ 3.291 milhões em 2023. Essa variação está diretamente relacionada aos investimentos realizados nos projetos de transmissão em andamento, com destaque para Eletrobras (R\$ 436,5 milhões), Eletrobras Chesf (R\$ 415 milhões), Eletrobras Eletronorte (R\$ 394,6 milhões), Eletrobras CGT Eletrosul (R\$ 55,7 milhões) e investimentos em SPEs (R\$ 168,6 milhões).
- os custos com depreciação e amortização aumentaram 10,1% em 2024, passando de R\$ 3.621 milhões em 2023 para R\$ 3.988 milhões.

As despesas operacionais em 2024 totalizaram R\$ 4.559 milhões, uma redução de 38,9% em comparação aos R\$ 7.456 milhões de 2023. Essa variação deveu-se a:

- redução de 7% nas despesas com pessoal, material, serviços e outros, que passaram de R\$ 8.183 milhões em 2023 para R\$ 7.593 milhões em 2024, impactada principalmente pela redução no quadro de colaboradores devido aos Planos de Demissão Voluntária (PDVs).
- redução de 107,3% nos valores de provisões operacionais, com reversão de R\$ 2.661 milhões, destacando: (a) a reversão de R\$ 167 milhões referente ao impairment da UTE Santa Cruz e provisão de perda de R\$ 126 milhões na alienação da participação na ISA Energia; e (b) constituições de R\$ 871 milhões e reversões de R\$ 1,1 bilhão.

Tabela 7. PMSO (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Pessoal	(3.754)	(4.240)	-11,5
Programa de Demissão Voluntária	(227)	(545)	-58,4
Material	(220)	(251)	-12,4
Serviços	(2.238)	(2.362)	-5,2
Outros	(1.154)	(786)	46,9
PMSO Total	(7.593)	(8.183)	-7,2

4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido reduziu 3,1%, passando de R\$ 12.002 milhões em 2023 para R\$ 11.628 milhões em 2024. Essa variação deveu-se principalmente aos maiores encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, além da atualização monetária do empréstimo compulsório, da ordem de R\$ 1 bilhão.

4.4. Participações Societárias

O resultado das participações societárias sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial aumentou 21,4% em 2024, passando de R\$ 2.062 milhões em 2023 para R\$ 2.503 milhões em 2024. Esse aumento ocorreu principalmente devido a melhora do resultado de todas as participações minoritárias detidas pela Eletrobras em função dos avanços na gestão das SPEs. Entre essas variações, destacam-se positivamente as coligadas ISA Energia com R\$ 874 milhões, Eletrobras Termonuclear S.A. com R\$ 562 milhões e a SPE Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE) com R\$ 292 milhões. Por outro lado, a SPE Norte Energia e a SPE Enerpeixe tiveram contribuições negativas de R\$ 836 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente.

4.5. EBITDA Consolidado

Em 2024, o EBITDA consolidado da Eletrobras atingiu R\$ 26.237 milhões, um aumento de 51,2% em comparação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pelas maiores receitas de geração e transmissão, pelas remensurações regulatórias dos contratos de transmissão e pela redução das despesas operacionais, especialmente as provisões operacionais.

Tabela 8. EBITDA (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Resultado do Exercício	10.381	4.395	136,2
+ Resultado da Operação Descontinuada	—	332	-100
Resultado do Exercício, operação Continuada	10.381	4.727	119,6
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	240	(2.998)	-108,0
+ Resultado Financeiro	11.628	12.002	-3,1
+ Amortização e Depreciação	3.988	3.621	10,1
= EBITDA	26.237	17.352	51,2

5. INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta alcançou R\$ 75,6 bilhões, refletindo captações de R\$ 29,9 bilhões, sendo cerca de R\$ 19 bilhões no mercado nacional. Além disso, houve acesso ao mercado internacional, com destaque para a emissão de títulos (bonds) pela Eletrobras, no volume total de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035, e a contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália – Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE), ampliando nossa flexibilidade financeira.

Considerando a gestão de passivos realizada pela Eletrobras, o prazo médio da dívida foi alongado em cerca de 10,7 meses e o custo médio total passou de CDI + 1,5% a.a. para CDI + 0,1% a.a.. A relação dívida líquida/EBITDA IFRS ajustado alcançou 1,5x em 2024.

Tabela 9. Dívida Líquida e Bruta (R\$ milhões)

	31/12/2024	31/12/2023
(+) Dívida Bruta	75.621	59.460
(+) Derivativos (hedge cambial) Líquido	(974)	658
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários Circulante)	35.524	18.967
(-) Caixa Restrito para Empréstimos e Financiamentos	813	504
(-) Financiamentos a Receber	639	628
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaú	—	80
Dívida Líquida	37.671	39.940

6. INVESTIMENTOS

O total dos investimentos realizados pela Eletrobras no período encerrado em 2024 foi de R\$ 7,7 bilhões, uma redução de 14,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia também realizou investimentos em suas parcerias por meio de aporte de capital, totalizando R\$ 486 milhões em 2024, representando uma redução de R\$ 1,7 bilhão em comparação a 2023. Essa redução foi explicada pelo aporte de R\$ 2 bilhões ocorrido na SPE Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) em 2023 para fins de reestruturação de dívidas. Desconsiderando esse fato, o investimento realizado em 2024 teria sido 10% superior ao de 2023.

Do valor total investido em 2024, R\$ 3.073 milhões foram aplicados em geração, R\$ 3.714 milhões em transmissão e R\$ 921 milhões em outros.

Tabela 10. Investimentos (R\$ milhões)

Realizado até 31/12/2024	
Geração	3.073
Implantação Corporativa	1.210
Manutenção	1.385
SPEs	478
Transmissão	3.714
Ampliação e Reforços e Melhorias	3.613
Manutenção	93
SPEs	8
Outros	921
Total	7.709

Geração: investimento total de R\$ 3.073 milhões

No segmento de geração, foram realizados investimentos no total de R\$ 3.073 milhões, sendo R\$ 1.210 milhões em ampliação, R\$ 1.385 milhões em manutenção/modernização e R\$ 478 milhões em parcerias.

Detalhe de investimento em **ampliação**: R\$ 1.129 milhões na Eletrobras CGT Eletrosul, valor todo alocado no Parque Eólico Coxilha Negra.

Em **manutenção/modernização** destacam-se:

- Eletrobras Chesf** - investimentos de R\$ 560 milhões, sendo R\$ 229 milhões relacionados a plano de melhorias e substituição de equipamentos, R\$ 158 milhões na UHE Paulo Afonso IV e R\$ 90 milhões na UHE Sobradinho.
- Eletrobras Eletronorte** - investimentos de R\$ 473 milhões, sendo R\$ 198 milhões na UHE Tucuruí e R\$ 98 milhões na modernização das usinas térmicas Mauá 3 e Aparecida.
- Eletrobras** - investimentos de R\$ 333 milhões, sendo R\$ 83 milhões na modernização da UHE Porto Colômbia, R\$ 29 milhões na UHE Marimbondo, R\$ 10 milhões na UHE Corumbá, R\$ 9 milhões na UHE Itumbiara e R\$ 7 milhões na UHE Manso.

Transmissão: investimento total de R\$ 3.714 milhões

No segmento de transmissão, foram realizados investimentos no total de R\$ 3.714 milhões, sendo R\$ 3.304 milhões em reforços e melhorias, R\$ 255 milhões em ampliação, R\$ 93 milhões em manutenção, R\$ 54 milhões em outros e R\$ 8 milhões em parcerias.

Em **reforços e melhorias** destacam-se:

- Eletrobras Chesf** - investimentos de R\$ 1.112 milhões, sendo R\$ 325 milhões em diversas subestações e linhas de transmissão, R\$ 84 milhões na Subestação SE Bongi e R\$ 26 milhões na SE Poções II.
- Eletrobras** - investimentos de R\$ 1.112 milhões, sendo R\$ 296 milhões na SE Ivaiporã e R\$ 228 milhões na SE Itaberá.
- Eletrobras Eletronorte** - investimentos de R\$ 693 milhões, sendo R\$ 84 milhões na SE Imperatriz, R\$ 93 milhões na SE Marabá e R\$ 72 milhões na SE Porto Velho.
- Eletrobras CGT Eletrosul** - investimentos de R\$ 387 milhões, sendo R\$ 74 milhões na SE Gravataí, R\$ 34 milhões na SE Blumenau e R\$ 18 milhões na SE Curitiba.

Ambiental: investimento total de R\$ 368 milhões

Em 2024, realizamos investimentos ambientais de R\$ 368 milhões, dos quais R\$ 49 milhões foram destinados ao cumprimento de um acordo de compensação ambiental na SAESA e R\$ 17,8 milhões ao alieamento de um trecho da BR-364, próximo ao distrito de Jaci-Paraná (RO), também pela SAESA.

7. SUSTENTABILIDADE

7.1. Gestão Ambiental

Em 2024, os investimentos em projetos ambientais totalizaram R\$ 269 milhões. A seguir, detalhamos algumas das ações realizadas ao longo do ano.

Mudanças climáticas

A Eletrobras assumiu o compromisso de ser Net Zero até 2030 e teve suas metas baseadas na ciência aprovadas pela Science Based Targets Initiative (SBTI). A estratégia da Eletrobras para atingir emissões líquidas zero inclui desinvestir em geração termelétrica, aumentar a geração renovável e compensar as emissões residuais com créditos de carbono de projetos florestais. A Eletrobras está trabalhando na construção de soluções que contribuem para a descarbonização de sua cadeia de valor, com foco em seus fornecedores e clientes. Essas soluções incluem créditos de carbono e certificados de energia renovável próprios, como o Renewable Energy Certificate Furnas Yield (RECFY), que é comercializado por meio de plataforma web própria, com tecnologia blockchain.

A Eletrobras concluiu a venda de seu único ativo a carvão em janeiro de 2024, a UTE Candiota III. Ainda em 2024, a Eletrobras iniciou o processo de alienação de seu portfólio termelétrico a gás, que totaliza 2 GW de capacidade instalada. O valor total da alienação foi de R\$ 4,7 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão em earn-out. Esta operação tem previsão de conclusão em 2025.

Proteção da Biodiversidade

Em 2024, a Eletrobras se tornou uma TNFD adopter (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures) assumindo o compromisso de desenvolver a avaliação de impactos, dependências, riscos e oportunidades materiais associados à natureza considerando a abordagem LEAP (Localizar, Estimar, Avaliar e Preparar) e as diretrizes do TNFD. Esse compromisso está alinhado à Meta 15 do Global Biodiversity Framework (GBF), firmado na COP 15 de Biodiversidade, com previsão de conclusão em 2025.

A Eletrobras possui quatro metas relacionadas à biodiversidade, incluindo aumentar o número de espécies ameaçadas incluídas em seus programas de conservação. Em 2024, a Eletrobras investiu R\$ 7,4 milhões em projetos voluntários de conservação da biodiversidade, representando 2,7% do investimento total em projetos ambientais realizados no ano.

7.2. Prêmios e Reconhecimentos

A Eletrobras foi reconhecida como o prêmio Valor Inovação Brasil de 2024, ficando em segundo lugar no setor de energia. Esse reconhecimento reflete o protagonismo da empresa na transição para uma economia de baixo carbono e no desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor. A empresa também foi incluída no IDIVERSA B3 pelo segundo ano consecutivo, um índice que avalia empresas listadas com excelência em diversidade. Além disso, a Eletrobras é uma das 14 empresas brasileiras reconhecidas pelo Bloomberg Gender-Equality Index devido às suas práticas de diversidade e inclusão, que superam a média do setor. Em maio de 2024, a empresa recebeu o selo ouro Empresa Amiga da Mulher da Secretaria da Mulher do Rio de Janeiro.

7.3. Gestão Social

Responsabilidade Social

A Eletrobras atuou como líder no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos para o Setor Elétrico e Energético do Pacto Global da ONU no Brasil. A Companhia concluiu sua primeira Avaliação de Impactos de Direitos Humanos (AIDH) independente e implementou o Programa de Sensibilização dos Direitos, Conselheiros e Indicados das Empresas Eletrobras. Além disso, a Eletrobras teve um caso publicado pelo Programa Na Mão Certa como uma boa prática direcionada ao público jovem da empresa.

Projetos Sociais

A Eletrobras investiu R\$ 47 milhões em projetos e ações voluntárias de caráter social com foco no desenvolvimento de comunidades tradicionais e povos indígenas. O Programa de Voluntariado da Eletrobras, reestruturado para abranger todas as empresas do grupo e otimizar sua eficiência, visa fortalecer o engajamento dos colaboradores com as comunidades do entorno dos empreendimentos, cumprindo uma importante função social. Através de iniciativas como Mentoria com Energia, Projeto IARA e diversas campanhas de arrecadação, o programa busca criar um impacto positivo e duradouro na sociedade e no meio ambiente, consolidando a cultura de responsabilidade social da Eletrobras.

Patrocínio

Em 2024, a Eletrobras realizou ações de patrocínio que vincularam a marca da Companhia a iniciativas esportivas, de inovação e de relacionamento com clientes. Foram investidos mais de R\$ 46 milhões em 66 projetos, com destaque para o Web Summit Rio 2024, um dos maiores eventos de inovação do mundo, realizado no Rio de Janeiro; o apoio ao Porto Maravalle, hub de inovação da cidade do Rio de Janeiro; e o projeto Museu Nacional Vivo, que apoia a reconstrução do museu após o incêndio sofrido em 2018.

A Companhia também viabilizou a realização de 24 projetos selecionados por meio do Programa de Patrocínio Esportivo das Empresas Eletrobras, com investimento de mais de R\$ 12 milhões. Destacam-se os bem-sucedidos apoios ao Flamengo Olímpico VI – Aquático e Artístico e à Liga de Basquete Feminino – LBF.

8. INOVAÇÃO E P&D

Em 2024, a Eletrobras consolidou seu modelo integrado de inovação, habilitando toda a Companhia a gerar valor em escala com a implantação de tecnologias e otimização do uso de recursos, posicionando-se como referência em tecnologia e inovação.

Para sustentar essa transformação e garantir que a inovação ocorra de forma escalável e segura, o investimento em infraestrutura de tecnologia da informação (TI) e modernização de plataformas de gestão empresarial tem sido um dos alicerces da modernização da Eletrobras. Projetos estruturantes como a modernização e expansão da capacidade de rede e conectividade da UHE Tucuruí, suportam as demandas de novas tecnologias e da digitalização dos processos operacionais, integrados a toda empresa e ao mundo externo. Em relação aos sistemas de gestão empresarial, a busca consistente por eficiência teve marcos relevantes através da liderança da TI, como a implantação de nova plataforma para relacionamento com clientes na área de comercialização, a incorporação da Eletrobras Furnas e de novas empresas adquiridas ao sistema de gestão da Eletrobras e a implementação de um novo plano contábil unificado. Além disso, foi habilitada a jornada do colaborador no Success Factors, uma ferramenta de gestão de capital humano (HCM – Human Capital Management) baseada em nuvem, utilizada para a administração e otimização de processos relacionados a Recursos Humanos (RH). Essa ferramenta permite a automação e integração de diversas funções de RH, desde recrutamento até a gestão de desempenho e sucessão. Destacam-se também a modernização da plataforma de gestão de serviços de TI e o início da transformação dos processos de compras no SAP Ariba, culminando com a contratação da consultoria da SAP como implementadora principal para o projeto S/4HANA a ser realizado ao longo de 2025 e 2026.

No âmbito da segurança digital, a criação de centros de monitoramento e o aumento da maturidade conforme os padrões do National Institute of Standards and Technology (NIST) garantem que a inovação ocorra de forma segura e confiável, protegendo os ativos e as informações críticas da organização e reafirmando nosso compromisso com a integridade em cada etapa.

Para viabilizar a exploração contínua do uso de tecnologias e endereçar oportunidades de alto potencial de geração de valor, estruturamos as Entregas de Valor com Inovação (EV). Comissões temáticas (geração, transmissão, comercialização, negócios emergentes, segurança e sustentabilidade e temas corporativos), compostas por executivos das diversas áreas de negócio e corporativas priorizam e fazem a gestão ativa do portfólio de EV, buscando alinhamento com as prioridades estratégicas da Companhia e geração de valor em escala.

A transformação não seria possível sem a liderança técnica dos Centros de Excelência, que impulsionam a adoção de tecnologias de ponta em áreas como Analytics e inteligência artificial, dados, robótica industrial, Internet of Things (IoT) industrial, e hiperautomação. Um exemplo emblemático é o projeto Atmos, realizado em parceria com a área de operações, que implantou um Centro de monitoramento e inteligência meteorológica para mitigar os impactos climáticos nos ativos e operações, colocando em prática o compromisso de preservar a vida e o meio ambiente. De forma complementar, o programa Eletro.IA, otimiza desde a operação da geração e transmissão até a gestão de ativos, reforçando o compromisso de inovar para gerar valor por meio de soluções que elevam os padrões de excelência e integridade.

A área de pesquisa e desenvolvimento avançou na execução de mais de 40 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em 2024, seguindo o regramento da ANEEL, tendo o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL) como principal motor tecnológico. Com investimentos que ultrapassaram R\$ 330 milhões, a Eletrobras desenvolve EV com abordagens inovadoras de flexibilização energética e eficiência operacional, combinando tecnologias e estratégias para explorar ao máximo o potencial das fontes renováveis. Destaca-se, na região de Petrolina/PE, o maior projeto de hibridização do país que integra energia fotovoltaica em terra e flutuante, eólica com monitoramento das condições do ativo, solar de alta concentração, armazenamento inteligente de energia e alta capacidade computacional, pavimentando um avanço significativo no desenvolvimento tecnológico e demonstrando que a inovação, quando aplicada com responsabilidade, impulsiona a sustentabilidade e o avanço do setor elétrico brasileiro. Alinhada com a transição energética, a Eletrobras submeteu com parceiros projetos para a chamada estratégia da ANEEL nº 023/2024 para o desenvolvimento de plantas pilotos de produção de hidrogênio verde com aplicação na descarbonização industrial e mobilidade sustentável.

O avanço tecnológico tem se apoiado e acelerado ainda mais por meio do Innovation Grid, a nossa plataforma de conexão com ecossistema para a inovação aberta, estruturada em módulos que abrangem desde a identificação de novos talentos e o codesenvolvimento de soluções tecnológicas avançadas até a validação de conceitos no mercado. Em 2024, o programa ganhou ainda mais robustez com a implantação de cinco polos de inovação, estrategicamente distribuídos em todas as regiões do Brasil – em parceria com ACATE, Porto Digital, Porto Maravalle, Hub Goiás e Parque de Ciência e Tecnologia Guamá.

Reconhecendo que o principal motor dessa transformação é o capital humano, a capacitação dos profissionais da Eletrobras recebeu um novo impulso com o Programa 220, realizado em parceria com a Universidade Corporativa da Eletrobras (Unise). As jornadas de capacitação, que abrangem temas como design, analytics, ciência de dados, automação de processos e citizen development, já contaram com a participação de mais de 250 profissionais, além de 1.000 inscritos, impulsionando a digitalização e automação dos processos em toda Companhia. Essa iniciativa, que celebra a capacidade de aprender e ensinar, foi reforçada pelo 3º Prêmio de Inovação, que reuniu equipes multidisciplinares de norte a sul do país, destacou mais de 200 soluções e contou com a participação de cerca de 800 profissionais, comprovando que a excelência prática e a colaboração entre áreas são fundamentais para transformar desafios em oportunidades.

Ao integrar e potencializar todos esses esforços, a Eletrobras demonstra que a inovação e a tecnologia não são apenas metas estratégicas, mas um processo contínuo que permeia toda a organização. Com uma estrutura robusta, investimentos significativos e uma cultura voltada para o futuro, a Companhia reafirma seu compromisso em transformar desafios em oportunidades, em se posicionar na vanguarda do setor elétrico e em explorar potenciais novos negócios no downstream da indústria de energia, como H₂V, datacenters e baterias, consolidando-se como uma referência global em excelência tecnológica e sustentabilidade, onde inovar é, essencialmente, gerar valor para todos.

9. GESTÃO DE PESSOAS

Em 2024, a Eletrobras encerrou o ano com 7.710 profissionais efetivos, contra 8.328 em 2023, representando uma redução de 7,4% no quadro profissional.

Tivemos 65,5% do total de profissionais atuando na área operacional, enquanto 34,5% estavam alocados nas áreas corporativas da companhia. Além disso, 20,4% do quadro é composto por mulheres (1.575) e 79,6% por homens (6.135).

A redução do quadro foi alcançada principalmente pelos desligamentos oriundos dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs) abertos em outubro de 2022 para profissionais aposentados pela previdência oficial ou aposentáveis até 30 de abril de 2023, e em 2023 para os profissionais da Eletrobras holding, Eletrobras Furnas, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletrobras Eletronorte e Eletrobras Chesf, além dos desligamentos oriundos do Plano de Demissão Consensual (PDC) de 2024.

Figura 2. Quantitativo de empregados por localização geográfica e gênero



A evolução da nova Eletrobras

A Eletrobras tem como compromisso garantir um ambiente de trabalho seguro, colaborativo, diverso e inovador, essencial para a acelerar a transformação e o fortalecimento de sua cultura organizacional. Para isso, a Companhia promove e valoriza o "senso de dono" entre os seus profissionais, incentivando a proatividade na gestão de custos e a eficiência nas entregas. Além disso, a Eletrobras investe no desenvolvimento de líderes inspiradores, tornando a empresa um lugar atraente para desenvolver e reter talentos que agregam valor à sua marca empregadora.

Como parte do processo de construção da nova cultura organizacional da Eletrobras foi criado o Nossa Energia, um projeto construído de forma colaborativa conectado com a estratégia da Companhia. Esse projeto revelou o novo propósito da organização, bem como os valores organizacionais e os comportamentos esperados de todos os colaboradores, promovendo uma cultura mais alinhada com a ambição da empresa.

Principais marcos em Gestão de Pessoas

Dentre os principais projetos de gestão de pessoas da Eletrobras, destacam-se a implementação da arquitetura de carreira, que busca proporcionar clareza e oportunidades de crescimento para todos os profissionais, fortalecendo o desenvolvimento de talentos dentro da empresa; e o lançamento do Lídera Mais, um novo modelo de aprendizagem e desenvolvimento voltado especialmente para os líderes, com o intuito de aprimorar suas habilidades e capacidades de liderança.

Para impulsionar a transformação cultural e a atração e retenção de talentos, a Eletrobras lançou em 2024 seu programa de reconhecimento interno, reestruturou o processo de atração de talentos (com mais de 40 mil inscritos), bem como os processos de *onboarding* e integração. Implementou também um programa de estágio unificado que contou com mais de 15.000 inscritos, desenvolveu seu primeiro programa de *trainees* com a contratação de 38 profissionais, realizou diversas ações de fortalecimento de cultura e lançou seu programa de saúde integral, que conta com uma série de iniciativas construídas em quatro dimensões centradas no indivíduo: corpo, mente, espírito e ambiente.

Outras iniciativas que se destacaram em 2024 foram: a criação da área de gestão da mudança de Recursos Humanos, a otimização dos benefícios de assistência à saúde, a redução dos custos administrativos de previdência e a capacitação dos profissionais por meio de diversas ações educacionais. A aprendizagem corporativa alcançou 496 mil horas de treinamento e impactou mais de 3.100 profissionais, com 70% dos líderes participando das primeiras sessões do programa Lídera Mais.

Planos de Demissão Voluntária (PDV) e Plano de Demissão Consensual Incentivado (PDCI)

Até o final de 2024, os planos de demissão abertos nos anos anteriores (PDV 2022 e 2023) totalizaram 4.028 desligamentos, perfazendo 99% do total de inscritos (4.066 inscrições validadas). Deste total, 1.220 saíram no período de janeiro a dezembro. Ainda em 2024, foi lançado o PDC 2024 nas empresas Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletrobras Chesf totalizando 390 inscrições, com 306 saídas processadas até dezembro, o que representou 78,5% do total.

Os demais desligamentos serão integralizados ao longo de 2025, assim como a abertura do PDC para parte representativa da Eletrobras holding, cuja inscrição se encerra ao longo de fevereiro do ano corrente.

No ano de 2024, em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024-2026, foi aberto o PDC 2024 em algumas bases, com 390 inscritos, sendo 306 saídas processadas até dezembro, o que representou 78,5% do total.

Em 06/03/2024, foi aprovado o ACT nas bases remanescentes - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso, Foz do Iguaçu (Paraná) e Goiás (exceto Serra da Mesa), permitindo a abertura de PDC para os colaboradores dessas bases no período de 10 a 14 de março de 2024.

Treinamento, Desenvolvimento e Novos Talentos

Em 2024, totalizamos mais de 339 mil horas de treinamento, com um investimento de R\$ 25,5 milhões, permitindo que 9.827 participantes acumulassem 50.003 participações.

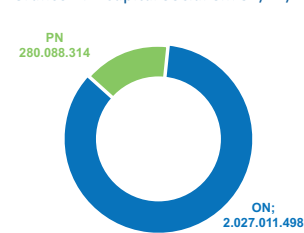
Para capacitação técnico-operacional, foram executadas mais de 67 mil horas de treinamento, distribuídas em 4.595 participações para 1.896 participantes distintos, em eventos e cursos nas áreas de manutenção e operação da transmissão e geração. Destacamos a formação de novos admitidos na área operacional, além da participação em treinamentos para segurança de barragens. Sobre Normas Regulamentadoras (NRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as NRs 10, 33 e 35, realizamos cerca de 164 mil horas de treinamento, impactando 4.444 empregados.

O programa Lídera Mais, direcionado ao público de liderança da Companhia, impactou, neste primeiro ano, 70% de nossos líderes, somando um total de 7.400 horas de treinamento

10. MERCADO DE CAPITAL

O capital social da Eletrobras totalizou R\$ 70 bilhões em 31 de dezembro de 2024, representado por 2.307.099.812 ações, sendo 2.027.011.498 ações ordinárias e 280.088.314 ações preferenciais.

Gráfico 1. Capital Social em 31/12/2024



A Eletrobras negocia ações na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) sob três códigos distintos: ELET3 para as ações ordinárias, ELET6 para as ações preferenciais classe B e ELET5 para as ações preferenciais classe A.

Já na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* EBR e EBR-B.

No dia 4 de março de 2025, o Conselho de Administração da *Bolsa y Mercados Españoles Sistemas de Negociación S.A.* (BME) aprovou o pedido de deslistagem das ações de emissão da Eletrobras na Latibex, e a partir de 6 de março de 2024, a Companhia deixou de estar listada nesse ambiente de negociação.

Tabela 11. Preço e Volume Ações Eletrobras na B3 (R\$ e pontos)

Preço e Volume - (R\$)	ELET3 (ações ON)	ELET6 (ações PN)	IBOV (índice)	IEE (índice)
Cotação de Fechamento em 30/12/24	34,13	37,84	120.283	77.455
Máxima em 2024	42,9	44,92	137.344	94.957
Média em 2024	37,96	40,91	128.269	88.769
Mínima em 2024	33,21	36,95	119.138	77.264
Variação em 2024 (%)	(16,63)	(11,79)	(10,36)	(18,4)
Volume médio diário negociado 2024 (milhões de ações)	7,9	1,4	-	-
Volume médio diário negociado 2024 (R\$ milhões)	304,29	60,69	-	-
V/VPA	0,65	0,72	-	-
Valor de mercado em 30/12/2024* (R\$ bilhões)	79,8			

* Por questão de liquidez, está sendo considerada para a PN-A a mesma cotação da PN-B.

11. REMUNERAÇÃO AOS AÇIONISTAS

Conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Anuais completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou lucro líquido da Controladora de R\$ 10.378 milhões. Assim, a destinação dos resultados referentes ao exercício de 2024 e lucros acumulados foi proposta pela Administração e está descrita a seguir.

Tabela 12. Destinação do resultado e lucros acumulados (R\$ milhões)

	2024	2023
Saldo para destinação do exercício	10.378	4.550
(-) Reserva Legal	519	227
(-) Dividendos Obrigatórios	2.465	1.081
(-) Dividendos Adicionais Propostos	1.535	216
(=) Subtotal a distribuir	5.859	3.026
(+) Dividendos prescritos	13	-
(-) Outros resultados abrangentes	22	-
(=) Constituição de reservas estatutárias e retenção dos lucros	5.850	3.026
Saldo a distribuir do exercício	-	-

Em relação à remuneração dos acionistas proposta de R\$ 4.000 milhões, já foram pagos dividendos intercalares em janeiro de 2025, no valor de R\$ 2.202 milhões, restando o pagamento de R\$ 1.798 milhões.

12. AUDITORIA EXTERNA

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, receberam honorários que totalizaram R\$ 30,1 milhões para a realização dos seguintes serviços de auditoria:

- 1) Auditoria das demonstrações contábeis e revisão das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, exceto Eletrobras Participações S.A. - Eletropar, além do exame dos controles internos segundo normas do IBRACON e da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (SOx), entre outros serviços regulares de auditoria independente;
- 2) Serviços de auditoria independente no âmbito da emissão internacional de *bonds* da Companhia;
- 3) Outros serviços relacionados à auditoria independente, como a auditoria do programa Luz para Todos da controlada Eletrobras Eletronorte;
- 4) Serviços de auditoria independente pagos pela Santo Antônio Energia S.A., controlada indireta da Companhia.

Os auditores independentes não prestaram outros serviços além de serviços profissionais relacionados à auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

De todo modo, a Eletrobras adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos auditores externos independentes, conforme descrito abaixo.

Conforme o Estatuto Social da Eletrobras, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Adicionalmente, a Eletrobras possui um Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, em funcionamento permanente, responsável por supervisionar as atividades dos auditores independentes, bem como avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades das Empresas Eletrobras e a adequação dos honorários.

Nos termos da Resolução nº 23/2021 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o prazo para rotatividade dos auditores independentes é de 10 anos consecutivos caso a Companhia auditada possua comitê de auditoria estatutário em funcionamento permanente e que o auditor seja pessoa jurídica. Neste caso, os auditores independentes devem proceder com a rotação de seu responsável técnico, diretor, gerente e qualquer outro integrante da equipe de auditoria com função de gerência, em período não superior a 5 anos consecutivos, com intervalo mínimo de 3 anos para seu retorno.

13. BALANÇO SOCIAL 2024

Tabela 13. Balanço Social

Informações de Natureza Social e Ambiental	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2024	2023	2024	2023
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ mil)	1.101.657	368.743	2.730.727	3.228.841
- Empregados (R\$ mil)	1.029.785	297.692	2.648.546	3.124.448
- Administradores (R\$ mil)	71.872	71.051	82.181	104.393
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	26,25	26,49	-	-
- Administradores	3,16	3,16	-	-
b. Benefícios Concedidos	2024	2023	2024	2023
Encargos Sociais (R\$ mil)	275.728	77.328	690.107	775.771
Alimentação (R\$ mil)	62.207	13.828	161.677	177.022
Transporte (R\$ mil)	583	278	3.927	5.003
Previdência Privada (R\$ mil)	65.633	19.323	146.746	187.859
Saúde (R\$ mil)	98.805	17.517	271.222	299.957
Segurança e Medicina do Trabalho (R\$ mil)	13.460	5.761	19.772	45.515
Educação ou Auxílio-creche (R\$ mil)	16.744	3.402	50.540	55.346
Cultura (R\$ mil)	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional (R\$ mil)	129	2.836	1.245	10.353
Outros (R\$ mil)	95.619	17.818	262.092	216.259
Total (R\$ mil)	628.908	158.091	1.607.328	1.773.085
c. Composição do Corpo Funcional	2024	2023	2024	2023
Nº de empregados no final do exercício	3.054	684	7.710	8.327
Nº de admissões	582	152	1.396	823
Nº de demissões	488	143	2.039	1.916
Nº de estagiários no final do exercício	167	70	339	324
Nº de empregados com deficiência (PcD) no final do exercício	31	6	199	206
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	2.296	423	6.135	6.853
- Feminino	758	261	1.575	1.474
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	455	58	1.177	705
- De 36 a 60 anos	2.506	593	6.305	7.173
- Acima de 60 anos	93	33	228	449
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	-	-
- Com ensino fundamental	16	10	136	136
- Com ensino médio	83	48	275	2.992
- Com ensino técnico	777	0	2.686	422
- Com ensino superior	1.198	337	2.842	3.618
- Pós-graduados	980	289	1.771	1.159
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	70%	65%	-	-
- Feminino	30%	35%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2024	2023	2024	2023
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.210	1.602	2.633	3.555
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	335	3	1.068	869
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	204	27	384	672
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da Justiça (R\$ mil)	95.858	2.876	206.389	244.023
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	2024	2023	2024	2023
Totais dos investimentos em:				
Educação (R\$ mil)	2.561	-	2.561	383
Cultura (R\$ mil)	10.100	1.722	10.100	2.343
Saúde e Infraestrutura (R\$ mil)	316	-	316	2.395
Esporte e Lazer (R\$ mil)	9.250	-	12.650	1.160
Alimentação (R\$ mil)	-	-	-	3.117
Geração de Trabalho e Renda (R\$ mil)	-	21	-	1.235
Reassentamento de Famílias (R\$ mil)	-	-	-	-
Outros (R\$ mil)	21.853	2.490	21.901	17.745
Total dos investimentos (R\$ mil)	44.080	4.233	47.529	28.378
Tributos (excluídos encargos sociais) (R\$ mil)	1.285.942	194.819	3.099.942	3.692.499
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (R\$ mil)	-	-	-	465.042
Total de Relacionamento com a Comunidade (R\$ mil)	1.330.022	199.052	3.147.470	4.185.919
2.2. Interação com os Fornecedores				
Críticos de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:				
Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresenta as seguintes declarações:				
DECLARA, sob as penas da lei que:				
1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;				
1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.				
1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais.				
2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;				
Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).				
Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.				
O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.				
Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.				
Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do Balanço Social, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:				
<ul style="list-style-type: none"> • boas práticas de governança; • combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção; • práticas leais de concorrência; • direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil; • direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, de remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado; • promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência); • compromisso com o desenvolvimento profissional; • promoção da saúde e segurança; • promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros; • proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; • ações sociais de interesse público. 				
III. Interação com o Meio Ambiente				
3.1. Investimentos	2024	2023	2024	2023
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (R\$ mil)	-	-	-	90.719
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados (R\$ mil)	-	-	-	76.519
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade (R\$ mil)	-	-	-	107
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade (R\$ mil)	-	-	-	3.638
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ mil)	-	-	384	1.223
Total dos investimentos (R\$ mil)	-	-	384	172.206
3.2. Passivo Ambiental	2024	2023	2024	2023
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente (R\$ mil)	1.627.464	-	2.745.210	38
Passivos e contingências ambientais (R\$ mil)	1.013	-	41.133	151.991
Total dos passivos ambientais (R\$ mil)	1.628.477	-	2.786.343	152.029
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	175	8	313	418
IV. Outras Informações				
4.1 - Informações financeiras	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Líquida (ROL) (R\$ mil)	6.328.755	109.424	40.181.552	37.158.908
Resultado Operacional (RO) (R\$ mil)	8.667.650	4.881.180	10.620.784	1.728.377

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.387.945	5.698.457	26.572.522	13.046.371
Caixa restrito	7	449.865	250.060	508.734	572.869
Títulos e valores mobiliários	8	6.421.621	2.477.747	8.951.838	5.920.171
Clientes	9	1.686.293	-	5.911.477	5.210.482
Ativo contratual transmissão	10	4.634.940	-	10.539.570	11.159.426
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	971.555	1.099.798	475.459	367.741
Remuneração de participações societárias	11	2.286.078	2.358.819	721.683	871.558
Impostos e Contribuições	12	1.734.020	1.448.286	2.831.414	4.207.227
Direito de ressarcimento	14	865.299	940.268	893.254	980.206
Almoçarifado		50.576	204	441.471	426.690
Instrumentos financeiros derivativos	38	500.998	-	692.660	373.600
Outros		729.718	414.679	1.408.919	1.698.824
		36.718.908	14.688.318	59.949.000	44.835.171
Ativos mantidos para venda	40	1.353.723	221.972	4.502.102	3.187.141
		38.072.631	14.910.290	64.451.102	48.022.312
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Caixa restrito	7	1.430.650	-	3.170.749	2.200.078
Direito de ressarcimento	14	692.126	1.332.167	720.081	1.385.479
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	1.894.322	6.852.841	163.140	260.409
Clientes	9	171.017	-	602.411	649.446
Títulos e valores mobiliários	8	421.933	432.355	433.341	432.724
Impostos e Contribuições	12	2.356.369	804.582	2.715.445	1.153.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	5.673.011	6.725.087
Depósitos judiciais		3.693.298	3.337.816	5.190.344	6.246.082
Ativo contratual transmissão	15	21.223.812	-	56.848.086	50.052.912
Instrumentos financeiros derivativos	38	1.269.677	-	1.544.095	-
Remuneração de participações societárias	11	181.049	-	-	-
Outros		2.000.734	1.495.993	1.645.570	1.053.164
		35.334.987	14.255.754	78.706.273	70.158.997
INVESTIMENTOS					
Avaliados por equivalência patrimonial	16	112.300.525	141.814.345	30.727.405	32.100.302
Mantidos a valor justo		839.546	1.046.762	861.234	1.072.093
Outros investimentos		19.387	-	97.987	32.288
		113.159.458	142.861.107	31.686.626	33.204.683
IMOBILIZADO					
INTANGÍVEL					
	17	6.137.175	201.942	36.854.056	35.805.421
	18	20.779.526	129.890	78.173.273	79.866.241
		175.411.146	157.448.693	225.420.228	219.035.342
TOTAL DO ATIVO		213.483.777	172.358.983	289.871.330	267.057.654

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	8.329.966	7.342.448	12.809.872	10.890.873
Empréstimo compulsório - Acordos	27	1.105.534	896.746	1.105.534	896.746
Empréstimo compulsório	23	1.326.925	1.257.291	1.326.925	1.257.291
Fornecedores	20	1.145.660	1.555.989	2.756.329	2.963.867
Impostos e Contribuições	12	378.569	241.541	1.146.169	1.022.562
Contratos onerosos	25	-	-	62.711	120.660
Remuneração aos acionistas	24	2.486.778	1.110.416	2.490.668	1.154.836
Obrigações com pessoal	26	483.779	213.767	1.065.114	1.634.933
Obrigações de ressarcimento	14	-	-	55.517	-
Benefício pós-emprego	26	993	-	289.840	292.990
Provisões para litígios	27	1.719.453	1.993.061	1.791.088	2.290.873
Encargos setoriais	21	105.352	-	820.067	765.619
Obrigações da Lei 14.182/2021	28	814.819	-	2.916.199	2.161.176
Devoluções RGR	29	492.276	439.974	492.276	439.974
Arrendamentos		8.429	10.959	26.861	44.020
Instrumentos financeiros derivativos	38	824.125	-	1.175.652	-
Outros		458.746	89.312	1.105.093	948.907
		19.681.404	13.751.504	31.435.916	26.885.327
Passivos associados a ativos mantidos para venda	40	-	-	194.454	274.464
		19.681.404	13.751.504	31.630.370	27.159.791
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	40.926.187	27.474.928	62.810.702	48.569.496
Fornecedores	20	-	-	7.959	-
Provisões para litígios	27	15.658.437	15.598.552	21.583.395	24.250.819
Benefício pós-emprego	26	418.586	859.753	3.416.381	5.293.808
Obrigações da Lei 14.182/2021	28	11.111.765	-	39.105.924	37.358.230
Devoluções RGR	29	439.974	879.947	439.974	879.947
Contratos onerosos	25	-	-	621.725	950.468
Obrigações de ressarcimento		-	-	15.286	-
Arrendamentos		79.994	24.972	155.722	172.727
Concessões a pagar - Uso do bem Público		38.175	-	543.867	566.172
Adiantamentos para futuro aumento de capital	38	108.938	98.252	108.938	98.252
Instrumentos financeiros derivativos		2.283	645.302	2.283	657.514
Encargos setoriais	21	744.833	-	942.348	432.341
Impostos e Contribuições	12	103.682	-	372.488	574.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.566.835	440.834	4.287.021	5.721.830
Outros		739.459	251.567	1.827.171	1.906.834
		71.939.148	46.274.107	136.241.184	127.433.219
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		70.099.826	70.099.826	70.099.826	70.099.826
Gastos com emissão de ações		(108.186)	(108.186)	(108.186)	(108.186)
Reservas de capital e Instrumentos Patrimoniais		13.910.768	13.899.339	13.910.768	13.899.339
Outorgados		(2.223.011)	(2.114.256)	(2.223.011)	(2.114.256)
Ações em tesouraria		43.905.041	37.536.595	43.905.041	37.536.595
Reservas de lucros		1.535.196	216.114	1.535.196	216.114
Dividendo adicional proposto		(5.256.409)	(7.186.060)	(5.256.409)	(7.186.060)
Lucros acumulados		121.863.225	112.333.372	121.863.225	112.333.372
Outros resultados abrangentes acumulados		-	-	-	-
Participação de acionistas controladores		-	-	136.551	131.272
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		121.863.225	112.333.372	121.999.776	112.464.644
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		213.483.777	172.358.983	289.871.330	267.057.654

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	33	6.328.755	109.424	40.181.552	37.158.908
Custos operacionais	34	(4.583.697)	(99)	(22.143.030)	(18.673.499)
RESULTADO BRUTO		1.745.058	109.325	18.038.523	18.485.409
Despesas operacionais	34	(1.822.037)	(912.679)	(4.559.135)	(7.456.137)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	15	2.229.490	-	6.129.771	(12.144)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.152.511	(803.354)	19.609.159	11.017.128
RESULTADO FINANCEIRO	35	(4.386.422)	(3.507.163)	(11.628.120)	(12.002.121)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(2.233.911)	(4.310.517)	7.981.039	(984.993)
Resultado das participações societárias		10.762.871	9.172.949	2.503.205	2.062.900
Outras receitas e despesas	36	138.690	18.748	136.540	651.280
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		8.667.650	4.881.180	10.620.784	1.728.377
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	608	(717.909)	(512.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.710.472	-	477.879	3.511.001
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		10.378.122	4.881.788	10.380.754	4.726.875
Parcela atribuída aos controladores		10.378.122	4.881.788	10.378.122	4.881.788
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	2.632	(154.913)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA		-	(332.014)	-	(332.014)
Parcela Atribuída aos Controladores		-	(332.014)	-	(332.014)
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.378.122	4.549.774	10.380.754	4.394.861
Parcela Atribuída aos Controladores		10.378.122	4.549.774	10.378.122	4.549.774
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	2.632	(154.913)
RESULTADO POR AÇÃO em (R\$)	32				
Resultado por ação - básico (ON)		4,56	1,98	4,56	1,98
Resultado por ação - básico (PN)		5,02	2,18	5,02	2,18
Resultado por ação - diluído (ON)		4,50	1,96	4,50	1,96
Resultado por ação - diluído (PN)		4,95	2,15	4,95	2,15
Operações Continuadas					
Resultado por ação - básico (ON)		4,56	2,12	4,56	2,12
Resultado por ação - básico (PN)		5,02	2,34	5,02	2,34
Resultado por ação - diluído (ON)		4,50	2,10	4,50	2,10
Resultado por ação - diluído (PN)		4,95	2,31	4,95	2,31

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS (DESPESAS)					
Venda de mercadorias, produtos e serviços		8.444.742	114.439	49.693.403	41.502.170
Receita de construção	33	1.172.154	-	4.161.735	2.960.792
PCE - Consumidores e Revendedores		(44.787)	-	(391.334)	(466.598)
Outras receitas e despesas operacionais		138.690	18.748	136.540	1.143.062
		9.710.799	133.187	53.600.344	45.139.426
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Materiais, serviços e outros		(1.368.114)	(1.428.461)	(3.409.477)	(3.983.694)
Energia comprada para revenda	34	(1.942.333)	(99)	(5.068.123)	(3.028.226)
Encargos sobre uso da rede elétrica	34	(486.997)	-	(3.954.730)	(3.482.126)
Custo de Construção	34	(1.145.373)	-	(4.286.914)	(3.291.132)
Combustível para produção de energia elétrica	34	(192.077)	-	(1.991.855)	(2.042.867)
Provisões/Reversões operacionais		59.884	1.148.011	571.353	(1.729.192)
		(5.075.010)	(280.549)	(18.139.746)	(17.557.237)
VALOR ADICIONADO BRUTO		4.635.789	(147.362)	35.460.598	27.582.189
RETENÇÕES					
Depreciação, amortização e exaustão	34	(365.691)	(372.13)	(3.987.775)	(3.621.342)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		4.270.098	(184.575)	31.472.823	23.960.847
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial		10.762.871	9.172.949	2.503.207	2.062.900
Receitas financeiras		6.309.041	1.798.430	7.958.530	3.252.824
		17.071.912	10.971.379	10.461.	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Capital e Instrumentos			Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
		Capital Social	Patrimoniais Outorgados	Ações em Tesouraria	Legal	Retenção de Lucros	Estatutárias						
Em 31 de dezembro de 2023	31	69.991.640	13.889.339	(2.114.256)	2.377.770	11.161.028	409.825	23.587.972	216.114	(7.186.060)	112.333.371	131.272	112.464.643
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA										(143.659)	(143.659)		(143.659)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes										48.844	48.844		48.844
Reclassificação do ganho na venda de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA									(436)		(436)		(436)
Participações no ORA de controladas										1.161.703	1.161.703	2.647	1.164.350
Participações no ORA de coligadas										281.939	258.958		258.958
Ajustes Benefício pós-emprego										580.824	580.824		580.824
Lucro líquido do exercício									10.378.122		10.378.122	2.632	10.380.754
Transações com acionistas:													
Ações Outorgadas			21.429								21.429		21.429
Ações em Tesouraria - Recompra de ações				(115.099)							(115.099)		(115.099)
Programa de Remuneração em Ações				6.344							6.344		6.344
Constituições de reservas					518.906			5.849.541	1.535.196	(7.903.643)			
Dividendos propostos										(2.464.804)			(2.464.804)
Dividendo adicional proposto										(216.114)			(216.114)
Prescrição de dividendos										13.742			13.742
Em 31 de dezembro de 2024	31	69.991.640	13.910.768	(2.223.011)	2.896.676	11.161.028	409.825	29.437.513	1.535.196	(5.256.409)	121.863.225	136.551	121.999.776

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
					Legal	Retenção de Lucros	Estatutárias						
Em 31 de dezembro de 2022		69.705.554	13.867.170	-	2.150.281	10.787.755	409.825	20.562.372	-	(6.978.161)	110.504.796	523.840	111.028.636
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA										206.508	206.508		206.508
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes										(70.213)	(70.213)		(70.213)
Reclassificação do ganho na venda de instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA									352.523	(318.779)	33.744		33.744
Participações no ORA de controladas										234.433	234.433	48.431	282.864
Participações no ORA de coligadas										(139.860)	(139.860)		(139.860)
Ajustes Benefício pós-emprego										(119.988)	(119.988)		(119.988)
Lucro líquido do período									4.549.774		4.549.774	(154.913)	4.394.861
Transações com acionistas:													
Ações Outorgadas			22.169								22.169		22.169
Ações em Tesouraria - Ações emitidas				(168.168)							(168.168)		(168.168)
Ações em Tesouraria - Recompra de ações				(1.967.218)							(1.967.218)		(1,967,218)
Programa de Remuneração em Ações				13.595							13.595		13.595
Ações em Tesouraria - Acionistas dissidentes				(212)							(212)		(212)
Ações em Tesouraria - Acordo Empréstimo compulsório				7.747							7.747		7.747
Aumento de Capital - Incorporação de ações		286.086									286.086	(286.086)	
Constituições de reservas					227.489	373.273		3.025.600	216.114	(3.842.476)			
Dividendos propostos										(1.080.571)			(1,080,571)
Prescrição de dividendos									20.750		20.750		20.750
Em 31 de dezembro de 2023		69.991.640	13.889.339	(2.114.256)	2.377.770	11.161.028	409.825	23.587.972	216.114	(7.186.060)	112.333.372	131.272	112.464.644

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A., "Eletrobras" ou "Controladora", é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro (RJ), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3) e de Nova Iorque (NYSE).

A Eletrobras, em conjunto com suas controladas "Companhia", exerce às atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, através da construção e operação de usinas produtoras, linhas de transmissão e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, promove e apoia pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos, prospecção e desenvolvimento de fontes alternativas de geração, incentivo ao uso racional e sustentável e implantação de redes inteligentes de energia elétrica.

Após a privatização e a gradual descolização de suas usinas hidrelétricas, a Eletrobras tem se estruturado para comercializar sua energia, caracterizada por uma geração previsível e despachável, adequada ao mercado varejista de energia elétrica.

No contexto do fortalecimento de sua atuação na comercialização de energia elétrica, a Eletrobras tem celebrado parcerias estratégicas com o intuito de ampliar sua presença no mercado livre de energia.

Em vista da expansão da comercialização, os acionistas da Eletrobras, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em fevereiro de 2025, aprovaram, dentre outras, a alteração estatutária que detalha seu objeto social, incluindo a modalidade de varejista de comercialização de energia elétrica.

Todo esse esforço da Companhia se reflete na gestão de seus ativos, conforme detalhado na Nota Explicativa 19, especialmente no que se refere à identificação de suas unidades geradoras de caixa (UGC).

A Eletrobras também exerce controle acionário sobre a Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (em processo de incorporação), além de investimentos diretos e indiretos em 63 Sociedades de Propósito Específico (SPE), todas dedicadas à geração e transmissão de energia elétrica.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2025.

NOTA 2 - DESTAQUES DE 2024

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 10.380.754, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Abaixo, divulgamos os principais eventos ocorridos durante o ano corrente:

2.1 Incorporação da subsidiária integral Furnas

Em 1º de julho de 2024, após o cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas, a incorporação de Furnas foi concluída. Logo, a partir dessa data, todos os direitos e obrigações foram absorvidos pela Eletrobras e a personalidade jurídica de Furnas deixou de existir. Abaixo, segue balanço patrimonial combinado da operação com base nos dados históricos das entidades, em junho de 2024:

	PRÉ INCORPORAÇÃO		PÓS INCORPORAÇÃO
	ELETROBRAS	FURNAS	ELETROBRAS
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9.075.083	1.018.193	10.093.276
Títulos e valores mobiliários	2.660.017	2.965.275	5.625.292
Ativo contratual transmissão	-	4.569.792	4.569.792
Outros	7.176.865	4.430.570	11.607.435
TOTAL	18.911.965	12.983.830	31.895.795
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Ativo contratual transmissão	-	18.663.480	18.663.480
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.658.335	-	6.658.335
Outros	8.891.034	2.976.383	11.867.417
TOTAL	15.549.369	21.639.863	37.189.232
INVESTIMENTOS IMOBILIZADO	141.392.786	24.350.827	165.743.613
INTANGÍVEL	197.782	5.546.368	5.744.150
TOTAL	157.296.287	72.228.897	229.525.184
TOTAL	176.208.252	85.212.727	261.420.979
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.956.498	759.744	7.716.242
Provisões para litígios	1.719.453	-	1.719.453
Obrigações da Lei 14.182/2021	-	771.100	771.100
Outros	3.347.369	1.092.532	4.439.901
TOTAL	12.023.320	2.623.376	14.646.696
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	34.377.982	7.426.250	41.804.232
Obrigações da Lei 14.182/2021	-	10.498.204	10.498.204
Provisões para litígios	14.039.738	2.613.848	16.653.586
Outros	1.672.886	3.526.991	5.199.877
TOTAL	50.090.606	24.065.293	74.155.899
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	114.094.326	58.524.058	172.618.384
TOTAL	176.208.252	85.212.727	261.420.979

2.2 Ativos de Transmissão

(a) Leilão de Transmissão
Em março de 2024, a Eletrobras arrematou, por meio de sua controlada Eletronorte, 04 lotes no Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que terão 30 anos de prazo de concessão, incluindo licenciamento, construção e operação, conforme apresentados a seguir:

Tabela 2 - Leilão

Empresa	Contrato	RAP	Prazo (meses)
SPE Nova Era Catarina Transmissora S.A.	012/2024	162.400	60
SPE Nova Era Ceará Transmissora S.A.	006/2024	114.500	60
SPE Nova Era Integração Transmissora S.A.	008/2024	302.000	66
SPE Nova Era Teresina Transmissora S.A.	004/2024	116.640	42
Total		590.540	

(b) **Revisão Tarifária Periódica (RTP) e Receita Anual Permitida (RAP) 2024/2025**
Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 6.129.771, na rubrica de Remensurações Regulatórias (maiores informações, nota 15).

2.3 Aliações de Participações Societárias

(a) **Chapada do Piauí I e Chapada do Piauí II**

Em junho de 2024, a Companhia concluiu a venda de sua participação minoritária de 49% no capital social em 15 Sociedades de Propósito Específico (SPE), incluindo Chapada do Piauí I Holding S.A. e Chapada do Piauí II Holding S.A., para a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A (maiores informações, nota 40).

(b) **ISA Energia**

Em julho de 2024, a Companhia recebeu o valor de R\$ 2.153.842, líquido dos gastos de venda, decorrente da conclusão da oferta pública de distribuição secundária de 93.000.000 ações preferenciais da ISA Energia, pelo preço unitário de R\$ 23,50, e impactou negativamente o resultado em R\$ 125.822 (maiores informações, nota 16.1).

2.4 Operações de Dívida

(a) **Bonds 2035**

Em setembro de 2024, a Eletrobras finalizou a emissão de títulos (Bonds), perfazendo o montante de R\$ 4.219.050 (US\$ 750.000 mil). Os títulos, com vencimento em janeiro de 2035, possuem um cupom de 6,50% ao ano. Os pagamentos dos juros ocorrerão semestralmente, nos meses de janeiro e de julho, iniciando em janeiro de 2025 (maiores informações, nota 22).

(b) **Debêntures e Notas Comerciais**

A Companhia concluiu, no ano de 2024, operações financeiras de que totalizaram, aproximadamente, R\$ 30.000.000, em captação de recursos (maiores informações, nota 22).

(c) **Agência Internacional de Crédito a Exportação**

Em dezembro de 2024, a Eletrobras contratou financiamento com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália - Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE), no valor de R\$ 2.384.383 (US\$ 400.000 mil) (maiores informações, nota 22).

2.5 ELETRONET

Em dezembro de 2024, a Companhia assinou um acordo com a LT - Bandeirante Empreendimentos Ltda. para adquirir 51% da Eletronet S.A., passará a deter 100% do capital social da empresa. A Eletronet opera uma rede nacional de fibra óptica integrada às linhas de transmissão da Eletrobras, oferecendo serviços de telecomunicação e conectividade. A aquisição permitirá à Eletrobras aproveitar sinergias comerciais e reforçar seu compromisso com a otimização de participações minoritárias e geração de valor, conforme seu Plano Estratégico. A conclusão da operação está sujeita a condicionantes e ajustes usuais de mercado.

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém, diretamente ou por meio das suas empresas controladas e controladas em conjunto, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão, informados abaixo:

Tabela 3 - Concessões e autorizações de geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11.233	PA	2045
002/2022	Tucuruí	8.535	PA	2052
001/2022	Complexo de Paulo Afonso (Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales)	4.280	BA	2052
002/2008	Jirau	3.750	RO	2045
001/2008	Santo Antônio	3.568	RO	2047
003/2014	Xingó	3.162	SE / AL	2052
003/2022	Itumbiara	2.082	MG	2052
002/2011	Teles Pires	1.820	MT / PA	2047
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE / BA	2052
003/2022	Marimbondo	1.440	MG	2052
005/2004	Serra da Mesa	1.275	GO	2046
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
001/2022	Sobradinho	1.050	BA	2052
003/2022	Luis Carlos Barreto (Estreito)	1.050	SP / MG	2052
128/2001	Foz do Chapeco	855	RS	2042
003/2014	Três Irmãos	808	SP	2044
130/2001	Peixe Angical	499	TO	2042
003/2022	Peixoto (Mascarenhas de Moraes)	476	MG	2052
001/2014	Sinop	402	MT	2050
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
001/2007	Governador Jayme Canet Junior (GJC) (antiga UHE Mauá)	363		

Tabela 7 - Concessões de transmissão de energia elétrica - corporativas

Contrato	Índice de	Nº de	Km	RAP do ciclo	Início da	Final da vigência
062/2001	IPCA	64	8.650	6.519.001	2013	2043
061/2001	IPCA	112	19.236	4.596.017	2013	2043
058/2001	IPCA	48	19.790	2.307.827	2013	2043
057/2001	IPCA	58	8.691	1.132.876	2013	2043
012/2009	IPCA	2	111	319.447	2009	2039
034/2001	IGPM	2	665	252.282	2001	2031
020/2012	IPCA	5	473	165.939	2012	2042
010/2005	IGPM	4	376	152.158	2005	2035
021/2009	IPCA	7	986	103.047	2009	2039
010/2009	IPCA	2	44	100.874	2009	2039
004/2012	IPCA	6	783	97.644	2012	2042
008/2011	IPCA	5	286	93.599	2011	2041
004/2004	IGPM	3	372	83.360	2004	2034
019/2012	IPCA	3	60	63.845	2012	2042
022/2009	IPCA	3	547	55.534	2009	2039
004/2013	IPCA	2	297	54.635	2013	2043
004/2010	IPCA	4	34	51.547	2010	2040
014/2013	IPCA	1	147	50.535	2013	2043
017/2009	IPCA	5	96	44.506	2009	2039
006/2009	IPCA	3	49	33.014	2009	2039
019/2010	IPCA	7	321	31.926	2010	2040
001/2009	IPCA	2	95	31.652	2009	2039
006/2005	IGPM	2	90	31.389	2005	2035
007/2005	IGPM	2	208	30.881	2005	2035
007/2014	IPCA	6	275	30.545	2014	2044
011/2010	IPCA	4	—	30.128	2010	2040
005/2006	IPCA	2	257	30.091	2006	2036
005/2012	IPCA	4	42	29.112	2012	2042
007/2006	IPCA	3	71	27.617	2006	2036
016/2012	IPCA	1	—	23.901	2012	2042
002/2009	IPCA	1	—	22.674	2009	2039
010/2007	IPCA	2	95	22.377	2007	2037
018/2012	IPCA	6	208	21.781	2012	2042
010/2011	IPCA	3	65	20.147	2011	2041
017/2011	IPCA	2	46	18.525	2011	2041
012/2007	IPCA	4	316	17.415	2007	2037
028/2009	IPCA	3	187	17.249	2009	2039
017/2012	IPCA	2	—	16.751	2012	2042
007/2010	IPCA	1	—	16.089	2010	2040
013/2010	IPCA	1	—	15.825	2010	2040
003/2009	IPCA	2	180	15.165	2009	2039
007/2008	IPCA	2	36	14.932	2008	2038
014/2012	IPCA	2	30	14.611	2012	2042
002/2011	IPCA	3	231	14.492	2011	2041
020/2010	IPCA	2	115	13.984	2010	2040
009/2011	IPCA	2	64	12.606	2011	2041
006/2010	IPCA	2	95	12.149	2010	2040
014/2008	IPCA	2	145	11.878	2008	2038
021/2010	IPCA	2	91	11.392	2010	2040
018/2009	IPCA	2	145	11.082	2009	2039
004/2011	IPCA	1	—	9.487	2011	2041
014/2010	IPCA	1	—	9.155	2010	2040
012/2011	IPCA	2	—	9.121	2011	2041
004/2008	IPCA	2	238	9.024	2008	2038
008/2005	IGPM	2	120	8.266	2005	2035
009/2010	IPCA	2	59	7.964	2010	2040
005/2009	IPCA	1	—	7.769	2009	2039
005/2008	IPCA	3	110	6.955	2008	2038
014/2011	IPCA	2	51	6.020	2011	2041
012/2010	IPCA	3	37	5.592	2010	2040
008/2014	IPCA	1	—	4.670	2014	2044
013/2011	IPCA	1	—	2.916	2011	2041
012/2024¹	IPCA	1	—	11.638	2024	2054
006/2024¹	IPCA	1	—	114.490	2024	2054
008/2024¹	IPCA	1	—	302.000	2024	2054
004/2024¹	IPCA	1	—	162.385	2024	2054
Total				17.573.505		

¹Concessões em fase de construção - valores da RAP contratual.

Tabela 8 - Concessões de transmissão de energia elétrica - SPE

Contrato	SPE (Controladas em conjunto)	Participação	Índice de reajuste	RAP Ciclo	Início da vigência	Final da vigência
014/2014	Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	49,00	IPCA	819.396	2014	2044
013/2009	Iterligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00	IPCA	387.739	2009	2039
015/2009	Iterligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00	IPCA	334.558	2009	2039
001/2014	Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.¹	49,90	IPCA	321.600	2014	2044
007/2013	Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50	IPCA	194.642	2013	2043
005/2004	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00	IPCA	171.481	2004	2034
022/2011	Iterligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00	IPCA	149.883	2011	2041
002/2010	Goiás Transmissão S.A.	49,00	IPCA	91.777	2010	2040
009/2009	Transenergia Renovável S.A.	49,00	IPCA	77.895	2009	2039
008/2010	MGE Transmissão S.A.	49,00	IPCA	67.604	2010	2040
024/2009	Transenergia São Paulo S.A.	49,00	IPCA	27.503	2009	2039
010/2012	Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00	IPCA	23.364	2012	2042
003/2012	Transnorte Energia S.A.	50,38	IPCA	16.815	2012	2042
003/2011	Caldas Novas Transmissão S.A.	49,90	IPCA	7.114	2011	2041
003/2014	Lago Azul Transmissão S.A.¹	49,90	IPCA	5.621	2014	2044
Total				2.696.992		

¹Concessões encontram-se listadas na nota 40 - Mantidos para venda

NOTA 4 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® (IFRIC® Interpretations)) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® (SIC® Interpretations)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, a Companhia apresenta essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantidos para a venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

4.4.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não impactaram as demonstrações contábeis da Companhia:

Tabela 9 - Novas normas e interpretações vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas definem os requisitos para classificar e divulgar passivos com cláusulas de covenants como circulantes ou não circulantes. Além disso, apenas os covenants que devem ser cumpridos antes ou no final do período de reporte influenciam essa classificação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 - Instrumentos Financeiros	Novos requisitos de divulgação para operações de Risco Sacado (Reverse Factoring).	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas exigem que o vendedor-arrendatário mensure o passivo de arrendamento resultante da transferência de um ativo, que é reconhecida como receita de venda, e do retro arrendamento (Sale and Leaseback) de modo que não haja reconhecimento de ganho ou perda sobre o direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

4.4.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 10 - Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtópicos. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações contábeis, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente consolidados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas se inicia na data em que a Companhia assume o controle, sendo cessada quando a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes de sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Tabela 11 – Empresas controladas

	2024		2023	
	Participação % Direta	Participação % Indireta	Participação % Direta	Participação % Indireta
Baguari Energia S.A.	100,00	—	—	100,00
Baguari I Geração de Energia S.A.	—	100,00	—	100,00
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00	—	—	100,00
Energia dos Ventos V S.A.	—	100,00	—	100,00
Energia dos Ventos VI S.A.	—	100,00	—	100,00
Energia dos Ventos VII S.A.	—	100,00	—	100,00
Energia dos Ventos VIII S.A.	—	100,00	—	100,00
Energia dos Ventos IX S.A.	—	100,00	—	100,00
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.	—	98,00	—	98,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	100,00	—	100,00	—
Nova Era Catarina Transmissora S.A.	—	100,00	—	—
Nova Era Ceará Transmissora S.A.	—	100,00	—	—
Nova Era Integração Transmissora S.A.	—	100,00	—	—
Nova Era Teresina Transmissora S.A.	—	100,00	—	—
Teles Pires Participações S.A.	—	100,00	—	100,00
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	—	100,00	—	100,00
Cia de Ger. e Trans. de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul	100,00	—	100,00	—
Eólica Ibirapuitã S.A.	—	100,00	—	100,00
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	100,00	—	100,00	—
Nova Era Solar Enki S.A.	—	99,97	—	—
Eletrobras Participações S.A. – Eletropar	83,71	—	83,71	—
Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas	—	—	100,00	—
Madeira Energia S.A.	99,74	—	—	99,74
Santo Antônio Energia S.A.	—	99,74	—	99,74
Retiro Baixo Energética S.A.	100,00	—	—	100,00
SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A.	100,00	—	—	100,00
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	100,00	—	—	100,00
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	90,00	—	—	90,00

Operações em conjunto (consórcios)

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (vide nota 40)

Consórcio UHE Baguari

Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 Reclassificações

Após a apresentação das demonstrações contábeis de 2023, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado do exercício os itens identificados no quadro abaixo:

Tabela 12 – Reclassificações - Passivo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023 Divulgado	2023 Reclassificação	2023 Divulgado	2023 Reclassificação
BALANÇO PATRIMONIAL				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	7.782.422	(439.974)	7.342.448	11.330.847
Devoluções RGR (i)	—	439.974	439.974	—
	7.782.422	—</		

(ii) Reclassificação referente aos eventos ocorridos na aquisição de controle empresa da Teles Pires Participações no qual destacamos em rubricas específicas o efeito da participação societária pre-existente e os ganhos na alienação da investida Energia Águas da Pedra S.A.

(iii) O montante reclassificado refere-se substancialmente ao recebimento de encargos financeiros das controladas e dos juros de TVM.

A Companhia avaliou o efeito da classificação original, tanto qualitativa quanto quantitativamente, e concluiu que a reclassificação não teve impacto material nas suas demonstrações contábeis.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Eletrobras utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Tabela 14 - Estimativas de Julgamentos

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos	
		2024	2023
09/10	Cientes/Financiamentos e empréstimos a receber	Avaliação de perda de crédito esperada	
13	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros	
15	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa	
16.2/19/25	Perdas em investimentos, valor recuperável dos ativos de longo prazo e contratos onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia	
26	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego	
27	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais	
37.3.4.1	Instrumentos financeiros derivativos e dívidas objetos de hedge	Valor justo dos instrumentos financeiros	

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 15 - Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	4.332	2.173	179.907	51.270
Aplicações Financeiras	16.383.613	5.696.284	26.392.615	12.995.101
	16.387.945	5.698.457	26.572.522	13.046.371

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo CDI.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 7 - CAIXA RESTRITO

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

Tabela 16 - Caixa restrito

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Reserva de debêntures - MESA	-	-	-	99.192
Convênio Itaipu	286.601	-	286.601	197.628
Recursos da RGR	40.960	38.177	40.960	38.177
Conta garantia - empréstimo compulsório PROCEL	70.112	199.820	70.112	199.820
Comercialização - PROINFA	3.746	3.491	3.746	3.491
Reserva de empréstimos e financiamentos - CHESF	-	8.572	-	8.572
Outros	48.446	-	75.347	25.989
	449.865	250.060	508.734	572.869
Não Circulante				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste	1.430.650	-	1.430.650	1.245.994
Fundo de Energia do Nordeste	-	-	829.410	691.849
Reserva de empréstimos e financiamentos - MESA	-	-	563.708	214.422
Reserva de empréstimos e financiamentos - CGT Eletrosul	-	-	121.233	-
Reserva de empréstimos e financiamentos - CHESF	-	-	95.722	-
Outros	-	-	130.026	47.813
	1.430.650	-	3.170.749	2.200.078
	1.880.515	250.060	3.679.483	2.772.947

7.1 Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas, incorporada pela Eletrobras, e Itaipu Binacional, cujo objetivo é a cooperação para desenvolvimento conjunto do projeto denominado "Revitalização do sistema HVDC de Furnas associado à UHE Itaipu" que consiste na modernização de equipamentos na estação conversora em Foz do Iguaçu. A modernização do sistema de transmissão associado à UHE Itaipu, se encontra no plano decenal de expansão de energia - PDE 2030, aprovado pela portaria normativa MME nº 2, de 25 de fevereiro de 2021.

7.2 Conta garantia - empréstimo compulsório

Representam recursos destinados ao pagamento de acordos judiciais assinados, relacionados ao empréstimo compulsório de energia, que poderão ser levantados pelo autor após a homologação judicial.

7.3 Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste - FESC

Fundo setorial, criado pela lei nº 13.182/2015 com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do centro-oeste e do sudeste, o FESC permite que a Eletrobras negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferrovia, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas regiões sudeste e centro-oeste. Eletrobras usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPE podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

7.4 Fundo de Energia do Nordeste - FEN

Conforme a Lei nº 13.182/2015, o fundo setorial destina-se a prover recursos para empreendimentos de energia elétrica na região nordeste do Brasil. Os recursos são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores e o custo de geração da energia. A Companhia pode participar com até 49% do capital próprio das sociedades de propósito específico (SPE) que implantam esses empreendimentos.

7.5 Reservas de empréstimos e financiamentos

Referem-se a montantes previstos nos contratos de financiamentos destinados a garantir o direito de recebimento das parcelas à vencer, nos casos de inadimplimento, até o final da amortização dos contratos.

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Tabela 17 - Títulos e Valores Mobiliários

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Letra Financeira do Tesouro Nacional	2.651.641	1.249.376	3.206.725	2.979.760
Operações Compromissadas	3.769.240	1.227.217	5.411.209	2.798.670
Letra do Tesouro Nacional	618	1.069	253.671	70.861
Outros	122	85	80.233	70.880
	6.421.621	2.477.747	8.951.838	5.920.171
Não Circulante				
Partes Beneficiárias	417.242	427.202	417.242	427.202
Outros	4.691	5.153	16.099	5.522
	421.933	432.355	433.341	432.724
	6.843.554	2.910.102	9.385.179	6.352.895

8.1 Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas.

Prática contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários, as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6, e as partes beneficiárias.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

NOTA 9 - CLIENTES

Tabela 18 - Clientes Controladora

	CONTROLADORA			
	2024		2023	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total
Circulante				
Uso da Rede Elétrica	680.945	117.199	291.955	1.090.099
Suprimento/Fornecimento de Energia	636.301	5.297	28.936	670.534
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	30	-	-	30
Parcelamento	45.501	-	11.113	56.614
(-) PCE	(21)	-	(130.963)	(130.984)
	1.362.756	122.496	201.041	1.686.293
Não Circulante				
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	-	-	280.138	280.138
Suprimento/Fornecimento de Energia	-	-	9.548	9.548
Uso da Rede Elétrica	-	-	4.348	4.348
Parcelamento	171.017	-	-	171.017
(-) PCE	-	-	(294.034)	(294.034)
	171.017	-	-	171.017
	1.533.773	122.496	201.041	1.857.310

Tabela 19 - Clientes Consolidado

	CONSOLIDADO			
	2024		2023	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total
Circulante				
Suprimento/Fornecimento de Energia	2.745.961	326.058	1.574.723	4.646.742
Uso da Rede Elétrica	1.537.909	203.480	710.585	2.451.974
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	452.619	322.598	2.509	777.726
Parcelamento	388.258	68.372	1.143.851	1.600.481
(-) PCE	(358.566)	(136.864)	(3.070.016)	(3.565.446)
	4.766.181	783.644	361.652	5.911.477
Não Circulante				
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	-	-	280.138	280.138
Suprimento/Fornecimento de Energia	-	-	9.548	9.548
Uso da Rede Elétrica	-	-	4.348	4.348
Parcelamento	876.534	-	-	876.534
(-) PCE	(274.123)	-	(294.034)	(568.157)
	602.411	-	-	602.411
	5.368.592	783.644	361.652	6.513.888
				5.859.928

9.1 Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

9.2 Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

9.3 Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

9.4 Perdas de Crédito Esperadas - PCE

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

Tabela 20 - Movimentação - PCE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	-	-	3.747.981	3.296.863
(+) Incorporação de controlada	380.231	-	-	-
(+) Constituição	46.873	-	545.830	648.170
(-) Reversão	(2.086)	-	(154.496)	(181.572)
(-) Baixa	-	-	(5.712)	(15.480)
Saldo em 31 de dezembro	425.018	-	4.133.603	3.747.981

Dentre o montante total da PCE de clientes provisionados em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.728.747 (R\$ 2.644.303, em 31 de dezembro de 2023) referem-se a recebíveis da Amazonas Energia, os quais continuam integralmente provisionados. A constituição e a reversão da PCE foram registradas e apresentadas no resultado do exercício como despesas operacionais, de forma líquida (vide nota 34.1).

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PCE.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, considerando, principalmente, o histórico de inadimplência e provisionando esse percentual nas faturas vencidas.

Para os clientes com saldos renegociados, a Companhia considera, também, outros fatores na avaliação de risco, como a situação patrimonial e eventuais restrições ou apontamentos nas entidades de proteção ao crédito.

NOTA 10 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES A RECEBER

Tabela 21 - Empréstimos, financiamentos e debêntures a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos				
Eltronorte	12,74	1.264.534	1.653.493	-
CGT Eletrosul	6,12	962.745	1.114.451	-
Furnas	-	-	359.858	-
Amazonas Energia S.A.	13,77	4.592.148	4.593.471	4.593.471
Boa Vista S.A.	5,89	158.287	154.276	154.276
Outras	10,89	195.721	188.094	188.094
(-) PCE	-	(4.772.272)	(4.757.692)	(4.757.692)
		2.401.163	3.305.951	173.885
Debêntures				
Eltronorte	-	-	2.022.500	-
Chesf	-	-	2.174.188	-
Transnorte Energia	2,15	464.714	450.000	450.000
		464.714	4.646.688	450.000
Principal				
Encargos			954.911	1.018.468
Circulante			16.644	81.330
Não Circulante			971.555	1.099.798
			1.894.322	6.852.841
			2.865.877	7.952.639
			638.599	628.150

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e são indexados, substancialmente, pelo IGP-M e IPCA.

O perfil dos financiamentos e empréstimos a receber está demonstrado na nota 38.

10.1 Movimentação de empréstimos a receber

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Tabela 22 - Movimentação dos empréstimos a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	7.952.639	4.890.548	628.150	1.021.645
Efeito no fluxo de caixa:				
Aquisição de Debêntures	-	450.000	-	450.000
Recebimento do principal	(5.128.284)	(1.568.018)	(12.675)	(982.425)
Juros recebidos	(842.578)	(797.589)	(57.665)	(86.013)
Efeito não caixa:				
Conversão do AFAC	-	4.150.000	-	-
Perdas de crédito estimadas	(14.566)	(21.618)	(14.566)	(21.618)
Perda com a baixa dos recebíveis	(9.964)	-	(9.964)	-
Ajuste resultante dos contratos com recursos RGR	-	13.710	-	13.710
Juros e encargos incorridos	806			

Tabela 23 – Remuneração de participações societárias

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	685.114	669.785	—	—
Chesf	686.274	373.528	—	—
CGT Eletrosul	139.098	—	—	—
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	101.000	—	—	—
Baguari Energia S.A.	22.319	—	—	—
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	8.788	—	—	—
Retiro Baixo Energia S.A.	7.806	—	—	—
Furnas Centrais Elétricas S.A. (vide nota 2.1)	—	673.220	—	—
Coligadas				
ISA Energia	276.337	432.410	287.671	441.138
Lajeado Energia S.A.	102.544	114.242	102.544	114.242
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	29.111	—	58.222	48.386
Goiás Transmissão S.A.	56.882	—	56.882	43.654
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24.848	—	49.696	42.718
Transenergia São Paulo S.A.	22.088	—	22.088	19.813
CEB Lajeado S.A.	14.824	17.605	14.824	17.605
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	11.480	—	11.480	13.782
Paulista Lajeado Energia S.A.	16.361	5.626	16.361	5.626
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	—	—	13.845	12.525
Outros	81.204	72.403	88.071	112.069
	2.286.078	2.358.819	721.683	871.558
Não Circulante				
Controladas				
Madeira Energia S.A.	181.049	—	—	—
	181.049	—	—	—
	2.467.127	2.358.819	721.683	871.558

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vide a nota 16, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Tabela 24 – Impostos e contribuições

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
IRPJ	819.701	474.249	1.194.549	2.158.272
CSLL	407.063	80.172	719.676	773.986
IRRF/CSRF	443.490	890.242	607.620	1.172.390
PIS/COFINS	5.546	3.623	68.572	20.033
INSS/FGTS	7.927	26.575	8.244	—
PAES/REFIS	—	28.741	—	69.492
ICMS	3.157	—	17.1428	68.691
ISS	4	3.326	3.504	18.810
Outros	47.132	3.565	57.820	13.855
	1.734.020	1.448.286	2.831.413	4.207.227
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
PIS/COFINS	—	14.113	233.416	201.951
IRRF	2.351.319	804.582	2.351.320	822.196
ICMS	5.050	—	125.901	106.585
PAES/REFIS	—	89.569	—	89.569
Outros	—	—	4.808	22.884
	2.356.369	804.582	2.715.445	1.153.616
			372.488	574.781

12.1 Demais assuntos tributários

12.1.1 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia tem procedimentos fiscais questionados pelas autoridades tributárias:

• Auto de Infração – apuração do IRPJ e CSLL (Eletrobras)

Trata-se de ação anulatória movida pela incorporada Furnas em face da Fazenda Nacional, para discutir a cobrança decorrente de auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, na qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da Fundação Real Grandeza - FRG. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e oferecido à tributação à medida de sua realização. A União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, suspensa até trânsito em julgado na ação Anulatória, que possui Acórdão de mérito favorável prolatado pelo TRF da 2ª Região, publicado em 19 de dezembro de 2024. O valor total discutido é de R\$ 2.060.752, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.976.858, em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avalia que é mais provável do que não que os tratamentos adotados sejam acolhidos no âmbito judicial.

• Ação de cobrança fiscal de IRPJ e CSLL – renovação das concessões (CGT Eletrosul)

Trata-se de ação declaratória de cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, atinente a incorporada Eletrosul Centrais Elétricas S/A. Em 31 de dezembro de 2024, a ação possui Acórdão desfavorável de mérito prolatado pelo TRF da 4ª Região, pendente de julgamento Recurso Especial. O valor total discutido é de R\$ 836.218 (R\$ 733.906, em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avalia que é mais provável do que não que os tratamentos adotados sejam acolhidos no âmbito judicial.

12.1.2 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi aprovado o texto final da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19, que altera a forma da tributação sobre bens e serviços ("Reforma Tributária" ou "Reforma"). A redação final da Lei Complementar nº 214/25, que trouxe as bases da regulamentação da Reforma Tributária, foi sancionada pela Presidência da República em 16 de janeiro de 2025, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para a Companhia. As principais discussões giram em torno dos efeitos da nova sistemática de não-cumulatividade do IBS e da CBS, da redução gradual de incentivos fiscais, da adaptação sistêmica aos novos tributos e suas respectivas obrigações acessórias, do impacto do método de *split payment*, dos impactos em preços de contratos de energia (equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos) e dos impactos na cadeia de fornecimento.

NOTA 13 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

13.1 Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tabela 25 - IRPJ e CSLL diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Diferenças tributárias por meio do resultado				
Créd. tributário s/ prejuízo fiscal e base negativa	3.208.795	—	9.429.496	6.052.988
Provisão para litígios ²	2.876.119	—	3.835.152	2.157.555
Perda estimada em créditos	—	—	782.071	1.313.871
Provisões operacionais	—	—	605.068	270.435
Impairment	—	—	178.506	1.180.814
Ativo contratual ²	(6.988.907)	—	(12.748.145)	(9.810.154)
Repactuação do risco hidrológico	(257.343)	—	(828.508)	(580.402)
Depreciação acelerada	—	—	(301.060)	(304.495)
Outros	—	—	254.315	419.960
Diferenças tributárias por meio de outros resultados abrangentes				
Créditos tributários s/perdas atuariais	—	—	584.594	743.519
Instrumentos financeiros a valor justo	(405.499)	(440.834)	(405.499)	(440.834)
	(1.566.835)	(440.834)	1.385.990	1.003.257
Créditos fiscais¹				
Imposto de renda	4.788.440	—	11.014.760	5.077.818
Contribuição social	1.602.138	—	4.801.139	1.647.269
Débitos fiscais				
Imposto de renda	(6.038.854)	(324.143)	(9.534.459)	(3.931.590)
Contribuição social	(1.918.559)	(116.691)	(4.895.450)	(790.240)
	(1.566.835)	(440.834)	1.385.990	2.003.257

¹ Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável.

² Em razão da incorporação de Furnas (vide nota 2.1).

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada por exercício futuro é:

Tabela 26 - Fluxo de realização de tributo diferido

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
2026	—	—	287.865	400.108
2027	—	—	287.865	530.429
2028	—	—	287.865	370.225
2029	—	—	287.865	441.814
2030	—	—	287.865	455.169
Após 2030	—	—	(3.006.160)	(811.755)
			(1.566.835)	1.385.990

13.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 27 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Resultado operacional antes dos tributos	8.667.650	4.549.164	10.620.784	1.396.363
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(2.947.001)	(1.546.716)	(3.611.067)	(474.763)
Efeitos de adições e exclusões:				
Equivalência patrimonial	2.652.793	3.118.803	10.168	515.523
Dividendos /JCP	—	(1.867.671)	—	—
Compensação de prejuízo fiscal	—	—	97.002	—
Incentivos fiscais	—	105	402.828	290.574
Tributos diferidos não reconhecidos/revertidos	(634.821)	316.558	(623.082)	316.558
Impacto diferimento - Incentivo Fiscal	—	—	656.515	396.450
Demais adições e exclusões permanentes	(34.670)	(20.471)	203.890	(389.292)
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	(963.699)	608	(2.863.746)	655.050
Alíquota efetiva (%) das operações	11,12	—	26,96	—
Constituição/ reversão de créditos tributários	2.674.171	—	2.623.716	2.343.448
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL	1.710.472	608	(240.030)	2.998.498

Após a incorporação de Furnas em junho de 2024, a Eletrobras reestimou seus lucros tributáveis, o que permitiu o reconhecimento de R\$ 3.208.795, neste ano. Por ainda não possuir perspectiva de lucro tributável futuro que permita o reconhecimento de todo o montante de créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a companhia detém R\$ 2.473.909, não registrados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.531.938, em 31 de dezembro de 2023).

13.3. Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido

Tabela 28 - Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias

	CONTROLADORA	
	2024	2023
Ativos fiscais diferidos		
Provisões para litígios	4.161.912	6.817.900
Perdas de crédito estimadas	2.229.934	1.601.221
Impairment	557.545	—
Provisões com derivativos a valor justo	433.647	205.708
Provisões atuariais	343.807	244.336
Provisões operacionais	142.021	—
Variações cambiais passivas	67.044	127.256
Outros	1.496.574	441.729
	9.432.484	9.438.150

Prática Contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente. O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias), e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

NOTA 14 - DIREITOS DE RESSARCIMENTO

Tabela 29 - Mutação de Direito de Ressarcimento - Controladora

	2024		2023		2024		2023	
	AIC	CCC	Fator Ajuste	AIC	CCC	Fator Ajuste	Total	
Direito de ressarcimento	356.173	2.269.712	79.613	505.992	2.679.364	389.438	2.612.498	3.574.794
Perdas de crédito esperadas	—	(340.063)	—	—	(340.063)	—	(340.063)	(340.063)
Saldo em 01 de janeiro	356.173	1.836.649	79.613	505.992	2.339.301	389.438	2.272.435	3.234.731
Efeito no fluxo de caixa:								
Amortização	(221.504)	(400.570)	(79.613)	(172.708)	(534.093)	(309.825)	(701.687)	(1.016.626)
Juros recebidos	(46.017)	(69.048)	—	(40.550)	(69.094)	—	(115.065)	(109.644)
Efeito não caixa:								
Juros incorridos	24.164	77.578	—	63.439	100.535	—	101.742	163.974
Saldo em 31 de dezembro	112.816	1.444.609	—	356.173	1.836.649	79.613	1.557.425	2.272.435
Direito de ressarcimento	112.816	1.784.672	—	356.173	2.176.712	79.613	1.897.488	2.612.498
Perdas de crédito esperadas	—	(340.063)	—	—	(340.063)	—	(340.063)	(340.063)
Circulante	62.738	802.561	—	248.438	612.217	79.613	865.299	940.268
Não circulante	50.078	642.048	—	107.735	1.224.432	—	692.126	1.332.167

Tabela 30 - Mutação de Direito de Ressarcimento - Consolidado

	2024		2023		2024		2023	
	AIC	CCC	Fator Ajuste	AIC	CCC	Fator Ajuste	Total	
Direito de ressarcimento	356.173	2.269.962	79.613	505.992	2.786.468	389.438	2.705.748	3.681.898
Perdas de crédito esperadas	—	(340.063)	—	—	(340.063)	—	(340.063)	(340.063)
Saldo em 01 de janeiro								

Na atividade de transmissão, o direito efetivo ao recebimento da RAP tem início a partir da entrada em operação do empreendimento. Dessa forma, os direitos gerados à medida que a entidade realiza a construção do empreendimento de transmissão são reconhecidos como ativos contratuais no balanço patrimonial. O ativo contratual é formado pelas receitas de construção e pela atualização financeira do saldo do ativo contratual. Ao cumprir a obrigação de desempenho relacionada à construção do empreendimento, a Eletrobras reconhece a receita de construção conforme o progresso da obra, registrando-a em contrapartida ao ativo contratual.

Como o recebimento referente à atividade de construção ocorre em um período distante do cumprimento da obrigação de desempenho, o saldo do ativo contratual é ajustado financeiramente, sendo essa atualização registrada como receita financeira no período (receita operacional líquida). A taxa de atualização financeira (taxa implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e O&M, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, se aplicável. A taxa de atualização financeira não deve ser modificada ao longo do contrato de concessão. Além da atualização pelos juros implícitos, o ativo contratual é atualizado mensalmente pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAP. As atualizações financeiras do ativo contratual são registradas contra a receita operacional líquida.

O ativo contratual é realizado pelo recebimento da parcela da RAP que amortiza o ativo contratual e pelo recebimento do valor residual, quando aplicável. À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura de transmissão são satisfeitas, a Companhia reconhece o direito aos valores correspondentes às parcelas da RAP relativas à operação e manutenção dos empreendimentos. O registro é efetuado na rubrica de contas a receber de clientes em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M. Essa receita não transita pelo saldo do ativo contratual de transmissão, pois o direito ao recebimento da RAP originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

Homologação das RAP

No segundo semestre de cada ano, a ANEEL homologa as RAP para o novo ciclo. Com base nos valores homologados, a Companhia atualiza o fluxo futuro de recebimento de RAP relacionados com a construção do empreendimento de transmissão.

Caso o valor presente do fluxo futuro de recebimento de RAP relacionados com a construção e do valor residual, se aplicável, considerando a taxa de atualização determinada para a concessão, não for igual ao saldo do ativo contratual, registra-se a diferença na receita de construção em contrapartida ao ativo contratual.

Revisão tarifária periódica da ANEEL – RTP

As RAP dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de revisão tarifária periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAP futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com a construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica remensurações regulatórias – contratos de transmissão.

Estimativas e julgamentos críticos

Para efeitos dos reconhecimentos contábeis do ativo contratual, no início da concessão, a RAP é separada em duas partes: • RAP amortização do ativo contratual: é formada pelo custo de construção projetado, margem de construção, que em conjunto representa a receita de construção, mais a atualização financeira do ativo contratual, que representa a receita financeira; e • RAP O&M: custo projetado de O&M mais margem de O&M (Receita de O&M).

As margens de lucro consideradas no cálculo das receitas de transmissão são formadas pela remuneração desejada pela Companhia em cada projeto, incrementada pelo risco de atrasos nas obras, no caso da receita de construção, e pelo risco de penalidades regulatórias devido às indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica, no caso da Receita de O&M.

Em função de descolamentos entre as projeções e as execuções dos fatores envolvidos no cálculo das receitas e dos custos, naturalmente, as margens percebidas se diferem das inicialmente projetadas.

NOTA 16 - INVESTIMENTOS

16.1 Mutação dos investimentos

Tabela 34 – Mutação controladora - Período corrente

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	CONTROLADORA							2024	
		2023	Incorporação de Controlada	Redução / aumento de capital e outros	Transferência para Mantido para Venda	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial		(Constituições) Reversões de perdas estimadas
Controladas										
Furnas	0,00	58.009.877	(58.524.057)	—	—	(15.649)	(1.760.871)	2.290.700	—	—
Chesf	100,00	31.563.725	—	—	—	823.134	(686.274)	2.914.607	—	34.615.192
Eletronorte	100,00	29.466.855	—	—	—	100.225	(806.000)	2.091.577	—	30.852.657
CGT Eletrosul	100,00	8.081.652	—	—	—	236.628	(139.098)	585.676	—	8.764.858
Eletropar	83,71	179.230	—	—	—	(858)	—	34.447	—	212.819
Madeira Energia S.A.	99,74	—	16.376.442	—	—	—	(181.049)	376.035	—	16.571.428
Baguari Energia S.A.	100,00	—	1.055.600	—	—	—	—	30.727	—	1.086.327
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	100,00	—	513.942	—	—	—	(40.000)	19.055	—	492.997
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	90,00	—	513.581	—	—	—	(8.788)	17.475	—	522.268
Retiro Baixo Energética S.A.	100,00	—	447.604	—	—	—	(7.806)	12.808	—	452.606
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00	—	251.593	—	—	—	—	(22.496)	—	229.097
SPE Nova Era Janapu Transmissora S.A.	100,00	—	176.644	—	—	—	—	8.630	—	185.274
		127.301.339	(39.188.651)	—	—	1.143.480	(3.629.886)	8.359.241	—	93.985.523
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50	—	1.126.413	—	—	—	(53.612)	95.305	—	1.168.106
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	24,50	—	1.035.293	—	—	—	(24.848)	62.754	—	1.073.199
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	49,90	—	682.929	—	(692.276)	—	(11.480)	20.827	—	—
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33	—	578.838	—	—	—	—	1.357	(81.829)	498.366
Teles Pires Participações S.A.	24,72	—	407.704	—	—	—	—	3.672	—	411.376
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50	—	259.422	—	—	—	(6.636)	15.838	—	268.624
Enerpeixe S.A.	40,00	—	264.763	—	—	—	—	(10.682)	—	254.081
Chapecoense Geração S.A.	40,00	—	203.749	—	—	—	(47.600)	112.553	—	268.702
MGE Transmissão S.A.	49,00	—	216.364	—	—	—	(15.383)	10.831	—	211.812
Goiás Transmissão S.A.	49,00	—	178.298	—	—	—	(3.537)	7.208	—	181.969
Rouar S.A.	50,00	123.443	—	—	—	36.139	(11.598)	6.302	—	154.286
Transenergia Renovável S.A.	49,00	—	105.785	—	—	—	(1.749)	3.144	—	107.180
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00	51.090	—	8.051	—	—	(587)	9.220	—	67.774
Lago Azul Transmissão S.A. ³	49,90	—	25.497	—	(25.645)	—	—	148	—	—
Outros	49,00 a 49,90	—	99.548	—	—	—	(13.620)	20.160	—	106.088
		174.533	5.184.603	(45.962)	(71.921)	36.139	(190.650)	412.650	(61.829)	4.771.563
Coligadas										
Eletronuclear	67,95	7.213.354	—	—	—	133.068	—	562.181	—	7.908.603
ISA Energia	20,90	5.255.701	—	(1.511)	(2.279.664)	86.101	(325.103)	848.941	—	3.584.465
Serra do Facão Energia ⁵	54,01	—	—	(54.013)	—	—	—	54.013	—	—
Outros	33,41 a 40,07	1.869.418	—	5.030	—	3.650	(315.075)	487.348	—	2.050.371
		14.338.473	—	—	—	222.819	(640.178)	1.898.470	—	13.543.439
		141.814.345	(34.004.048)	(42.443)	(71.921)	1.402.438	(4.460.714)	10.670.361	(81.829)	112.300.525

¹ Em dezembro de 2024, a Eletrobras reclassificou para mantido para venda, a totalidade de sua participação na Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. (vide nota 40);

² Em junho de 2024, 14,11% da participação acionária na ISA Energia foi reclassificada para Ativo Mantido para Venda. A conclusão da oferta pública de distribuição secundária ocorreu em julho de 2024;

³ Em setembro de 2024, a Eletrobras reclassificou para mantido para venda, a totalidade sua participação na Lago Azul Transmissão S.A. (vide nota 40);

⁴ A participação acionária de 67,95% sobre a Eletronuclear é composta por 35,90% ON e 99,99% PN, sendo esta, classificada como uma coligada; e

⁵ A participação acionária de 54,01% é referente a Serra do Facão Energia S.A. que é composta por 43,03% ON e 100,00% PN, sendo esta, classificada como uma controlada em conjunto.

Tabela 35 – Mutação controladora - Período comparativo

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	CONTROLADORA					2023
		2022	Aumento de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	
Controladas							
Furnas	100,00	45.128.153	11.466.603	(9.665)	(4.591.122)	6.015.908	
Chesf	100,00	21.366.866	9.526.333	(33.922)	(1.069.336)	1.773.784	
Eletronorte	100,00	22.641.853	6.899.271	57.656	(788.000)	656.075	
CGT Eletrosul	100,00	8.835.454	3.720	(54.930)	—	(702.592)	
Eletropar	83,71	181.410	—	1.129	(22.139)	18.830	
		98.153.736	27.895.927	(39.732)	(6.470.597)	7.762.005	
Controladas em conjunto							
Rouar S.A.	50,00	133.828	—	(10.031)	(12.560)	12.206	
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00	47.750	—	—	(3.409)	6.749	
		181.578	—	(10.031)	(15.969)	18.955	
Coligadas							
Eletronuclear ¹	67,95	7.188.028	—	—	(1.204)	26.530	
ISA Energia	35,01	4.902.846	—	(65.224)	(508.717)	926.796	
Outros	33,41 a 40,07	1.653.370	—	—	(315.248)	478.271	
		13.744.244	—	(13.403)	(823.965)	1.431.597	
		112.079.558	27.895.927	(63.166)	(7.310.531)	9.212.557	

¹ A participação acionária de 67,95% sobre a Eletronuclear é composta por 35,90% ON e 99,99% PN, sendo esta, classificada como uma coligada.

Tabela 36 – Mutação consolidado - Período corrente

Participações societárias e outros investimentos	Participações %	CONSOLIDADO							2024
		2023	Redução / aumento de capital e outros	Transferência Mantido para Venda	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	(Constituições) Reversões de perdas estimadas	
Controladas em conjunto									
Norte Energia S.A. - NESAs	49,98	5.292.261	—	—	—	—	(835.909)	329.890	4.786.242
Jirau Energia S.A.	40,00	3.581.236	—	—	—	—	87.473	—	3.668.709
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	49,00	2.151.544	—	—	—	(107.223)	291.891	—	2.336.212
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00	1.961.829	—	—	—	(49.696)	234.265	—	2.146.398
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. ²	49,00	733.745	—	(692.276)	—	(89.807)	48.338	—	—
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00	639.077	—	—	—	(5.915)	24.934	(40.723)	617.373
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33	579.508	—	—	—	—	687	(81.829)	498.366
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00	543.270	—	—	—	(47.444)	65.475	—	561.301
Transnorte Energia S.A. ¹	50,38	230.070	—	—	—	—	148.309	—	378.379
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	49,00	264.072	—	—	—	(37.416)	56.465	—	283.121
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50	249.010	—	—	—	(8.301)	27.915	—	268.624
Enerpeixe S.A.	40,00	263.636	—	—	—	—	(9.555)	—	254.081
Chapecoense Geração S.A.	40,00	215.378	—	—	—	(140.813)	194.137	—	268.702
MGE Transmissão S.A.	49,00	203.715	—	—	—	(15.383)	23.480	—	211.812
Goiás Transmissão S.A.	49,00	191.575	—	—	—	(24.498)	14.892	—	181.969
Rouar S.A.	50,00	123.443	—	—	36.139	(11.598)	6.302	—	154.286
Vamcruz I Participações S.A.	49,00	131.599	—	—	—	(486)	3.704	—	134.817
Transenergia Renovável S.A.	49,00	101.563	—	—	—	(1.681)	7.298	—	107.180
Lago Azul Transmissão S.A. ⁴	49,90	24.978	—	(25.645)	—	(37)	704	—	—
Serra do Facão Energia ⁵	54,01	—	(54.013)	—	—	—	54.013	—	—
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	49,90	29.903	—	—	—	(33.709)	42.691	—	38.885
Outros	49,00 a 51,00	123.106	8.369	—	—	(7.052)	11.116	—	135.539
		17.634.518	(45.644)	(71.921)	36.139	(581.059)	498.625	207.338	17.031.996
Coligadas									
Eletronuclear ⁶	67,95	7.213.354	—	—	133.068	—	562.181	—	7.908.603
ISA Energia ³	21,63	5.368.079	(1.511)	(2.279.664)	87.874	(325.103)	874.509	—	3.724.184
Outros	33,41 a 40,44	1.884.351	5.030	—	3.650	(315.515)	485.106	—	2.062.622
		14.465.784	3.519	(2.279.664)	224.592	(640.618)	1.921.796	—	13.695.409
		32.100.302	(42.125)	(2.997.585)	260.731	(1.221.677)	2.420.421	207.338	

16.2 Perdas estimadas em investimentos

Quando são identificadas evidências objetivas de perdas em investimentos nas coligadas e controladas em conjunto, a Companhia realiza a avaliação do valor recuperável desses investimentos com base no fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, utilizando o maior dos dois.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPE. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 19;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

Tabela 38 - Perdas estimadas em investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Empresa de Energia São Manoel	81.829	-	81.829	-
Teles Pires Participações S.A. - TPP	9.194	-	-	-
Norte Energia S.A.	-	-	7.262	337.152
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	-	-	40.723	-
	91.023	-	129.814	337.152

16.4 Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Tabela 40 - Resumo das informações do exercício atual

	Participação %	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total do passivo	2024	
									Receita Operacional Líquida	Lucro/ (Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98	2.322.930	40.441.466	42.764.396	2.539.955	30.637.340	9.587.101	42.764.396	6.249.120	(1.675.978)
Jirau Energia S.A.	40,00	1.890.657	17.564.198	19.454.855	1.136.429	9.141.462	9.171.769	19.454.855	3.582.148	218.681
Belo Monte Transmissora - BMTE	49,00	1.278.940	8.374.140	9.653.080	660.683	4.224.616	4.767.781	9.653.080	1.159.427	500.304
Interligação Elétrica da Madeira S.A. - IE Madeira	49,00	1.228.448	6.352.671	7.581.119	760.573	2.440.143	4.380.403	7.581.119	747.614	478.090
Coligadas										
ISA Energia	21,63	6.942.987	35.058.267	42.001.254	3.058.587	19.228.086	19.714.581	42.001.254	6.417.562	3.498.416
Eletronuclear	67,95	3.817.658	20.768.853	24.586.511	3.008.197	9.939.459	11.638.855	24.586.511	4.230.830	544.787

Tabela 41 - Resumo das informações do exercício anterior

	Participação %	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total do passivo	2023	
									Receita Operacional Líquida	Lucro/ (Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98	1.773.469	41.373.463	43.146.932	2.354.484	29.534.358	11.258.090	43.146.932	5.764.413	(850.814)
Jirau Energia S.A.	40,00	1.450.472	18.666.697	20.117.169	1.136.429	10.027.652	8.953.088	20.117.169	3.378.906	44.213
Belo Monte Transmissora - BMTE	49,00	1.231.090	7.944.087	9.175.177	613.330	4.170.939	4.390.908	9.175.177	1.039.054	415.782
Interligação Elétrica da Madeira S.A. - IE Madeira	49,00	1.022.813	6.293.140	7.315.953	578.744	2.733.476	4.003.733	7.315.953	712.294	411.868
Coligadas										
ISA Energia	35,74	5.012.971	29.806.577	34.819.548	2.305.315	15.134.093	17.380.140	34.819.548	5.133.704	2.841.117
Eletronuclear	67,95	3.179.932	19.937.388	23.117.320	2.612.091	9.889.551	10.615.678	23.117.320	3.931.707	318.199

16.5 Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Tabela 42 - Valor das coligadas

Participações societárias	CONSOLIDADO				
	Participação % do capital social		2024	2023	
	ON	PN	Total		
ISA Energia	9,73	29,28	21,63	3.577.796	6.465.873
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,34	37,29	33,41	1.270.047	1.605.618
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	-	64,82	40,44	627.521	881.518

16.6 Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré, são oferecidas em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

Tabela 43 - Ações em garantia

Participações societárias	2024		2023	
	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado	Investimento bloqueado
ISA Energia	3.584.465	28,55	1.023.239	1.953.354
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	333.818	13,76	45.931	39.511
Energisa Holding	171.873	85,57	147.073	247.497
Companhia Energética do Ceará - COELCE	120.320	6,06	7.297	10.555
Auren Energia S.A.	4.605	20,80	958	6.978
AES Brasil Energia S.A.	-	-	-	37.425
Outros	1.417.395	22,14 a 60,41	327.507	662.963
	5.632.476		1.552.005	2.958.283

Tabela 44 - Mutação do imobilizado - Controladora - corrente

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	1,79	1,55	1,45	-	-	14,59	5,72	-
Custo	-	7.380	165.826	-	3.665	68.687	89.047	334.605
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(2.883)	(86.478)	-	-	(38.518)	(4.784)	(132.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	4.497	79.348	-	3.665	30.169	84.263	201.942
Incorporação de controlada ²	2.775.214	402.337	1.561.152	(91.909)	788.757	49.988	60.829	5.546.368
Adição	-	526	9	-	341.384	-	119.522	461.441
Baixas/Reversões	-	-	(3.259)	75.344	-	-	(9)	72.076
Depreciação	(66.760)	(24.487)	(40.680)	-	-	(13.324)	1.526	(143.725)
Transferências	120.375	12.379	90.906	-	(237.382)	-	12.795	(927)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.828.829	395.252	1.687.476	(16.565)	896.424	66.833	278.926	6.137.175
Custo	4.815.168	1.402.424	3.803.983	-	896.424	196.720	319.449	11.434.168
Depreciação Acumulada e Impairment	(1.986.339)	(1.007.172)	(2.116.507)	(16.565)	-	(129.887)	(40.523)	(5.296.993)

¹Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

² Valor contábil líquido

Tabela 45 - Mutação do imobilizado - Controladora - comparativo

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	-	3,12	3,67	-	-	3,64	4,88	-
Custo	-	1.663	70.821	-	102.688	71.276	88.676	335.124
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(1.308)	(61.246)	-	-	(35.918)	(4.768)	(103.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	355	9.575	-	102.688	35.358	83.908	231.884
Adição	-	-	-	-	1.555	-	-	1.555
Baixas	-	-	-	-	-	(2.589)	-	(2.589)
Depreciação	-	(1.575)	(25.233)	-	-	(2.600)	(17)	(29.425)
Transferências	-	5.717	95.006	-	(100.578)	-	372	517
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	4.497	79.348	-	3.665	30.169	84.263	201.942
Custo	-	7.380	165.826	-	3.665	68.687	89.047	334.605
Depreciação Acumulada e Impairment	-	(2.883)	(86.478)	-	-	(38.518)	(4.784)	(132.663)

¹Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Tabela 46 - Mutação do imobilizado - Consolidado - corrente

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	1,72	1,69	2,75	-	-	3,84	1,10	-
Custo	25.243.381	11.940.669	37.765.942	-	4.432.927	1.350.009	1.323.410	82.056.338
Depreciação Acumulada e Impairment	(11.880.149)	(5.814.104)	(25.383.948)	(1.702.404)	-	(1.191.038)	(279.273)	(46.250.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.363.232	6.126.565	12.381.994	(1.702.404)	4.432.927	158.971	1.044.137	35.805.422
Adição	232.208	2.695	47.956	(116.508)	2.845.292	5.667	84.870	2.892.180
Baixas / Reversões	(12.775)	295	(22.400)	650.278	(16.048)	-	(12.315)	587.035
Depreciação	(914.695)	(355.849)	(544.344)	-	-	(45.331)	(47.014)	(1.907.233)
Transferências de ativos mantidos para venda	(267.316)	(68.366)	(135.482)	-	(4.690)	-	(43.807)	(519.661)
Transferências	354.524	66.972	1.470.547	(7.078)	(2.115.630)	31.218	195.760	(3.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.545.178	5.772.312	13.198.271	(1.175.712)	5.141.851	150.525	1.044.137	36.854.056
Custo	25.158.794	11.892.050	38.860.152	-	5.141.851	1.386.894	1.506.625	83.946.366
Depreciação Acumulada e Impairment	(12.613.616)	(6.119.738)	(25.661.881)	(1.175.712)	-	(1.236.369)	(284.994)	(47.092.310)

¹Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

² Valor contábil líquido

Tabela 47 - Mutação do imobilizado - Consolidado - comparativo

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment ¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	2,00	2,50	3,30	-	-	3,50	5,80	-
Custo	22.752.509	10.977.908	43.366.208	-	2.716.242	2.052.882	499.472	82.335.221
Depreciação Acumulada e Impairment	(11.286.217)	(5.620.539)	(26.900.142)	(2.536.835)	-	(1.097.733)	(184.050)	(47.625.516)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.466.292	5.357.369	16.466.066	(2.536.835)	2.716.242	955.149	315.422	34.739.705
Aquisição de controle investidas	2.973.633	1.127.662	203.498	-	13.028	378	255.049	4.573.248
Adição	532	11.764	216.012	(1.073.345)	3.847.094	12.075	(217.628)	2.796.504
Baixas / Reversões	(19.443)	(155)	(53.134)	73.635	(28.670)	(5.371)	(18.278)	(51.416)
Depreciação	(602.937)	(290.467)	(952.293)	-	-	(92.403)	(37.300)	(1.975.400)
Transferências de ativos mantidos para venda	(167.687)	(140.959)	(3.929.766)	1.829.696	(462.734)	(710.857)	(3.740)	(3.586.047)
Transferências	(287.158)	61.351	431.611	4.445	(1.652.033)	-	750.612	(691.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.363.232	6.126.565	12.381.994	(1.702.404)	4.432.927	158.971	1.044.137	35.805.421
Custo	25.243.381	11.940.669	37.765.942	-	4.432.927	1.350.009	1.323.410	82.056.338
Depreciação Acumulada e Impairment	(11.880.149)	(5.814.104)	(25.383.948)	(1.702.404)	-	(1.191.038)	(279.273)	(46.250.916)

¹Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 19. Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões

22.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Tabela 60 - Mutação dos Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	34.817.376	24.917.222	59.460.369	58.071.102
Efeito no fluxo de caixa:				
Captação	17.246.220	7.000.000	29.965.839	11.821.053
Juros Pagos	(4.113.742)	(2.394.353)	(6.411.738)	(5.433.471)
Amortização do Principal	(12.412.729)	(8.062.417)	(16.009.832)	(13.455.384)
Efeito não caixa:				
Incorporação de controlada	8.185.994	—	—	2.753.190
Juros e encargos incorridos	3.075.436	1.860.770	5.651.860	5.622.235
Variações monetária	354.795	152.612	501.819	250.298
Variações cambiais incorridas	40.237	(116.988)	113.072	(124.412)
Ajuste a valor justo	2.062.566	(44.242)	2.434.141	(44.242)
Assunção de dívida	—	11.504.772	—	—
Transferência para mantido para venda	—	—	(84.956)	—
Saldo em 31 de dezembro	49.256.153	34.817.376	75.620.574	59.460.369

Captação de recursos

Ao longo do exercício de 2024, a Companhia concluiu a emissão de operações de crédito, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 61 - Emissão de debêntures, Notas Comerciais e Bonds

Operação Série	Eletrobras		Eletrobras		Eletrobras		Eletrobras	
	Bonds	Debêntures 1ª série	Debêntures 2ª série	Notas Comerciais Única	Debêntures Única			
Tipo	—	—	—	—	—	—	—	—
Taxa (% a.a.)	122,59 CDI	DI + 0,85	DI + 1,00	DI + 0,75	6,87			
Montante (R\$)	4.219.050	1.988.895	1.019.900	2.000.000	1.600.000			
Vencimento	11/1/2035	15/4/2029	15/4/2031	15/6/2026	15/9/2034			
	Chesf	Chesf	Chesf	Chesf	Eletrobrás			
Operação Série	Debêntures Única	Debêntures Única	Debêntures 1ª série	Debêntures 2ª série	Debêntures Única			
Tipo	—	—	—	—	—			
Taxa (% a.a.)	incitavadas	incitavadas	—	—	Incitavadas			
Montante (R\$)	DI + 0,85	DI + 0,31	DI + 0,85	DI + 1,05	IPCA + 6,34			
Vencimento	15/4/2029	15/9/2031	15/9/2031	15/9/2034	15/4/2031			
	Eletrobrás	Eletrobrás	Eletrobrás	Eletrobrás	Eletrobrás			
Operação Série	Debêntures 2ª série	Debêntures 1ª série	Debêntures Única	Debêntures Única	Debêntures Única			
Tipo	—	—	—	—	—			
Taxa (% a.a.)	DI + 1,05	DI + 0,85	IPCA + 6,34					
Montante (R\$)	566.250	1.336.250	500.000					
Vencimento	15/9/2034	15/9/2031	15/4/2031					

Em janeiro de 2024, a Companhia captou, através da controlada CGT Eletrosul, recursos no valor de R\$ 493.000 (US\$ 100.000 mil) por meio de empréstimo regido pela Lei 4.131/62, junto ao Banco Citibank. Concomitantemente à captação, foi celebrada uma operação de swap com o propósito de mitigar o risco cambial associado. Os recursos obtidos têm a finalidade de recomposição do capital de giro com amortização em parcela única, prevista ao final do contrato, em janeiro de 2025. Em junho de 2024, a Companhia captou recursos financeiros no exterior junto ao Citibank N.A. tendo recebido o montante total de R\$ 4.000.000, pelo prazo de 2 anos. A dívida foi quitada em setembro e outubro de 2024 no montante de R\$ 4.244.822.

Em dezembro de 2024, a controlada CGT Eletrosul captou recursos no valor de R\$ 1.000.000 (US\$ 83.521 mil e € 78.930 mil) por meio de empréstimo regido pela Lei 4.131/62, junto ao Banco Citibank e Itaú. Concomitantemente à captação, foi celebrada uma operação de swap com as mesmas instituições financeiras, com o propósito de mitigar o risco cambial associado.

Em dezembro de 2024, a Companhia captou, através de um instrumento de contratação de financiamento com garantia da agência de crédito à exportação da Itália - *Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE)*, o valor de R\$ 2.384.393 (US\$ 400.000 mil) pelo prazo total de 10 anos, sendo 3 anos de carência e 7 anos de amortização.

22.2 Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelo somatório dos compromissos assumidos para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 25.453.409, em 31 de dezembro de 2024, apresentadas no quadro abaixo:

Tabela 62 - Garantias - Empresas não controladas

Garantidora	Empreendimento/Projeto	Saldo Devedor Garantido em 2024	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	13.705.150	2042
Eletrobras	Angra III	3.214.289	2036
Eletrobras	UHE Jirau	2.967.800	2034
Eletrobras	Angra III	2.826.476	2038
Eletrobras	UHE Jirau	828.232	2035
Eletrobras	UHE Sinop	548.222	2038
Eletrobras	Transnorte Energia	404.620	2041
Eletrobras	Transnorte Energia	362.679	2026
Eletrobras	Transnorte Energia	232.598	2026
Eletrobras	Amazonas Energia	137.477	2026
Eletrobrás	UHE Sinop	74.238	2032
Chesf	UHE Sinop	74.238	2032
Eletrobras	Angra I	75.740	2027
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	1.650	2028
Garantias empresas não controladas		25.453.409	

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante garantido para as controladas de R\$ 24.441.964, está apresentado no quadro abaixo:

Tabela 63 - Garantias - Empresas controladas

Garantidora	Empreendimento/Projeto	Saldo Devedor Garantido em 2024	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Santo Antônio	5.530.369	2038
Eletrobras	Emissão de debêntures - Chesf	4.896.860	2031
Eletrobras	Emissão de debêntures - Chesf	1.954.411	2034
Eletrobras	Eletrobrás	1.954.411	2034
Eletrobras	Teles Pires Participações	1.487.392	2036
Eletrobras	Emissão de debêntures - Chesf	1.020.701	2029
Eletrobras	Emissão de debêntures - Eletrobrás	1.042.876	2031
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 4 - Eletrobrás	722.178	2028
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 5 - Eletrobrás	583.964	2028
Eletrobras	Reforço de caixa - CGT Eletrosul	520.660	2025
Eletrobras	Reforço de caixa - CGT Eletrosul	503.440	2025
Eletrobras	Reforço de caixa - CGT Eletrosul	501.169	2025
Eletrobras	Emissão de Debêntures - CGT Eletrosul	521.184	2031
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	262.477	2029
Eletrobras	UHE Santo Antônio	381.321	2030
Eletrobras	Emissão de debêntures - Quitação dos contratos BNDES - Eletrobrás	333.693	2028
Eletrobras	Emissão de debêntures - CGT Eletrosul	260.577	2028
Eletrobras	Emissão de debêntures - CGT Eletrosul	228.262	2025
Eletrobras	Complexo Eólico	214.614	2028
Eletrobras	Livramento - Entorno II	194.654	2028
Eletrobras	Diversos - AmGT	194.654	2028
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 3 - Eletrobrás	123.221	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos	135.719	2029
Eletrobras	Chesf	121.066	2033
Eletrobras	Transmissora	114.317	2031
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III Transmissora Sul	109.681	2028
Eletrobras	Brasileira de Energia	109.681	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão - Chesf	102.273	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão - Chesf	200.555	2034
Eletrobras	UHE Mauá	84.956	2028
Chesf	Transmissora Delmiro	85.236	2032
Eletrobras	Gouveia	60.806	2028
Chesf	UHE São Domingos Transmissora Delmiro	40.429	2031
Eletrobras	Gouveia	29.698	2029
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão - Chesf	79.302	2036
Eletrobras	UHE Passo de São João	26.919	2026
Eletrobras	Projetos Corporativos	26.919	2026
Eletrobras	Chesf	29.698	2029
Eletrobras	RS Energia	8.031	2027
Eletrobras	RS Energia	4.542	2027
Garantias empresas controladas		24.441.964	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha o montante de R\$ 143.925 (R\$ 153.945, em 31 de dezembro de 2023) registrado em seu passivo não circulante referente às provisões para garantias.

22.3 Obrigações assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a:

1. dívida líquida sobre EBITDA;
1. índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD);
1. garantias corporativas;
1. requisitos para alteração de controle societário e
1. limitação à venda significativa de ativos.

Ressalta-se que não houve descumprimento de *covenants* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados, exceto quando são objetos de *hedge accounting*, cuja mensuração é realizada pela variação do valor justo.

Os saldos nas tabelas de empréstimos, financiamento e debêntures são apresentados conforme os critérios de mensuração dessas obrigações. A nota explicativa 38.3.3.1 apresenta a movimentação das dívidas protegidas por derivativos, cuja mensuração é realizada com base na variação dos valores justos. Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona de 1% a 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

NOTA 23 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

23.1 Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim considerados aqueles industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh. Nesta fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por obrigações.

A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados. Porém, alguns contribuintes questionaram a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório e depositaram judicialmente os valores do tributo.

A Eletrobras assume a obrigação de devolução do valor principal, registrada no passivo circulante, sendo remunerado à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do índice de preço ao consumidor amplo especial - IPCA-E.

23.2 Implantação de ações

Existe ainda um passivo da controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de empréstimo compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras. Para ter acesso ao recebimento dos créditos destes processos, os contribuintes necessitam realizar o cadastro no sistema de solicitações de ações - SAC. As ações dos contribuintes que não finalizaram esta solicitação permanecem registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, identificadas como "ações com acionistas a identificar".

A partir de 2008, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do empréstimo compulsório. Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, o que for mais vantajoso.

Tabela 64 - Créditos de Empréstimo Compulsório não quitados

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	1.257.291	1.289.602
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de juros	(2.240)	(4.222)
Efeito não caixa:		
Implantação de Ações	70.207	(38.987)
Encargos sobre dívida	18.550	25.558
Atualização monetária	23.547	(14.860)
Baixas	(40.430)	(14.860)
Saldo em 31 de dezembro	1.326.925	1.257.291

Prática contábil

O saldo mantido na conta de empréstimos compulsórios representa as obrigações que a Companhia reconhece junto aos credores desses empréstimos. Essas obrigações são atualizadas com juros e correções monetárias, impactando o resultado financeiro. Os juros dos empréstimos compulsórios são liquidados por meio de pagamentos, enquanto os saldos principais, corrigidos monetariamente, são liquidados principalmente através da entrega de ações da Companhia, mas também por meio de pagamentos, resultantes de acordos firmados com os credores.

NOTA 24 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Tabela 65 - Movimentação da remuneração aos acionistas

	CONTROLADORA	
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	1.110.416	913.018
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de dividendos / JCP	(1.296.222)	(890.734)
Efeito não caixa:		
Dividendos adicionais propostos - exercício 2023	216.114	—
Dividendos mínimos obrigatórios	2.464.804	1.080.571
Outros	(8.334)	7.561
Saldo em 31 de dezembro	2.486.778	1.110.416

A Eletrobras possui política de distribuição de dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos. O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% e 6% ao ano, respectivamente, sobre o capital percententes a essas espécies e classes de ações, rateados igualmente entre elas.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 25 - CONTRATOS ONEROSOS

Tabela 66 - Mutação Contratos Onerosos

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 2023	Reversões líquidas	Saldo em 2024
Geração			
Jirau Energia	938.635	(311.574)	627.061
Omega	58.548	(11.700)	46.848
BTG	20.284	(20.284)	—
Companhia Energética Sinop	18.732	(8.205)	10.527
Enerpeixe	16.453	(16.453)	—
CPFL Energia	6.571	(6.571)	—
Empresa de Energia São Manoel	5.223	(5.223)	—
Alpek	2.546	(2.546)	—
Pedra	4.136	(4.136)	—
	1.071.128	(386.692)	684.436
Passivo Circulante	120.660	—	62.711
Passivo Não Circulante	950.468	—	621.725
	1.071.128	—	684.436

A reversão realizada no exercício refere-se substancialmente à melhoria na curva futura do preço de energia e à inclusão, em 2024, dos ganhos estimados de equivalência patrimonial cruzados, resultantes dos lucros proporcionados ao SPE pelos contratos de energia entre a Companhia e as SPE, para compensar o saldo da onerosidade desses contratos.

Prática contábil

A Companhia realiza testes periódicos em seus contratos de compra de energia elétrica de longo prazo para verificar se os custos inevitáveis para cumprir as obrigações contratuais superam os benefícios econômicos esperados. Quando os custos excedem os benefícios, a diferença é registrada como passivo, na rubrica de provisão para contratos onerosos. As constituições e reversões dessas provisões são registradas no grupo de provisões operacionais, na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos críticos

Os benefícios econômicos utilizados para o teste de contratos onerosos são estimados com base nos preços futuros de venda de energia elétrica.

NOTA 26 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

26.1 Benefício pós emprego

A Eletrobras e suas controladas oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos - BD, Contribuição Definida - CD, Contribuição Variável - CV e Benefício Salgado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada empresa patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 67 - Benefício pós emprego

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras Planos de benefícios previdenciários	Plano de benefícios previdenciários				
	Empresa	Plano BD	Plano Salgado	Plano CD	Plano de Saúde
Eletrobras	X	X	X	X	X
CGT Eletrosul					



Tabela 74 - Hipóteses Demográficas

2024			
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSSb-v.2015 M&F	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSSb-v.2015 M&F	
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 (feminina); PUB 2010 MI segregada por sexo; RRB-19 83, segregada por sexo; AT-49 Masculina; MI-2006 (Segregada); RR 2000 (Segregada); MI-85, segregada por sexo; AT-83 IAM M	RP-2000 (feminina), Disabled (segregada por sexo), RRB- 1983, segregada por sexo, AT-49 Masculina RRB-1983, segregada por sexo Winklevoss, (Segregada); MI-85, segregada por sexo, e AT-83 IAM MMI-85, segregada por sexo.	RP-2000 (feminina), RP-2000 (feminina)
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas, suavizada em 50%; Light Fraca; Grupo Americana TASA 1927, agravada em 20%; Light Média, agravada em 20%.	Álvaro Vindas, suavizada em 50%; Light Fraca, Grupo Americana e TASA 1927, agravada em 20%.	Álvaro Vindas, suavizada em 50%; Light Fraca, Grupo Americana e TASA 1927, agravada em 20%.

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*. A taxa global de retorno projetada é a média ponderada dos rendimentos previstos para as diferentes classes de ativos dos planos. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para os ativos durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos dos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 533.092 (R\$ 128.613, positivo em 2023) na controladora e R\$ 251.420, negativo (R\$ 4.368.261, positivo em 2023) no consolidado.

26.1.3. Planos de saúde e seguro de vida

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Tabela 75 – Balanço Patrimonial - Planos de saúde e seguro de vida

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Passivo líquido	124.287	27.192	174.716	162.635
Custo do serviço corrente	9.702	9.652	9.702	9.652
Custos dos juros líquidos	10.708	6.210	14.544	16.404
Despesa atuarial reconhecida no exercício	186.589	15.862	2.600	26.056

(a) Valor presente das obrigações atuariais

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes aos planos de saúde e seguro de vida, são as seguintes:

Tabela 76 – Movimentação passivos atuariais - assistenciais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	27.192	59.708	162.635	255.181
Incorporação de controlada	92.620	-	-	-
Custo de serviço corrente	9.702	9.652	9.702	9.652
Juros sobre a obrigação atuarial	10.708	6.210	14.544	16.404
Benefícios pagos no ano	(6.610)	(216)	(9.183)	(6.966)
Custo de serviço passado	(21.433)	-	(21.433)	-
Ganho/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	12.109	(48.162)	18.451	(111.636)
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(1.768)	(3.412)	(10.201)	(10.920)
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(40.455)	3.617	(52.333)	28.221
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	54.333	(48.367)	80.985	(128.937)
Saldo em 31 de dezembro	124.288	27.192	174.716	162.635

26.1.4 Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

Tabela 77 - Resultados consolidados atuariais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Ganhos/Perdas atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	580.824	(119.988)	2.082.849	2.064.281

26.1.5 Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2024, as contribuições feitas pela controladora para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 3.211 (R\$ 2.256, em 2023) e R\$ 67.476 (R\$ 62.479, em 2023) no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2024, as contribuições feitas pela controladora para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 53.157 (R\$ 17.323, em 2023) e R\$ 373.562 (R\$ 414.421, em 2023) no consolidado.

A controladora espera contribuir com R\$ 22.869, com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 91.921, no Consolidado.

A *duration* média ponderada da obrigação de benefício definido da controladora é de 8,45 anos e a média do consolidado ponderada pelas obrigações é de 8,19 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós emprego para os próximos anos:

Tabela 78 - Programa previdenciário

	CONTROLADORA				2028 em diante	Total
	2025	2026	2027	2028		
Controladora	1.495.260	1.362.918	1.239.255	1.124.442	8.480.857	13.702.732
Consolidado	2.573.649	2.343.853	2.134.283	1.939.440	15.364.798	24.356.023

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Tabela 79 - Sensibilidade

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	cenário I (+1%)	cenário II (-1%)	cenário I (+1%)	cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(99.264)	113.912	(1.520.691)	1.743.409
Expectativa de crescimento salarial	233	-	42.216	-

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial. Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

26.1.6 Contribuições patronais

Nos planos denominados BD Eletrobras, CD Eletrobras, BD Eletrosul, BD CGTEE, BD Chef e CD Furnas as contribuições extraordinárias para o equacionamento de insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios são de responsabilidade da Companhia e dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, observando-se a paridade nas contribuições, conforme as previsões constantes nos respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

Nos planos denominados BD Chef e BS Chef, a controladora Chef responde pelo custeio integral das contribuições extraordinárias para a cobertura de insuficiências patrimoniais, conforme previsto nos regulamentos desses planos de benefícios.

Os valores das contribuições extraordinárias são objeto de contratos de dívida específicos firmados entre a Chef e a Fafesf, de acordo com as regras especificadas na Resolução CNPC nº 30, de 2018, Resolução CNPC nº 42, de 2021 e Resolução Previc nº 23, de 2023. As questões relacionadas ao custeio extraordinário desses planos estão sendo objeto de estudo pela Eletrobras. Segundo a legislação que rege a previdência privada no Brasil, as contribuições extraordinárias para equacionamento de insuficiências patrimoniais apuradas nos planos de benefícios devem ser obrigatoriamente objeto de contrato de dívida específico, no qual são estabelecidas as condições de pagamento e a proporção contributiva a ser observada entre o patrocinador e participantes e assistidos, de acordo com a proposta de equacionamento aprovada nos órgãos de governança da entidade de previdência privada, respeitando-se, sempre, as normas estabelecidas nos regulamentos dos planos.

Nas decisões judiciais que envolvem os planos de benefícios ou o plano de gestão administrativa, imputando responsabilidade financeira ao patrocinador é respeitada a proporção contributiva estabelecida nos regulamentos dos planos, exceto em casos nos quais eventualmente seja questionada a própria proporção contributiva. Desta forma, ainda no caso de decisões judiciais é respeitada a proporção contributiva entre patrocinadores e participantes e assistidos, apesar de ter um histórico de inadimplência dos participantes decorrentes de ações judiciais questionando as contribuições extraordinárias.

A Companhia, com base nas premissas destacadas acima, está realizando estudos para adotar o *risk sharing* nas suas obrigações relacionadas aos planos de previdência privada, sendo que esse estudo irá incluir a segurança jurídica e atuarial para reconhecer as repartições das obrigações pelo custeio do passivo atuarial em cada um dos planos de benefícios que patrocinam, bem como a análise das contribuições extraordinárias que tem sido objeto de inadimplimento por uma parcela dos participantes.

A Companhia espera ter as conclusões e o plano de equacionamento no exercício de 2024.

26.2 Obrigações com pessoal

Tabela 80 - Obrigações com pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	159.943	38.037	282.101	221.194
Provisão de férias	-	26.173	-	280.246
Programa de demissão voluntária	90.036	56.999	259.754	223.348
Folha de pagamento	40.136	-	80.393	118.124
Encargos sobre férias	5.871	2.801	7.408	5.189
Participações nos Lucros/Resultados	159.447	59.087	230.500	679.933
Encargos sobre 13º salário	-	-	-	15.981
Contribuição previdenciária	20.234	10.962	48.052	17.313
Outros	8.112	19.708	50.572	73.605
	483.779	213.767	958.780	1.634.933

26.3 Benefício pós emprego

A Companhia possui plano de remuneração baseado em opções de compra de ações ("Plano de Opções de Compra de Ações") e plano de remuneração baseado em ações restritas ("Plano de Ações Restritas").

26.3.1 Plano de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações

O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações visa possibilitar a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas, alinhando os interesses entre a Companhia, seus acionistas e os beneficiários, na medida em que os potenciais ganhos e riscos do desempenho da Companhia serão compartilhados, o que contribuirá, em especial, para o desenvolvimento de uma cultura profissional de alta performance e para a tomada de decisões que privilegiem resultados de longo prazo, superação das metas e criação de valor e o crescimento sustentável da Companhia.

26.3.2 Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas

O Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas (Plano de Ações Restritas), visa (i) reter talentos da Companhia que demonstraram sólido desempenho de alta performance e detêm qualificações e perfis profissionais alinhados à nova etapa da Companhia; (ii) auxiliar na atração de novos talentos para posições chave no âmbito do processo de reestruturação da Eletrobras em curso; e (iii) incentivar o desenvolvimento e crescimento sustentável da Companhia e a maximização de valor a longo prazo, em alinhamento com as alavancas de valor da capitalização.

Prática contábil

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste tipo de plano é necessário identificar os planos que possuem déficits sendo equacionados e se os participantes e/ou assistidos custeiam uma parcela desse déficit. Para os casos em que possuem equacionamento em curso, o valor presente das obrigações de benefício definido é calculado considerando as contribuições de empregados ou de terceiros, que reduzam o custo final dos benefícios de pós-emprego ofertados pelas patrocinadoras, que representa o conceito de *Risk Sharing*.

Os planos que não possuem equacionamentos em curso, a Companhia registra como obrigação o excedente a diferença entre o saldo da obrigação atual e o saldo do valor justo dos ativos, não considerando a aplicação do compartilhamento de riscos (*Risk Sharing*), seguindo a orientação do CPAO Nº 013 - *Risk Sharing* - Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de plano de aposentadoria de entidades fechadas de previdência complementar e seus impactos no balanço das empresas patrocinadoras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais, do Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes, substancialmente, de ajustes nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os programas de remuneração de longo prazo com base em ações são liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da entrega de opções, é reconhecido como despesa. O total das despesas é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas.

NOTA 27 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas civil e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações são referem a:

- Processos cíveis – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) Diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios sobre o Empréstimo Compulsório e respectivos juros moratórios; (ii) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplimentos; (iii) ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de alegadas irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas e (iv) ações em que são discutidas renovações de contratos de comercialização de energia com agentes do setor, em que são cobrados débitos e multas por suposto descumprimento contratual (rescisão antecipada);
- Processos trabalhistas - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego da própria Eletrobras;
- Processos tributários - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS; (ii) IOF sobre contratos de mútuo; (iii) diferimento da repactuação de dívidas da CCEE, bem como a natureza indenizatória dos juros e (iv) PIS e COFINS sobre receitas financeiras;
- Processos regulatórios - Destaca-se a ação em que são discutidas questões relacionadas a ato ordinatório da ANEEL, Despacho nº 288/02, que suspendeu a contabilização e liquidação pela CCEE de valores supostamente devidos à AES TIET S.A.;
- Processos ambientais - Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e alegados danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

27.1 Provisões para litígios

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

81 - Provisões para litígios

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	-	-	70.751	296.185
Cíveis - empréstimo compulsório	1.712.961	1.986.394	1.712.961	1.986.394
Trabalhistas	6.492	6.667	7.376	8.294
	1.719.453	1.993.061	1.791.088	2.290.873
Não Circulante	1.666.654	30.305	5.983.900	5.273.637
Cíveis - empréstimo compulsório	11.959.368	15.277.173	11.959.368	15.277.173
Trabalhistas	1.119.849	291.074	2.324.942	2.283.424
Tributárias	652.620	-	803.961	784.408
Regulatórios	188.442	-	351.067	526.628
Ambientais	71.504	-	180.157	105.549
	15.658.437	15.598.552	21.583.395	24.250.819
	17.377.890	17.591.613	23.374.483	26.541.692

As provisões tiveram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte movimentação:

Tabela 82 - Mutação das provisões para litígios

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.591.613	17.591.613	26.541.692	26.541.692
Incorporação de controlada	2.613.858	-	-	-
Reversões líquidas das constituições	(652.531)	-	(829.132)	-
Atualizações monetárias	902.084	-	1.368.299	-
Transferências empréstimo compulsório - acordo	(2.244.226)	(2.244.226)	(2.244.226)	(2.244.226)
Liquidações	(832.908)	-	(1.462.150)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.377.890	23.374.483	23.374.483	23.374.483

27.2 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 19.726.980 (R\$ 22.833.389, em 31 de dezembro de 2023).

Destacam-se:

• Empréstimo Compulsório (Eletrobras)

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2024, a Eletrobras possuía 3.065 processos provisionados relativos a este tema específico de correção monetária de créditos escriturais (3.374 processos em 31 de dezembro de 2023). Para maiores informações, vide nota 23.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes à: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexivos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção dos juros pagos e juros remuneratórios). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida uma reversão, líquida de provisão, no montante de R\$ 1.451.774, totalizando um estoque de provisão no valor de R\$ 13.672.329 (R\$ 17.263.567 em 31 de dezembro de 2023), referente aos processos do empréstimo compulsório. Essa reversão decorre substancialmente de acordos judiciais celebrados pela Companhia.

Tabela 83 - Composição Processos Empréstimo Compulsório

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2024	2023
Principal	3.454.178	4.231.929
Correção dos juros pagos	14.509	24.475
Juros remuneratórios	1.918.403	2.637.436
Juros moratórios	7.734.433	9.521.203
Honorários advocatícios	455.042	749.652
Outras verbas	95.764	98.872
	13.672.329	17.263.567

• Empréstimo compulsório - Acordos judiciais (Eletrobras)

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos.

Nesse contexto, a Eletrobras criou a Diretoria de Empréstimo Compulsório com objetivo de alinhar sua estratégia com relação aos processos envolvendo este tema, visando a obtenção de decisões dentro dos limites estabelecidos pelo STJ e a celebração de acordos judiciais favoráveis economicamente, com a quitação plena dos referidos processos. Em decorrência dessas negociações e gestão, a Eletrobras obteve no ano de 2024, a redução dessa obrigação no valor de R\$ 3.477.047, sendo que R\$ 1.212.074 impactou positivamente o resultado em função dos acordos que já foram assin



O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia Geral da União – CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Foi interposta apelação pela ANEEL. A Chesf interpôs embargos de declaração. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante). Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível.

• **Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)**

Em outubro de 2022 foi publicado acordão referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. Em dezembro de 2023, foi publicado o acórdão no qual os Ministros da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, conheceram do Agravo interposto pela Chesf para dar provimento ao seu Recurso Especial, anulando aquela decisão que lhe era desfavorável e determinando novo julgamento pelo Tribunal de Justiça, o que ainda não ocorreu. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco possível.

27.3.2 Principais Processos – tributários

• **Auto de Infração – PIS e COFINS (Eletrobras)**

Trata-se de ação anulatória ajuizada pela incorporada Furnas, que visa a cancelar exigência de PIS/COFINS sobre as seguintes receitas: RGR na base de cálculo; receitas de transmissão auferidas junto a Itaipu; receitas financeiras, no mês de dezembro de 2007, do passivo atuarial mantido junto a FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem PER/DCOMP. Após sentença desfavorável quanto ao mérito, a Apelação da Companhia aguarda julgamento pelo TRF da 2ª Região. O valor total, classificado com prognóstico de perda possível, é R\$ 1.801.737, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.730.503, em 31 de dezembro de 2023).

• **Auto de Infração – IOF (Eletrobras)**

Refere-se ao auto de infração destinado a cobrança de supostos débitos de IOF sobre contratos de mútuo celebrados pela Eletrobras como mutuante, a partir dos saldos devedores diários. A impugnação aguarda julgamento. O valor total, classificado com prognóstico de perda possível, é R\$ 1.470.781 (R\$ 932.081, em 31 de dezembro de 2023).

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidos no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Os depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos internos e externos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 28 - OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determina em condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo às controladas Furnas (incorporada pela Companhia em 2024), Eletronorte e Chesf obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

Tabela 85 – Obrigações da Lei 14.182/2021 - Controladora

	CONTROLADORA					
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		Revitalização das Bacias Hidrográficas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	–	–	–	–	–	–
Feito não caixa:						
Incorporação de controlada	9.664.456	–	1.604.849	–	11.269.305	–
Atualização monetária	213.976	–	35.306	–	249.282	–
Encargos	362.827	–	45.170	–	407.997	–
Saldo em 31 de dezembro	10.241.259	–	1.685.325	–	11.926.584	–
Circulante	561.325	–	253.494	–	814.819	–
Não circulante	9.679.934	–	1.431.831	–	11.111.765	–

Tabela 86 – Obrigações da lei 14.182/2021 - Consolidado

	CONSOLIDADO					
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		Revitalização das Bacias Hidrográficas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	32.811.606	29.755.493	6.707.800	6.903.961	39.519.406	36.659.454
Feito no fluxo de caixa:						
Amortização do principal	(1.128.076)	(583.626)	(846.890)	(850.112)	(1.974.966)	(1.433.738)
Juros pagos	(161.849)	(36.976)	(77.282)	(33.239)	(239.131)	(70.215)
Feito não caixa:						
Atualização monetária	1.604.681	1.384.394	288.081	331.760	1.892.762	1.716.154
Encargos	2.484.198	2.292.321	339.854	355.430	2.824.052	2.647.751
Saldo em 31 de dezembro	35.610.560	32.611.606	6.411.563	6.707.800	42.022.123	39.519.406
Circulante	1.951.819	1.241.242	964.380	919.934	2.916.199	2.161.176
Não circulante	33.658.741	31.570.364	5.447.183	5.787.866	39.105.924	37.358.230

As parcelas das obrigações, não circulantes, com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxas anuais de 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

O fluxo nominal de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, são corrigidos monetariamente pelo IPCA. Estão divulgados na nota de instrumentos financeiros, vide nota 38.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 29 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A RGR é um fundo público criado pelo Decreto nº 41.019/1957 com o objetivo de prover recursos para:

- (i) indenizar o concessionário pela reversão dos bens e instalações do serviço, ao fim da concessão e
- (ii) financiar o setor elétrico.

A Eletrobras foi encarregada da gestão dos recursos da RGR celebrando contratos com os respectivos agentes setoriais. Em 2016, a gestão da RGR foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Contudo, os contratos de financiamento celebrados até a transferência permaneceram sob gestão da Eletrobras.

A ANEEL, no exercício das suas competências institucionais, exerceu a fiscalização da gestão da RGR e determinou a restituição de recursos. Abaixo, seguem as movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Tabela 88 – Movimentação de Reserva Global de Reversão (RGR)

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023	Reclassificado
			1.035.421
Saldo em 01 de janeiro	1.319.921	1.035.421	
Feito no fluxo de caixa:			
Amortização de principal	(392.681)	(307.946)	
Amortização dos juros	(50.369)	(78.979)	
Feito não caixa:			
Juros incorridos	55.379	99.355	
Reconhecimento de novas obrigações	–	558.360	
Ajuste resultante dos contratos com recursos da RGR	–	13.710	
Saldo em 31 de dezembro	932.250	1.319.921	
Circulante	492.276	439.974	
Não Circulante	439.974	879.947	

Tabela 89 – Fluxo de pagamento RGR

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
Fluxo de pagamento	2025	2026	Total
Dívida Consolidada	492.276	439.974	932.250

NOTA 30 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra e venda de energia elétrica são:

Tabela 90 – Contratos de longo prazo

	CONSOLIDADO				
	2026	2027	2028	2029	Após 2030
Compromissos	7.038.602	5.584.011	5.521.017	5.505.814	5.505.846
Receita regulada	7.038.602	5.584.011	5.521.017	5.505.814	5.505.846
Compra de energia	2.652.329	2.540.445	2.021.558	1.690.966	1.693.667

Prática contábil

A Companhia apresenta os compromissos para aquisição de infraestrutura de transmissão e geração. Além disso, também são apresentados os compromissos de compra de energia.

Os compromissos são aqueles que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos. Estão apresentados pelo valor contratual acordado, considerando os preços vigentes na data das demonstrações contábeis, sem a aplicação de reajustes contratuais ou efeitos inflacionários.

NOTA 31 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1 Capital social integralizado

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 69.991.640, composto pelo capital social de R\$ 70.099.826, subtraído dos gastos com emissões de ações no montante de R\$ 108.186 (R\$ 69.991.640, em 31 de dezembro de 2023) e suas ações não têm valor nominal.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 91 – Capital Social

	CONTROLADORA									
	2024					2023				
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	Golden Share	%	QUANTIDADE	%
ACIONISTA										
União	667.888.884	32,95	–	–	493	–	1	100,00	667.889.378	28,95
GIC Private	124.796.783	6,16	–	–	6.338.345	2,26	–	–	131.135.128	5,68
BNDES	74.545.264	3,68	–	–	18.262.671	6,52	–	–	92.807.935	4,02
BNDESPAR	71.956.435	3,55	–	–	18.691.102	6,68	–	–	90.647.537	3,93
BlackRock	67.110.765	3,31	–	–	10.674.963	3,81	–	–	77.785.728	3,37
American Depositary Receipts - ADRs	50.908.103	2,51	–	–	4.812.944	1,72	–	–	55.721.047	2,42
Radar Gestora de Recursos	5.821.332	0,29	–	–	30.594.076	10,93	–	–	36.415.408	1,59
Outros	963.983.932	47,55	100,00	100,00	190.566.799	68,07	–	–	1.154.697.651	50,04
	2.027.011.498	100,00	100,00	100,00	279.941.393	99,99	1	100,00	2.307.099.812	100,00

31.2 Ações em tesouraria

31.2.1 Incorporação de ações

Em julho de 2024, a Companhia aprovou o novo programa de recompra de ações que prevê aquisição de até 197.717.216 ações ordinárias e até 26.873.194 ações preferenciais B, com prazo de vigência de 18 meses.

A Companhia poderá utilizar estas ações para posterior cancelamento, alienação, manutenção em tesouraria, atendimento aos planos de remuneração ou saldar obrigações decorrentes de demandas judiciais relativas aos empréstimos compulsórios ou constitucionalidade do tributo, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de seu capital.

A seguir, encontra-se quadro contemplando a totalidade das ações em tesouraria:

Tabela 92 - Incorporação de ações

	CONTROLADORA					
	2024		2023			
	Classe	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
Recompra de ações	ON	49.404.300	1.805.052	46.770.200	1.692.434	
Ações restritas	ON	(631.501)	(19.939)	(438.552)	(13.595)	
Ações emitidas	ON	3.451.692	168.168	3.451.692	168.168	
Acionistas dissidentes	PNA	4.361	212	4.361	212	
Recompra de ações	PNB	7.432.000	277.265	7.032.800	274.784	
Acordo Empréstimo Compulsório	PNB	(195.000)	(7.747)	(195.000)	(7.747)	
		2.223.011	2.114.256			

31.3 Reserva de Capital

Esta reserva é constituída pelos excedentes de capital acumulado, que têm sido permanentemente investidos pela Companhia, mais os instrumentos patrimoniais outorgados, decorrentes dos programas de incentivos de longo prazo, vide 26.

31.4 Reserva de Lucros

31.4.1 Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

31.4.2 Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

31.4.3 Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:

Até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

31.5 Destinação do resultado

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevenindo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos, a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária estão demonstrados a seguir:

Tabela 93 – Destinação do resultado

	2024	2023
Saldo para destinação do exercício	10.378.122	4.549.774
Reserva Legal	(518.906)	(227.489)
Dividendos Obrigatórios	(2.464.804)	(1.080.571)
Dividendos Adicionais Propostos	(1.535.196)	(216.114)
Prejuízos acumulados	(9.675)	–
Subtotal a distribuir	5.849.541	3.025.600
Constituição de reservas estatutárias	(5.849.541)	(3.025.600)
Saldo a distribuir do exercício	–	–

Os valores destinados aos acionistas, por natureza de remuneração e por ação, estão apresentados a seguir:

Proposta dividendos - Exercício 2024

Classe de ações	Mínimos obrigatórios		Adicionais propostos		Total	Inter-calares¹	A pagar
	obrigatórios	propostos	obrigatórios	propostos			
Preferencial - PNA	347	–	347	–	347	(347)	–
Preferencial - PNB e Ordinárias	497.157	30.282	527.439	(497.157)	30.282	–	30.282
	1.967.300	1.504.914	3.472.214	(1.704.186)	1.768.028	–	1.768.028
	2.464.804	1.535.196	4.000.000	(2.201.690)	1.798.310	–	1.798.310

Proposta dividendos por ação - Exercício 2024

Classe de ações	Mínimos obrigatórios		Adicionais propostos		Total	Inter-calares¹	A pagar
	obrigatórios	propostos	obrigatórios	propostos			
Preferencial - PNA	2.4307	–	2.4307	–	2.4307	(2.4307)	–
Preferencial - PNB e Ordinárias	1.8231	0,1110	1,9341	(1,8230)	0,1111	–	0,1111
	0,9962	0,7621	1,7583	(0,8630)	0,8953	–	0,8953
	5,2500	0,8731	6,1231	(5,1167)	1,0064	–	1,0064

<

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador, pelos preços estabelecidos nos contratos. As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração, prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas), estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%.

A partir do processo de desestatização da Companhia, foram celebrados novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, alterando o regime de

exploração (operação e manutenção) das Usinas Cotistas para produção independente, de forma progressiva, a razão de 20% ao ano, a partir de 2023, finalizando em 2026, no qual a Companhia assume todo risco da operação e, por conseguinte, a possibilidade de operar a preços livre no mercado de energia. As receitas da energia a preços livre dessas usinas são registradas em contas de Receita de geração e não mais em Receita de operação e manutenção.

Transmissão
As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira, referente à atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio. Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 15.

NOTA 34 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Tabela 99 – Custos e despesas operacionais – controladora - acumulado

	CONTROLADORA					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(256.568)	(572.639)	(829.207)	–	(520.999)	(520.999)
Plano de demissão voluntária	–	(9.376)	(9.376)	–	(54.534)	(54.534)
Material	(21.606)	(13.316)	(34.922)	–	(2.627)	(2.627)
Serviços	(153.108)	(717.487)	(870.595)	–	(514.872)	(514.872)
Energia comprada para revenda	(1.942.333)	–	(1.942.333)	(99)	–	(99)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(486.997)	–	(486.997)	–	–	–
Combustível para produção de energia elétrica	(192.077)	–	(192.077)	–	–	–
Construção	(1.145.373)	–	(1.145.373)	–	–	–
Depreciação e amortização	(345.380)	(20.311)	(365.691)	–	(37.213)	(37.213)
Doações e contribuições	–	(62.456)	(62.456)	–	(9.100)	(9.100)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (34.1)	–	15.097	15.097	–	1.148.011	1.148.011
Outros	(40.255)	(441.549)	(481.804)	–	(921.345)	(921.345)
	(4.583.697)	(1.822.037)	(6.405.734)	(99)	(912.679)	(912.778)

Tabela 100 - Custos e despesas operacionais – consolidado - acumulado

	CONSOLIDADO					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(1.782.140)	(1.971.892)	(3.754.032)	(2.017.803)	(2.221.942)	(4.239.745)
Plano de demissão voluntária	–	(226.815)	(226.815)	–	(544.609)	(544.609)
Material	(166.808)	(53.234)	(220.042)	(205.701)	(45.397)	(251.098)
Serviços	(930.273)	(1.307.433)	(2.237.706)	(1.132.852)	(1.228.710)	(2.361.562)
Energia comprada para revenda	(5.068.123)	–	(5.068.123)	–	(3.028.226)	(3.028.226)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(3.954.730)	–	(3.954.730)	(3.482.126)	–	(3.482.126)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.991.855)	–	(1.991.855)	(2.042.867)	–	(2.042.867)
Construção	(4.286.914)	–	(4.286.914)	(3.291.132)	–	(3.291.132)
Depreciação e amortização	(3.717.468)	(270.307)	(3.987.775)	(3.387.607)	(233.735)	(3.621.342)
Doações e contribuições	–	(145.085)	(145.085)	–	(111.101)	(111.101)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (34.1)	–	180.019	180.019	–	(2.481.054)	(2.481.054)
Outros	(244.719)	(764.388)	(1.009.107)	(85.185)	(589.589)	(674.774)
	(22.143.030)	(4.559.135)	(26.702.165)	(18.673.499)	(7.456.137)	(26.129.636)

34.1 Perdas estimadas / Provisões operacionais

Tabela 101 – Provisões operacionais

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2024		2023		2024		2023	
	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total
Reversões líquidas de litígios	607.606	1.946.722	160.290	1.246.332	–	–	–	–
Reversões (Constituições) em Contratos onerosos (a)	41.202	–	386.693	(862.029)	–	–	–	–
Reversões (Constituições) em perdas estimadas em investimentos	(39.098)	–	250.069	175.549	–	–	–	–
Mensurações a valor justo de ativo mantido para venda	(213.581)	(98.721)	(46.581)	(704.467)	–	–	–	–
Restituições ao Fundo RGR	–	(558.360)	–	(558.360)	–	–	–	–
Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	(70.207)	38.988	(70.207)	38.988	–	–	–	–
Custos / Despesas atuariais	(75.738)	(78.768)	(490.053)	(559.949)	–	–	–	–
PCE - Consumidores e revendedores	(44.787)	–	(391.334)	(466.598)	–	–	–	–
PCE - Outros créditos	(176.706)	33.291	(168.906)	39.906	–	–	–	–
PCE - Financiamentos e empréstimos	(14.553)	(2.1618)	(14.553)	(21.618)	–	–	–	–
Impairment (b)	75.343	–	533.774	(956.492)	–	–	–	–
Outras	(74.384)	(113.523)	30.827	147.684	–	–	–	–
	15.097	1.148.011	180.019	(2.481.054)	–	–	–	–

(a) Os fatores que representaram a variação da rubrica contratos onerosos no exercício de 2024 estão apresentados na Nota 25.

(b) Os fatores que representaram a variação da rubrica de impairment no exercício de 2024 estão apresentados na Nota 19.

NOTA 35 - RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 102 – Resultado financeiro

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2024		2023		2024		2023	
	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total
Receitas financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
Receitas de juros, multas, comissões e taxas	832.164	832.301	138.666	153.458	–	–	–	–
Receita de aplicações financeiras	1.438.836	911.903	2.937.517	2.862.488	–	–	–	–
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2.532	1.139	119.500	165.978	–	–	–	–
Outras receitas financeiras	151.194	421.533	223.898	479.159	–	–	–	–
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(152.820)	(472.511)	(267.782)	(578.163)	–	–	–	–
	2.271.906	1.694.365	3.151.799	3.082.920	–	–	–	–
Despesas financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
Encargos de débitos	(3.342.854)	(2.323.089)	(6.117.463)	(6.463.585)	–	–	–	–
Encargos de obrigações com CDE	(362.827)	–	(2.484.198)	(2.292.321)	–	–	–	–
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	(45.170)	–	(339.854)	(355.430)	–	–	–	–
Outras despesas financeiras	(903.474)	(474.439)	(1.198.578)	(1.109.907)	–	–	–	–
	(4.654.325)	(2.797.528)	(10.140.093)	(10.221.243)	–	–	–	–
Itens financeiros, líquidos	–	–	–	–	–	–	–	–
Atualizações monetárias - CDE	(213.976)	–	(1.604.680)	(1.384.392)	–	–	–	–
Atualizações monetárias - bacias hidrográficas	(35.306)	–	(288.081)	(331.760)	–	–	–	–
Atualizações monetárias	(662.794)	(1.639.859)	(778.157)	(1.795.913)	–	–	–	–
Variações cambiais	28.022	104.065	(28.821)	169.904	–	–	–	–
Variação do valor justo de dívida protegida (hedge)	–	–	–	–	–	–	–	–
líquida do derivativo	(1.119.949)	(868.206)	(1.566.482)	(908.381)	–	–	–	–
Variação de instrumento financeiro derivativo não ligado a proteção de dívida	–	–	(373.605)	(613.256)	–	–	–	–
	(2.004.003)	(2.404.000)	(4.639.826)	(4.863.798)	–	–	–	–
	(4.386.422)	(3.507.163)	(11.628.120)	(12.002.121)	–	–	–	–

NOTA 36 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Tabela 103 – Outras receitas e despesas

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	2024		2023		2024		2023	
	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total	Reclassificado	Total
Resultado na alienação de ativos	–	–	–	5.695	–	–	–	55.692
Resultado das combinações de negócios	–	–	–	–	–	–	–	593.132
Outras receitas e despesas	138.690	18.748	130.845	2.456	138.690	18.748	136.540	651.280
	138.690	18.748	130.845	2.456	138.690	18.748	136.540	651.280

NOTA 37 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição, consumidores livres e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica das plantas de geração até os centros de distribuição ou consumo; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Companhia, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Tabela 104 – Informações por segmento – Período atual

	CONSOLIDADO				
	2024				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	29.952	23.983.323	16.905.129	(736.851)	40.181.553
Intersegmentos	–	306.356	430.495	(736.851)	–
Terceiros	29.952	23.676.967	16.474.634	–	40.181.553
Custos	(57)	(16.890.962)	(5.987.419)	735.408	(22.143.030)
Depreciação e amortização	–	(3.705.535)	(11.933)	–	(3.717.468)
Energia comprada para revenda	(57)	(5.374.422)	–	306.356	(5.068.123)
Encargos de uso de rede elétrica	–	(4.380.665)	–	425.935	(3.954.730)
Custo de construção	–	–	(4.286.914)	–	(4.286.914)
Demais custos	–	(3.430.340)	(1.688.572)	3.117	(5.115.795)
Despesas operacionais	(236.536)	(837.889)	(3.486.153)	1.443	(4.559.135)
Depreciação e amortização	(8.358)	(215.874)	(46.075)	–	(270.307)
Provisões operacionais	329.937	817.259	(967.177)	–	180.019
Demais despesas	(558.115)	(1.439.274)	(2.472.901)	1.443	(4.468.847)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	–	6.129.771	–	6.129.771
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(206.641)	6.254.472	13.561.328	–	19.609.159
Resultado financeiro	–	–	–	–	(11.628.120)
Resultado de participações societárias	–	–	–	–	2.503.205
Outras receitas e despesas	–	–	–	–	136.540
Imposto de renda e contribuição social corrente e	–	–	–	–	(240.030)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	10.380.755

Tabela 105 – Informações por segmento – Período comparativo

	CONSOLIDADO				
	2023				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	110.270	22.397.652	15.226.823	(575.837)	37.158.908
Intersegmentos	–	264.091	311.746	(575.837)	–
Terceiros	110.270	22.133.561	14.915.077	–	37.158.908
Custos	(99)	(13.941.355)	(5.310.934)	578.889	(18.673.499)
Depreciação e Amortização	–	(3.368.771)	(18.836)	–	(3.387.607)
Energia comprada para revenda	(99)	(3.292.218)	–	264.091	(3.028.226)
Encargos de uso de rede elétrica	–	(3.793.742)	–	311.616	(3.482.126)
Custo de construção	–	–	(3.291.132)	–	(3.291.132)
Demais custos	–	(3.486.624)	(2.000.966)	3.182	(5.484.408)
Despesas operacionais	(920.010)	(8.868.576)	(2.664.499)	(3.052)	(7.456.137)
Depreciação e Amortização	(37.213)	(107.795)	(88.727)	–	(233.735)
Provisões operacionais	1.148.011	(3.193.235)	(435.830)	–	(2.481.054)
Demais despesas	(2.030.808)	(567.546)	(2.139.942)	(3.052)	(4.741.348)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	–	(12.144)	–	(12.144)
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(809.839)	4.587.721	7.239.246	–	11.017.128
Resultado financeiro	–</				

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

38.3.1 Risco de taxa de juros

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Tabela 112 - Risco de apreciação das taxas de juros

CONSOLIDADO		Efeito no resultado			
		Saldo em 2024	Cenário I - Provável 2025 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(44.428.113)	(6.619.789)	(8.276.957)	(9.929.683)
	Financiamentos e empréstimos a receber	450.000	67.050	83.835	100.575
	Impacto no resultado	(43.978.113)	(6.552.739)	(8.193.122)	(9.829.108)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(114.955)	(17.243)	(21.554)	(25.865)
	Ressarcimento AIC	112.816	16.922	21.153	25.384
	Impacto no resultado	(2.139)	(321)	(401)	(481)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.873.003)	(251.100)	(314.019)	(376.651)
	Impacto no resultado	(2.873.003)	(251.100)	(314.019)	(376.651)
	Arrendamentos	(182.583)	(8.618)	(10.772)	(12.927)
	Impacto no resultado	(182.583)	(8.618)	(10.772)	(12.927)
IPCA	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	(42.022.123)	(2.252.386)	(2.815.482)	(3.378.579)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(26.215.920)	(1.405.173)	(1.756.467)	(2.107.760)
	Direito de ressarcimento	1.500.519	80.428	100.535	120.642
	Financiamentos e empréstimos a receber	502.585	26.939	33.673	40.408
	Impacto no resultado	(66.234.939)	(3.550.192)	(4.437.741)	(5.325.289)
	Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais		(10.362.970)	(12.956.055)	(15.544.456)
(*) Premissas adotadas:					
		2024	Provável	+25%	+50%
CDI (%)		12,15	14,90	18,63	22,35
SELIC (%)		12,25	15,00	18,75	22,50
TJLP (%)		7,43	8,74	10,93	13,11
IGPM (%)		6,54	4,72	5,90	7,08
IPCA (%)		4,89	5,36	6,70	8,04

Os contratos de financiamento protegidos por derivativos que a Companhia assume posição passiva atrelada à curva de juros variáveis em reais (CDI) estão incluídos na composição do risco de taxa de juros.

38.3.2 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

Tabela 113 - Passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento - Período atual

CONSOLIDADO		2024				
		Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)		22.599.741	22.968.512	41.394.062	97.366.345	184.328.660
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		2.953.184	3.439.353	12.906.745	62.908.147	82.207.429
Empréstimos, financiamentos e debêntures		13.769.529	18.913.993	28.317.110	34.133.371	95.134.002
Fornecedores		2.756.329	7.959	—	—	2.764.288
Devoluções RGR		492.276	439.974	—	—	932.250
Obrigações de Ressarcimento		55.517	15.286	—	—	70.803
Remuneração aos Acionistas		2.490.668	—	—	—	2.490.668
Arrendamentos		31.192	20.183	29.536	41.971	122.882
Concessões a Pagar UBP		51.046	131.764	140.671	282.856	606.337

Tabela 114 - Passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento - Período comparativo

CONSOLIDADO		2023 - Reclasificado				
		Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)		23.534.123	16.402.453	37.162.840	86.456.689	163.556.105
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		2.196.092	2.832.052	11.675.962	64.112.911	80.817.071
Empréstimos, financiamentos e debêntures		16.303.004	12.806.056	24.871.962	21.856.170	75.837.192
Fornecedores		2.963.867	—	—	—	2.963.867
Devoluções RGR		439.974	439.974	—	—	1.319.922
Obrigações de Ressarcimento		8.572	—	—	—	8.572
Remuneração aos Acionistas		1.522.866	—	—	—	1.522.866
Arrendamentos		48.482	75.682	49.138	66.936	240.238
Concessões a Pagar UBP		51.266	248.689	125.804	420.672	846.431

38.3.3 Instrumentos financeiros derivativos

38.3.3.1 Instrumentos financeiros derivativos para proteção de dívida e Compromissos firmes

Tabela 115 - Posição Patrimonial

Vencimento	Valor nominal	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivativo para proteção de dívidas					
Swap - US\$ vs CDI	08/01/2025	493.000	—	—	118.733
Swap - US\$ vs CDI	04/02/2025	2.535.300	500.998	—	220.165
Swap - US\$ vs CDI	29/08/2025	219.150	—	—	54.290
Swap - US\$ vs CDI	09/12/2025	500.000	—	—	13.170
Swap - EUR vs CDI	23/12/2025	500.000	—	—	5.245
Swap - US\$ vs CDI	20/06/2029	232.873	—	—	47.415
Swap - US\$ vs CDI	04/02/2030	3.782.873	715.544	235.194	715.544
Swap - IPCA vs CDI	15/09/2034	1.630.000	—	89.867	—
Swap - US\$ vs CDI	04/12/2034	2.378.400	266.397	185.005	266.397
Swap - US\$ vs CDI	11/01/2035	4.229.025	287.736	316.342	287.736
Swap - IPCA vs CDI	15/06/2031	4.900.000	—	—	142.788
		1.770.675	826.408	645.302	2.152.316
Derivativos de compromissos de longo prazo					
NDF US\$	30/04/2025	67.113	—	—	224
NDF US\$ e alumínio primário	02/12/2025	1.342	—	—	274
NDF US\$ e alumínio primário	03/08/2026	156.583	—	—	30.129
NDF US\$ e alumínio primário	01/09/2026	60.175	—	—	11.780
NDF US\$ e alumínio primário	02/09/2026	210.668	—	—	42.032
		1.770.675	826.408	645.302	2.236.755

Tabela 116 - Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado

Vencimento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	
		2024	2023
Variação do valor justo do derivativo			
Swap - US\$ vs CDI	08/01/2025	—	109.356
Swap - US\$ vs CDI	04/02/2025	560.392	(275.755)
Swap - US\$ vs CDI	29/08/2025	—	52.930
Swap - US\$ vs CDI	09/12/2025	—	13.170
Swap - EUR vs CDI	23/12/2025	—	5.245
Swap - US\$ vs CDI	18/06/2026	68.485	68.485
Swap - US\$ vs CDI	20/06/2029	—	41.141
Swap - US\$ vs CDI	04/02/2030	634.410	(512.050)
Swap - IPCA vs CDI	15/09/2031	(89.867)	(236.800)
Swap - IPCA vs CDI	15/09/2034	—	(89.867)
Swap - US\$ vs CDI	04/12/2034	81.392	81.392
Swap - US\$ vs CDI	11/01/2035	(28.606)	(28.606)
Variação do valor justo da dívida			
Bonds	04/02/2025	(765.876)	49.395
Bonds	04/02/2030	(1.068.243)	(129.796)
Bonds	11/01/2035	(95.074)	(95.074)
Credit agreement	08/01/2025	—	(165.382)
Credit agreement	29/08/2025	—	(68.059)
Credit agreement	09/12/2025	—	(17.497)
Credit agreement	18/06/2026	(257.569)	(257.569)
CGT ESUL EURO	23/12/2025	—	(7.838)
KfW	20/06/2029	—	(59.203)
Debêntures	15/06/2031	—	(53.596)
Debêntures	15/09/2034	46.824	46.824
SPA (SACE)	04/12/2034	(206.217)	(206.217)
Resultado financeiro líquido		(1.119.949)	(868.206)

Tabela 117 - Movimentação de derivativos - Dívida

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	(6.306.258)	—	(6.757.343)	—
Designação de dívida protegida	(12.237.425)	(6.350.500)	(18.630.425)	(6.802.523)
Avaliação a valor justo - resultado	(2.346.155)	(80.401)	(2.717.730)	(105.593)
Amortizações	4.585.937	124.643	4.847.986	150.773
Saldo em 31 de dezembro	(16.303.901)	(6.306.258)	(23.257.512)	(6.757.343)

Tabela 118 - Movimentação de derivativos - Hedge

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	(645.302)	—	(283.908)	986.862
Avaliação a valor justo - resultado	1.226.206	(787.805)	1.151.248	(1.416.044)
Avaliação a valor justo - ORA	—	—	84.825	—
Amortizações	363.363	142.503	106.655	145.274
Saldo em 31 de dezembro	944.267	(645.302)	1.058.820	(283.908)
Ativo	1.770.675	—	2.236.755	373.606
Passivo	826.408	645.302	1.177.935	657.514

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelos valores justos e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um ativo financeiro é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes - VJORA se atender ambas as condições a seguir:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes - ORA. A Companhia opta por registrar a variação do valor justo dos seus instrumentos patrimoniais, quando não possui controle, controle compartilhado e influência significativa, em Outros Resultados Abrangentes - ORA.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, quando não objetos de hedge accounting. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos swaps de taxa de juros e NDF (Non-Deliverable Forward).

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e, posteriormente, mensurados pela variação do valor justo. As variações dos valores justos dos derivativos que servem de instrumentos para hedge de valor justo são reconhecidas no resultado financeiro, enquanto os derivativos relacionados com hedge de fluxo de caixa são reconhecidos em outros resultados abrangentes - ORA.

Contabilização de hedge:

A Companhia, considerando os benefícios na redução da volatilidade do resultado e na transparência dos efeitos da proteção, adota a contabilização de hedge. Conforme disposto no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, há três tipos de relações de proteção:

• Hedge de valor justo: o hedge da exposição a alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;

• Hedge de fluxo de caixa: o hedge da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele ou a transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e

• Hedge de investimento líquido em operação no exterior: a proteção de um investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

As dívidas da Companhia, objetos de hedge, são designadas para hedge de valor justo, cujas variações dos valores justos dos instrumentos e dos objetos de hedge são reconhecidas no resultado.

Os compromissos firmes não reconhecidos, objetos de hedge, são designados para hedge de fluxo de caixa, cujas variações dos valores justos dos instrumentos de hedge são reconhecidas em outros resultados abrangentes - ORA.

Estimativas e julgamentos críticos

Para os objetos de hedge negociados em mercado ativo, a mensuração do valor justo é realizada com base nos preços de mercado observáveis, utilizando uma ferramenta especializada, como por exemplo, a Bloomberg. Para os demais casos, os instrumentos e objetos de hedge são mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação mencionadas no CPC 46 / IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo, que de modo geral, se utiliza das premissas baseadas nas condições de mercado.

NOTA 39 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo, encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia:

39.1 Principais transações ocorridas em 2024

Tabela 119 - Principais Transações ocorridas em 2024



Prática contábil
Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

Estimativas e julgamentos críticos
Os valores esperados para a negociação são considerados com base nas propostas recebidas pela Companhia.
NOTA 41 - EVENTOS SUBSEQUENTES
41.1 Pagamento de Dividendos
Em janeiro de 2025, a Companhia realizou o pagamento dos dividendos intercalares no montante de R\$ 2.201.690, referente à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2024, conforme abaixo:
• R\$ 2.430.751.379 por ação preferencial de classe A;
• R\$ 1.823.063.354 por ação preferencial de classe B; e
• R\$ 0.862.972.093 por ação ordinária e *golden share*.

41.2 Descruzamento com a Companhia CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Em fevereiro de 2025, a Companhia concluiu o descruzamento das participações societárias nas sociedades de propósito específico Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB) e Lago Azul Transmissão S.A. (LAZ) com a CELGPAR, por meio da aquisição, pela Eletrobras, de 10,0% da participação na VSB e da venda da participação de 49,9% na LAZ, para a CELGPAR. Com isso, a Eletrobras passou a deter 100% de participação na VSB.

41.3 Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF
Em fevereiro de 2025, a Companhia e a União (partes) concluíram as discussões acerca das premissas da conciliação no âmbito da CCAF constituída "para tentativa de conciliação e solução consensual e amigável entre as partes", nos termos da decisão proferida pelo Ministro Nunes Marques, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7385, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal. As partes envidaram melhores esforços para redigir Termo de Conciliação que será posteriormente submetido à deliberação da assembleia geral da Companhia e à homologação pelo Supremo Tribunal Federal, o qual conterá, em síntese, as seguintes condições:

- (a) Ficam preservadas as disposições constantes do art. 3º, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.182/2021, e dos arts. 6º, 7º e 8º do Estatuto Social da Companhia, que vedam que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% a quantidade de ações em que se divide o capital votante da Companhia, consideradas ações adquiridas antes ou depois do processo de desestatização da Companhia;
- (b) A União reconhecerá, exclusivamente para fins desta conciliação e dos seus atos subsequentes, que os acionistas que integram o seu grupo são aqueles previstos na atual redação do art. 8º do Estatuto Social da Companhia;
- (c) O Acordo de Investimentos celebrado em 22 de abril de 2022 entre a Companhia e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, relacionado a determinados aspectos referentes à Eletrobras S.A., em especial o financiamento da Usina Nuclear de Angra 3, será imediatamente suspenso a partir da assinatura do Termo de Conciliação;
- (d) O Acordo de Investimentos referido no item anterior será rescindido se e quando houver deliberação dos órgãos competentes determinando a retomada da construção da Usina Nuclear de Angra 3;
- (e) A rescisão do acordo de investimentos não importará em alteração, novação ou modificação de qualquer natureza nas garantias anteriormente prestadas pela Companhia nos financiamentos contratados em favor da Eletrobras S.A. anteriormente à desestatização da Eletrobras; e
- (f) Não haverá objeção por parte da Companhia para futuros aumentos de capital da Eletrobras S.A. por parte da União, diretamente ou indiretamente, e será observada, em todo caso, a legislação societária, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), e as disposições protetivas dos direitos dos minoritários.
- (g) As partes interessadas solicitarão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que estrutura nova e ampla modelagem para o projeto de conclusão da construção da Usina Nuclear de Angra 3, devendo, para este objetivo, ser instaurado um novo e independente processo extrajudicial de mediação, no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF), com esta finalidade específica, que contará com a participação de todos os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos e observará o art. 36, § 4º da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, no que se refere à anúncio do Ministro Relator do Tribunal de Contas da União.
- (h) As partes comprometem-se, para as novas rodadas de negociação de que trata o item anterior, com as premissas constantes do disposto no art. 10, § 3º da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, de forma a atender, cumulativamente, a viabilidade econômico-financeira do empreendimento e seu financiamento em condições de mercado, observados os princípios da razoabilidade e da modicidade tarifária, ouvida a Empresa de Pesquisa Energética – EPE em relação ao impacto ao consumidor.
- (i) A opção pelo novo procedimento extrajudicial de mediação decorre de uma decisão autônoma das partes, e não será considerada relacionada ou impedirá a homologação do Termo de Conciliação decorrente do presente procedimento

extrajudicial de mediação pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI nº 7385.

(j) A União envidará esforços para apoiar a Companhia em um eventual processo de desinvestimento para a alienação de sua participação acionária na Eletrobras S.A., por meio da busca de um novo acionista que possa assumir, nos termos a serem oportunamente pactuados, as obrigações do Acordo de Investimentos referido acima.

(k) A Eletrobras S.A. emitirá debêntures com valor nominal total de R\$ 2,4 bilhões de reais, a serem subscritas pela Eletrobras, com uso restrito para o financiamento do projeto de extensão da vida útil da Usina Nuclear de Angra 1, cuja emissão das respectivas séries observará as necessidades decorrentes do cronograma físico financeiro deste projeto.

(l) As debêntures referidas acima terão as seguintes condições:
• Prazo total de 10 anos
• Carência de 4 anos a contar de cada emissão
• Custo das Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B, acrescido de juros, a serem pactuados, exclusivamente em relação a parcelas eventualmente inadimplidas.

(m) À exceção de parcelas eventualmente vencidas após o seu prazo de carência, as debêntures referidas acima serão mandatoriamente conversíveis em ações da Eletrobras S.A., se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
• Redução do Somatório das Despesas de Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO da Eletrobras S.A. até o nível regulatório definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com trajetória decrescente e definida até o final do prazo de carência das debêntures.

• A avaliação do atendimento do PMSO regulatório deverá observar a ocorrência de situações que configurem caso fortuito ou força maior e não poderá considerar nenhuma despesa:
• relacionada exclusivamente ao projeto de construção e operação da Usina Nuclear de Angra 3; ou
• que decorra do referido processo de ajuste do PMSO.

• Obtenção dos recursos adicionais para o financiamento integral do projeto de extensão da vida útil da Usina Nuclear de Angra 1, se necessário, para o qual serão dados em garantia os recebíveis referentes a esta Usina.
• Deliberação dos órgãos competentes determinando a retomada da construção da Usina Nuclear de Angra 3, observada a realização dos novos estudos pelo BNDES e a conclusão do novo procedimento extrajudicial de mediação previsto neste fato relevante, devendo a União e/ou a ENBPar aportarem suas contribuições ao financiamento deste projeto exclusivamente por meio de capital ou concessão de garantia, respeitado ao menos o valor necessário para impedir o aumento da participação relativa da Eletrobras no capital social total da Eletrobras S.A. em razão da conversão das debêntures em ações, observados ainda os valores decorrentes da capitalização prevista no item abaixo.

• Capitalização dos mútuos ou adiantamentos para futuro aumento de capital em aberto concedidos pela União e/ou ENBPar em favor da Eletrobras S.A. a qualquer título.

(n) Do total das debêntures referidas acima, não será convertido em ações da Eletrobras S.A. o valor de R\$ 500 milhões, na hipótese de haver consenso entre as partes quanto à modelagem para o projeto de conclusão da construção da Usina Nuclear de Angra 3 no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) a ser instaurada com esta finalidade específica, conforme previsto neste fato relevante.

(o) A rescisão do acordo de investimentos não importará em alteração, novação ou modificação de qualquer natureza nas garantias anteriormente prestadas pela Companhia nos financiamentos contratados em favor da Eletrobras S.A. anteriormente à desestatização da Eletrobras.

(p) Os recebíveis da Usina Nuclear de Angra 1, no montante não comprometido para a contratação de financiamento, se necessário, para a conclusão integral do projeto de extensão da vida útil da referida Usina Nuclear de Angra 1, serão dados em garantia aos financiamentos captados anteriormente à desestatização da Companhia para viabilizar a conclusão da construção da Usina Nuclear de Angra 3.

(q) Não haverá objeção por parte da Companhia para futuros aumentos de capital da Eletrobras S.A. por parte da União, diretamente ou indiretamente, e será observada, em todo caso, a legislação societária, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), e suas disposições protetivas dos direitos dos minoritários.

41.4 Deslistagem das ações
Em março de 2025, o Conselho de Administração da BME – *Bolsa y Mercados Españoles Sistemas de Negociación S.A.*, aprovou o pedido de deslistagem das ações de emissão da Eletrobras do Mercado de Valores Latino-Americanos (Latibex), portanto, a Companhia deixa de estar listada no referido ambiente de negociação. As ações de emissão da Companhia continuam a ser negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e na *New York Stock Exchange - NYSE*.

41.5 Criação da EletrobrasPrev
Em março de 2025, a Previc autorizou a criação de uma nova entidade fechada de previdência complementar – a EletrobrasPrev (Fundação de Previdência Privada). A decisão foi publicada na edição do Diário Oficial da União desta terça-feira (12/3) por meio da Portaria PREVIC nº 225/2025.

- Ivan de Souza Monteiro**
Presidente
Eduardo Haiama
Vice-presidente executivo Financeiro e de Relações com Investidores
Marcos José Lopes
Diretor de Contabilidade – CRC-RJ 100854/O
Antônio Varejão de Godoy
Vice-presidente executivo de Operações e Segurança
Camila Gualda Sampaio Araújo
Vice-presidente executiva de Governança, Riscos e Conformidade
Elio Gil de Meirelles Wolff
Vice-presidente executivo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Vice-presidente executivo de Comercialização
Juliano de Carvalho Dantas
Vice-presidente executivo de Inovação, P&D e TI
Marcelo de Siqueira Freitas
Vice-presidente executivo Jurídico
Renato Costa Santos Carreira
Vice-presidente executivo de Suprimentos e Serviços
Renato Costa Santos Carreira
Vice-presidente executivo interino de Gente, Gestão e Cultura
Robson Pinheiro Rodrigues Campos
Vice-presidente executivo de Engenharia e Expansão
Rodrigo Limp Nascimento
Vice-presidente executivo de Regulação e Relações Institucionais

Conselho Fiscal

PARECER

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no desempenho de suas funções legais, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 e as propostas dos órgãos de Administração para a destinação do lucro líquido, com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados ao longo do exercício pela Administração da Companhia e pelos representantes dos Auditores Independentes, e considerando ainda o relatório emitido pela PwC Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, datado de 13 de março de 2025, opina que os referidos documentos estão em condições de serem examinados e votados pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros
Presidente do Conselho Fiscal
Gisomar F. de Bittencourt Marinho
Conselheiro
José Raimundo dos Santos
Conselheiro
Ricardo Bertucci
Conselheiro

Declaração da Diretoria Executiva sobre Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Declaração da Diretoria Executiva sobre Parecer dos Auditores

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PwC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.
Ivan de Souza Monteiro - Presidente
Eduardo Haiama - Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
Antônio Varejão de Godoy - Vice-Presidente de Operações e Segurança
Camila Gualda Sampaio Araújo
Vice-Presidente de Governança, Riscos e Conformidade
Elio Gil de Meirelles Wolff
Vice-Presidente de Estratégia e Desenv. de Negócios
Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho - Vice-Presidente de Comercialização
Juliano de Carvalho Dantas - Vice-Presidente de Inovação, P&D, e TI
Marcelo de Siqueira Freitas - Vice-Presidente Jurídico
Renato Costa Santos Carreira - Vice-Précidencia de Suprimentos e Serviços
Renato Costa Santos Carreira - Vice-Presidente interino de Gente, Gestão e Cultura
Robson Pinheiro Rodrigues Campos
Vice-Presidente de Engenharia de Expansão
Rodrigo Limp Nascimento
Vice-Presidente de Regulação e Relações Institucionais

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO - EXERCÍCIO SOCIAL MARÇO 2024 A MARÇO 2025

- 1. Base legal:**
 - artigo 31-D, "vi" da Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021;
 - Artigo 10º, parágrafo único da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022;
 - Item 2, suitem xlv do Anexo I do Regimento Interno Unificado dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da Eletrobras (RIU).
- 2. Escopo e período de abrangência:**
 - Trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), de forma unificada e mediante assessoramento aos Conselhos de Administração (CA) da Eletrobras, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletropar, Eletrobras CGT-Eletrosul, Eletrobras Eletronorte, Santo Antonio Energia S.A. - SAESA e, quando aplicável e observadas as regras fixadas pelo CA da Holding, as demais companhias controladas pela Eletrobras, no período de 14.03.2024 a 13.03.2025, equivalente ao ciclo de acompanhamento, monitoramento e análise das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Eletrobras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31.12.2024.
- 3. Principais focos de atuação:**
 - Controles internos e Compliance com a legislação norte-americana (Sarbanes-Oxley);
 - Auditoria interna;
 - Processo de elaboração das demonstrações financeiras;
 - Auditoria independente;
 - Segurança da Informação, Cibersegurança e Gestão de riscos;
 - Conformidade/Integridade e ética, Manifestações e Canal de denúncias;
 - Transações com partes relacionadas;
 - Operações societárias.
- 4. Composição atual**
 - 3 (três) membros, todos independentes, sendo: 1 (um) conselheiro e 2 (dois) membros externos – item 1.3 RIU.

Ênfase temática - Principais temas
SOX - Controles Internos
Fechamento contábil e ITRs
Auditores Independentes
Auditoria Interna
Integridade, Manifestações e Denúncias
Riscos Corporativos
Contratações
Cyber e Segurança da Informação
Estratégia Tributária
Operações societárias e financeiras
Ativos Operacionais
Governança CAE
TPRs - Transação com Partes Relacionadas
Conciliação de Depósitos Judiciais
Políticas e Normativos
Passivos jurídicos contenciosos
Previdência e Saúde
SPEs e empreendimentos - Riscos
Planejamento Estratégico/Metas
Regulatório/Barragens
Relatório Anual
Form.Referência e 20-F

10 Descritivo das Atividades e Recomendações

- O CAE atuou em diversificadas frentes relevantes para a Companhia, sob a ótica do risco, tendo monitorado e acompanhado temas relacionados à auditoria interna, elaboração de demonstrações financeiras anuais e trimestrais, contingências e passivos contenciosos, controles internos, gestão de riscos corporativos envolvendo ativos e investimentos, transações com partes relacionadas, operações societárias e financeiras, integridade, manifestações e denúncias, cibersegurança e segurança da informação, revisão de políticas e normativos, bem como atuou em diversificadas frentes relevantes para a Companhia, sob a ótica do risco.
- Abaixo, seguem elencadas as principais atividades e recomendações do Comitê no período:
 - i. **Acompanhou discussões e manifestou-se sobre informações trimestrais (1ITR, 2ITR, 3ITR) e demonstrações financeiras anuais da Eletrobras, Eletrobras Chesf, Eletrobras CGT Eletrosul, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletropar e da Santo Antônio Energia S.A – exercício social findo em 31.12.2024**
 - ii. **Realizou acompanhamento periódico sobre Passivos jurídicos contenciosos e contingências jurídicas**
 - iii. **Auditoria Interna – Trabalhos e reportes**
 - iv. **Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios e planos de trabalho da auditoria interna da Eletrobras, incluindo planos de capacitação e o processo de certificação internacional da auditoria interna pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, de acordo com *Global Certifications for Internal Audit***
 - v. **Monitorou fatores de risco afetos a controles internos (SOX)**
 - vi. **Analisou operações financeiras e societárias das empresas Eletrobras**
 - vii. **Interagiu e realizou reuniões periódicas com Auditores Independente**
 - viii. **Acompanhou e emitiu recomendações qualitativas sobre iniciativas tributárias**
 - ix. **Acompanhou os principais riscos associados a ativos operacionais**
 - x. **Acompanhou trabalhos e relatórios de gestão e apuração de denúncias**
 - xi. **Acompanhou trabalhos e reportes de Integridade/Compliance**
 - xii. **Monitorou trabalhos e reportes da área de gestão de riscos**
 - xiii. **Monitorou questões afetas à segurança de barragens**
 - xiv. **Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de cibersegurança e segurança da informação**
 - xv. **Acompanhou e analisou Transações com Partes Relacionadas – TPRs**
 - xvi. **Acompanhou temas afetos a fundos de pensão e planos de saúde**
 - xvii. **Tomou ciência e analisou previamente propostas de contratação de firmas de auditoria independente**
 - xviii. **Acompanhou a aplicação do modelo de negócios de comercialização de energia, o status do mapeamento de controles da comercialização e acompanhou os trabalhos de auditoria interna sobre o tema**
 - xix. **Acompanhou temas relatórios com potencial e eventual impacto sobre as demonstrações financeiras.**
 - xx. **Acompanhou e formulou sugestões de melhoria envolvendo a confecção do Formulário 20-F.**
 - xxi. **Acompanhou o processo de confecção do Formulário de Referência – exercício social 2023.**
 - xxii. **Analisou o Relatório Anual da Eletrobras – exercício social 2023, com enfoque aos temas de maior materialidade abordados no Relatório.**
 - xxiii. **Acompanhou e analisou a confecção de Políticas e Normativos envolvendo temas afetos às suas atribuições.**
 - xiv. **Atuou em temas afetos à governança do próprio CAE (planilha de**

acompanhamento de demandas, orçamento do colegiado, proposição de calendário anual e plano de trabalho anual).

11. Do Monitoramento dos Trabalhos das Informações Trimestrais – 1ITR, 2ITR e 3ITR da Eletrobras – exercício 2024

O Comitê recebeu reportes periódicos sobre o andamento dos trabalhos de finalização das demonstrações financeiras trimestrais e anuais consolidadas, com vistas a nivelar as informações e proporcionar adequada interação entre o CAE e a gestão da companhia, notadamente, quanto ao fluxo de informações e ao atendimento a esclarecimentos relacionados ao processo de fechamento contábil.

O Comitê acompanhou pari passu o assunto relativo aos respectivos fechamentos contábeis trimestrais do 1ITR, 2ITR e 3ITR de 2024 da Eletrobras, tendo: (a) formulado sugestões de aprimoramento nas Notas Explicativas; (b) opinado pela autorização da publicação Demonstrações Financeiras intermediárias da Eletrobras (1ITR, 2ITR e 3ITR), relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

12. Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras da Eletrobras – exercício social findo em 31.12.2024

O Comitê acompanhou pari passu os trabalhos e principais pontos críticos relativos ao fechamento das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, do exercício social de 2024, incluindo reuniões com auditores independentes e reunião com o Conselho Fiscal da Eletrobras.

No dia 13 de março de 2025, o Comitê se reuniu para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

12.1 Conclusão da manifestação opinativa

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE, no exercício de suas atribuições, procederam às análises das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Eletrobras, acompanhadas da minuta de relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE sobre a qualidade, adequação e integridade das informações, estimativas e mensurações divulgadas nas demonstrações financeiras, assim como baseando-se nas informações e esclarecimentos prestados pela gestão da Companhia e nas discussões com os auditores independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE, observado o seu escopo de atuação e o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, por unanimidade, recomendou a aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração da Eletrobras e seu consequente arquivamento pela Companhia na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.
LUIZ CARLOS NANNINI **LUIS HENRIQUE BASSI ALMEIDA**
Coordenador e Membro externo Membro externo
DANIEL ALVES FERREIRA
Conselheiro de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no uso de suas atribuições, consubstanciado em proposta deliberativa e decisão da Diretoria Executiva, na opinião favorável emitida pelo Comitê de Auditoria e Riscos - CAE em sua reunião de n.º 349, realizada em 13.03.2025, no material de suporte e nos documentos abaixo, DELIBEROU:

1. Aprovar as demonstrações financeiras completas da Eletrobras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO), cujos valores e principais destaques são os seguintes:
 - 1.1 Demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA), acompanhadas das notas explicativas às demonstrações financeiras.
 2. Aprovar o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
 3. Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício e dos lucros acumulados da Eletrobras, apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

- Vicente Falconi Campos**
Presidente
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira
Conselheiro
Felipe Villela Dias
Conselheiro
Ivan de Souza Monteiro
Conselheiro
Marisete Fátima Dadald Pereira
Conselheira
Daniel Alves Ferreira
Conselheiro
Pedro Batista De Lima Filho
Conselheiro
Marcelo Gasparino Da Silva
Conselheiro
Marcelo De Siqueira Freitas
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Opinião

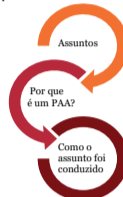
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível (Notas 17, 18 e 19) e dos investimentos (Nota 26)

O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidrelétrica, enquanto o intangível consolidado é composto, substancialmente, por direitos de exploração, para os quais uma perda por redução aos valores recuperáveis pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor em uso e seu valor justo líquido de despesa de venda, mensurado com base em projeções de fluxo de caixa descontados.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base nas melhores estimativas da administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, coligadas e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, receitas e despesas projetadas e a determinação das UGCs.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade, que utilizam diferentes premissas que poderiam modificar significativamente os valores recuperáveis apurados.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 15)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) e pelos valores residuais correspondentes aos saldos não depreciados dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, caso seja permitido.

Os valores apurados requerem o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre a mensuração das obrigações contratuais de construir, operar e manter a infraestrutura, satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratarem de ativos sob um modelo de longo prazo, a determinação dos dados e premissas inclui, além das definições contratuais, estimativas de margem de construção e operação e manutenção - taxas de atualização financeira (taxas implícitas) que equilibram o fluxo financeiro projetado, dentre outras.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas e sua aplicação pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado, do intangível e dos investimentos da Companhia e suas controladas mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, receitas e despesas projetadas, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções. Com o apoio de nossos especialistas em projeções financeiras, avaliamos a razoabilidade das taxas de desconto e dos modelos de fluxo de caixa descontados.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados reais auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas e concluímos que estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à mensuração do ativo contratual de transmissão. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e seus aditivos, quando aplicável. Testamos a consistência entre os dados de Receita Anual Permitida (RAP) contidos nos controles auxiliares e respectivas resoluções regulatórias.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas ao fluxo financeiro dos respectivos contratos, tais como: (i) definição e aplicação das taxas de atualização financeira utilizadas; e (ii) valores residuais estimados, quando previsto no contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 27)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza cível e tributária, dentre outros, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, conseqüentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Devido às complexidades e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis e tributários e a seus possíveis impactos materiais nas demonstrações contábeis, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025
PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/F-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

